

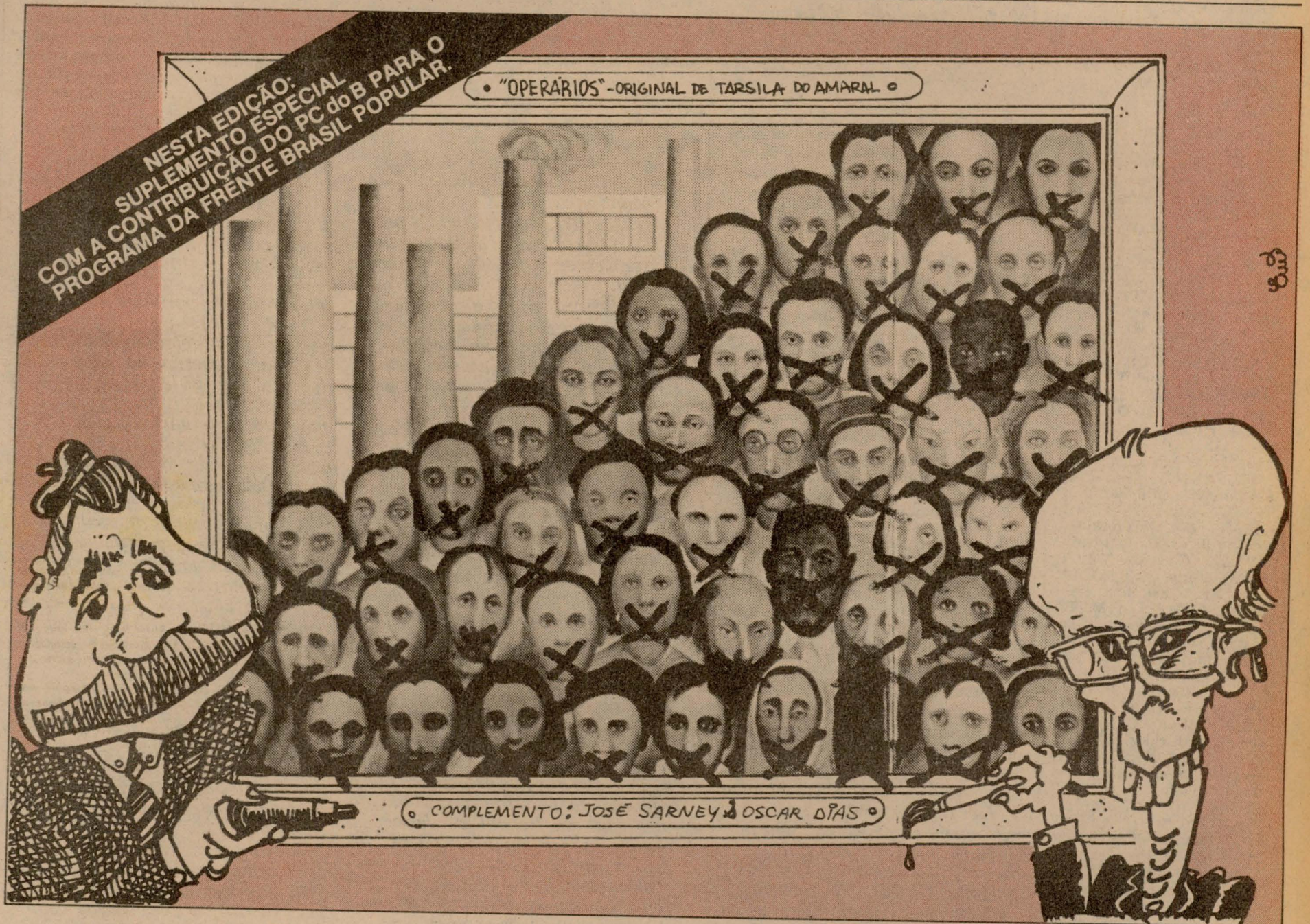
A Classe Operária

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL



ANO 65 — VI FASE — Nº 18 — DE 04 A 17 DE MAIO DE 1989

NCZ\$ 0,40



A OFENSIVA GOLPISTA DE SARNEY

Acuado diante da contestação à sua famigerada política de arrocho salarial, que despertou a justa revolta dos trabalhadores, o governo resolveu endurecer, através da tentativa de proibir as greves e de punir os grevistas. Baixou a Medida Provisória nº 50, num flagrante desrespeito à Constituição. Como se isso não bastasse, ressurgem agora grupos terroristas de direita com suas bombas criminosas. Simbolicamente atacaram o monumento em homenagem aos três operários assassinados em Volta Redonda. Leia no Editorial (pág.3); cobertura sobre o atentado (pág.9) e artigo sobre a Medida Provisória antigreve (pág. 15). Na seção de Economia (pág.10) análise sobre o fracasso do Plano Verão e a tentativa do governo de jogar o peso da crise sobre as costas dos trabalhadores.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A CLASSE OPERÁRIA

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas

Editor: José Reinaldo Carvalho

Redação: Antonio Martins, Carlos Pompe, Umberto Martins

Diagramação e Arte: Mazé Leite

Fotografia: Aguinaldo Zordevoni

Arquivo: Rosane Montiel
Administração e Assinaturas: Teresa Polli

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — CEP 01318 — São Paulo/SP
Telefone: (011) 36-7531
Telex: 11-32133

Nas capitais: ACRE — Rua Rio Grande do Sul, 65, CEP 69900, fone (068) 224-7329, Rio Branco; ALAGOAS — Av. Thomás Espindola, 314, CEP 57060, fone (082) 223-7128, Maceió; AMAPA — Av. Mendonça Furtado, 762, CEP 68900, fone (096) 231-3370, Macapá; AMAZONAS — Rua Itamaracá, 124, CEP 69007, Manaus; BAHIA — Av. Cons. Junqueira Ayres, 41, Barris, CEP 40115, fone (071) 241-6522, Salvador; CEARA — Rua São Paulo, 1037, CEP 60000, fone (085) 221-4090, Fortaleza; DISTRITO FEDERAL — HIGS — 704, Bloco G Casa 67, CEP 70302, fone (061) 225-8202, Brasília; ESPÍRITO SANTO — Rua Prof. Baltazar, 152, CEP 29020, fone (027) 222-8162, Vitória; GOIAS — Av. Alfredo Nasser, 356, CEP 74000, fone (062) 223-5571, Goiânia; MARANHÃO — Rua Osvaldo Cruz, 921, CEP 65000, fone (098) 221-5440, São Luiz; MATO GROSSO — Rua Comandante Costa, 548 fundos, CEP 78030, fone (065) 321-7908, Cuiabá; MATO GROSSO DO SUL — Rua Rui Barbosa, 2500, CEP 79010, Campo Grande; MINAS GERAIS — Rua Padre Belchior, 285, CEP 30190, fone (031) 222-3161, Belo Horizonte; PARA — Rua Manoel Barata, 993, CEP 66800 fone (091) 223-8911, Belém; PARAIBA — Praça 1817, 80, 2º andar, CEP 58020, João Pessoa; PARANÁ — Rua Dr. Pedrosa, 249, CEP 80420, fone (041) 222-9120, Curitiba; PERNAMBUCO — Rua do Sossego, 53, CEP 50750, fone (081) 222-3418, Recife; PIAUI — Rua Desemb. Freitas, 1216, CEP 64020, fone (086) 222-2044, Teresina; RIO DE JANEIRO — Rua 13 de Maio, 33, 16º andar, sala 1608, CEP 20031, fone (021) 252-9935, Rio de Janeiro; RIO GRANDE DO NORTE — Rua Prof. Zuzá, 99, CEP 59020, fone (084) 222-6323, Natal; RIO GRANDE DO SUL — Rua Santo Antônio, 254, CEP 90220, fone (0512) 28-5152, Porto Alegre; RONDÔNIA — Rua José Bonifácio, 787, fundos, CEP 78900, Porto Velho; RORAIMA — Rua Major Williams, 434, CEP 69300, Boa Vista; SERGIPE — Rua Itabaianinha, 145, sala 104, CEP 49010, Aracaju; SANTA CATARINA — Praça 15 de Novembro, 21, sala 703, CEP 88010, Florianópolis.

A CLASSE OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, pastup, fotolito e impressão: Cia. Editora Joruês. Fone: 815-4999 — São Paulo.



Um esclarecimento aos leitores da "Classe"

À redação de "A Classe Operária"

Em nome da Companhia Editora Joruês peço que aceitem nossas desculpas pela lamentável falha técnica verificada, por nossa responsabilidade, na edição nº 17 da "Classe", e que resultou na supressão do designativo "Órgão central do Partido Comunista do Brasil", tradicionalmente inscrito logo abaixo do logotipo do jornal.

Quero comunicar ainda que estamos tomando providências para garantir que erros como este não voltem a se repetir. (José Luiz Nadai, pela diretoria da Companhia Editora Joruês)

Movimento negro acusa o racismo de Sarney

Hoje, 101 anos após a "libertação", nós negros perfazemos quase a metade da população brasileira, e maioria absoluta dos favelados, dos trabalhadores braçais, dos pés-no-chão, dos empregados domésticos, dos presidiários e interpelados pela polícia, enfim, dos marginalizados que vivem em condições subumanas.

Este quadro nos leva a muitos questionamentos tais como: será que fomos realmente libertados? Será que estamos incluídos no processo "democrático" da "Nova República"? São perguntas que merecem sérias reflexões.

Em setembro de 88 o Congresso Nacional aprovou o projeto de lei 668, do deputado Carlos Alberto "Caó" (PDT-RJ), que caracteriza o racismo como crime. Esta conquista, produto da luta do movimento negro, deu ao centenário da Lei Áurea um único

motivo de transitório alívio para o povo negro, visto que poderia vir a exercer certo controle sobre o fenômeno mais triste e desumano da sociedade brasileira, que é o racismo.

Resulta que a aprovação desta lei traz à tona um fato inquestionável: a existência do racismo no Brasil. Durante muito tempo negado, camuflado, o racismo é constante em nossa pseudodemocracia racial. Nesse sentido, a lei em questão tinha por objetivo atingir este comportamento fomentado pelas classes dominantes do país, as verdadeiras responsáveis pelo sistema de desigualdades em que vivemos.

No dia 5 de janeiro o presidente Sarney resolveu vetar parcialmente o projeto-"Caó", por considerá-lo "contrário ao interesse público". Sarney discordou dos artigos 2º, 15º, 17º e 19º do mencionado projeto. Estes são os artigos vetados:

Art. 2º: "Os crimes definidos nesta lei são imprescritíveis, inafiançáveis e insuscetíveis de suspensão condicional da pena."

Art. 15º: "(É crime) discriminar alguém por razões econômicas, sociais, políticas ou religiosas, em local de trabalho, em público, ou em reuniões sociais. — Pena: reclusão de dois a quatro anos."

Art. 17º: "Em caso de reincidência, (haverá) a decisão condenatória de cassação da autorização de funcionamento do estabelecimento, se entidade privada."

Art. 19º: "O processo judicial para a apuração dos crimes definidos na presente lei terão rito sumário, não podendo ultrapassar o prazo de 60 dias para prolação da sentença."

Se aprovado na forma proposta pelo presidente, o projeto fica sem efeito, não passando de mais um engodo sobre a comunidade negra. Certamente, esta comunidade sabe que o racismo não acaba por decreto, nos marcos de uma sociedade capitalista. Mas o que realmente nos preocupa é que a violação da Constituição, vinda do presidente da República, deixa sem credibilidade aquilo que se refere a futuras reivindicações. Essa é, necessariamente, uma atitude que merece o repúdio das pessoas amantes da liberdade e da igualdade entre os seres humanos. Neste caso específico, o que chama a atenção é o racismo explícito do presidente, que teme uma lei antirracista no país da "democracia racial". (Irene de Paiva, militante do PCdoB-GO e do Movimento Negro Unificado)

Campanha para salvar o Parque do Jaraguá

A região oeste do município de S. Paulo, que abrange os distritos da Lapa, Pirituba, Jaraguá e Perus, reúne importância histórica, política, econômica e social relevantes. É um dos principais pólos industriais da cidade, com uma rica cultura popular, um destacado movimento operário-sindical e político e a maior proporção de área verde do município, com uma média superior a 35m² por habitante, enquanto a do município é inferior a 2m² por habitante. É nesta região que estão localizados os parques do Jaraguá, São Domingos e Vila dos Remédios, e a Serra da Cantareira.

O parque do Jaraguá é indissociável da história cultural de S. Paulo. Constituiu-se numa fazenda desde 1580, e foi incorporado ao patrimônio público do Estado em 1939. Passou a ser reserva ecológica. De seus 143 alqueires, 129 pertencem à Secretaria Estadual da Agricultura, sendo a maior parte recoberta por mata secundária.

Os 14 alqueires restantes são administrados pela Secretaria de Esportes e Turismo, e abertos ao público. Incluem o Pico do Jaraguá e Bico de Papagaio, sendo o primeiro o ponto mais alto do município, com 1135m. de altitude. Esta montanha foi amplamente explorada em seu potencial mineral. Dela saíram inclusive as primeiras remessas de ouro enviadas a Portugal, já em meados do século XVI.

O parque destaca-se ainda porque, embora localizado a poucos quilômetros do centro da cidade, abriga ainda hoje uma aldeia de índios guaranis, conserva a flora nativa e é cortado por vários córregos que formam lagos em seu sopé.

Apesar de tantos atrativos, o parque vem sofrendo violenta devastação, devido à especulação imobiliária e às indústrias poluidoras instaladas nas proximidades. Elas desmatam e queimam a vegetação, reduzem a flora e a fauna e reduzem a visão panorâmica do pico.

A devastação começou a sensibilizar o povo, nos últimos meses. A luta pela preservação vem sendo dirigida pelo Centro de Convivência Cultural de Pirituba, que organizou no último dia 16 uma passeata ecológica em defesa do parque.

O único incidente foi causado, por incrível que pareça, pela administração do parque. Insensível a tudo, e revelando conivência com a devastação, ela acionou sua segurança interna, que colocou fim à manifestação de forma arbitrária e passou a agredir com violência os populares presentes, ameaçando inclusive usar armas.

O movimento ecológico ganhou espaço, e sensibiliza grande parte da população. Mas precisa adquirir consciência política urgentemente, porque a luta em defesa do verde está ligada a outras lutas populares, e às batalhas fundamentais pela independência nacional e pela libertação dos trabalhadores. Não conseguimos defender a natureza se não soubermos atacar em suas raízes as causas que levam à devastação. (José Carlos Pires, do distrito de Pirituba do PCdoB na Lapa)

Assine já o seu jornal "A CLASSE OPERÁRIA"
UM JORNAL PELO SOCIALISMO

Nome.....
Endereço.....
CEP.....Cidade.....Estado.....
Profissão.....

"A CLASSE OPERÁRIA" CUSTA MUITO POUCO:

Assinatura trimestral: NCz\$ 2,40; Trimestral de apoio: NCz\$ 4,50

Assinatura semestral: NCz\$ 4,80; Semestral de apoio: NCz\$ 9,00

Preencha hoje mesmo este talão e envie cheque nominal.

Editora Anita Garibaldi Ltda.

Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - CEP 01318 - São Paulo/SP

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

CHEGA!



Combatividade contra endurecimento

Nos últimos dias, uma palavra se destacou em meio à indigência política e vernacular do governo Sarney: **endurecimento**. O presidente da República, que o povo brasileiro gostaria de ver pelas costas, mais uma vez ocupou rede nacional de rádio e televisão para anunciar, através de enfadonha lenga-lenga, a Medida Provisória n.º 50, uma reedição canhestra e piorada da lei anti-greve 4.330.

Sentindo a terra tremer sob seus pés, percebendo a falência de sua política econômica e a falta de bases políticas no Congresso, o governo recorre, mais uma vez, à Medida Provisória, numa tentativa de transformar este instituto legal, previsto na Constituição para casos excepcionais em que se caracterize a relevância e a urgência, numa nova versão do famigerado decreto-lei. E cometendo grosserias jurídicas capazes de fazer pasmar qualquer primeiro-anista da velha Faculdade do Largo São Francisco, de São Paulo, como por exemplo a adoção da requisição civil.

Além da edição da Medida Provisória n.º 50, o governo está empenhado numa histórica campanha anti-operária, no intuito de desmoralizar a greve, legítimo direito dos trabalhadores, previsto na Constituição.

Seus ministros, destacadamente os que ostentam galões de cinco estrelas, arreganham ameaças e anunciam, a cada nova greve que surge, sua disposição de intervir para "defender a ordem pública".

Como se isso não bastasse, ressurgiu o execrável fenômeno do terrorismo de direita, com a bomba criminosa que destruiu, na madrugada de 2 de maio, o monumento em homenagem aos mártires do massacre, promovido pelo Exército, em Volta Redonda, no dia 9 de novembro do ano passado. Simbolicamente, o general que comandou a operação belicosa na Companhia Siderúrgica Nacional, naquela data, foi dias atrás, promovido ao cargo de co-

mandante militar do Leste. E o Ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, atribuiu o atentado do último dia 2 a uma reação ao movimento grevista.

Mas os trabalhadores não saíram um milímetro sequer dos marcos da legalidade. Ao fazerem greve, exercem um direito democrático constitucionalmente assegurado. Ademais, o movimento grevista em curso não é outra coisa senão a justa reação à desesperadora situação em que vivem os assalariados brasileiros, que vêm a fome assomar em seus lares. Tentaram, em diferentes ocasiões, com muita paciência e diplomacia, discutir com o empresariado e os governantes formas de contornar o impasse criado pelo Plano Verão, apoiados em estatísticas reveladoras da erosão ocorrida em seu poder de compra devido ao arrocho salarial. Estabeleceram reivindicações viáveis, negociaram. Mas o governo e o empresariado responderam sempre com intransigência e transformaram deliberadamente as discussões em farsa.

O governo, insensível à situação criada, ao invés de se dar conta de que precisa mudar sua política econômica, resolveu partir para o ataque aos operários, reprimindo-os e fazendo ameaças golpistas.

O movimento grevista em andamento se prende a razões objetivas, não é preparado artificialmente. É a força com que se desenvolve não resulta de radicalismos extemporâneos de pequenos grupos.

As greves em curso mostram ainda a combatividade das massas trabalhadoras brasileiras e a dimensão do papel que podem jogar nesta quadra difícil da vida nacional. Elas, assim como todos os verdadeiros democratas, independentemente da filiação partidária, são os maiores interessados na manutenção da estabilidade democrática. E além de exigir seus direitos, vão somar forças para rechaçar a repressão, as ameaças golpistas e o recrutamento da direita terrorista.

Pequenos partidos lutam por direito à liderança

Moacyr de Oliveira Filho *

1. A novela do novo Regimento Interno da Câmara dos Deputados parece estar chegando ao fim. Na semana passada o plenário da Câmara aprovou o substitutivo do relator ao novo Regimento Interno, ressaltadas as emendas e os destaques ao texto, que serão votadas em segundo turno. Uma das questões mais polêmicas, a que só admitia a constituição de lideranças partidárias aos partidos que tivessem mais de dez deputados, considerada antidemocrática pelos pequenos partidos, deverá ser alterada. Já existe o compromisso da maioria dos líderes partidários, com exceção do PMDB, de aprovar uma emenda reduzindo essa exigência para o mínimo de três deputados.

2. Os ruidosos e furiosos mercenários do MR-8 agitaram a Convenção do PMDB realizada nos últimos dias 29 e 30 de abril. Partidários da candidatura do governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, os brigadistas do MR-8 fizeram de tudo. Invadiram as galerias da Câmara, quebraram vidros, brigaram com a torcida do governador da Bahia, Waldir Pires, e não pararam um minuto sequer de gritar palavras de ordem favoráveis a Quêrcia. Mesmo com a não inscrição do nome do governador

Paulista como candidato à Convenção, o grupo de provocadores continuou tentando fazer de Quêrcia candidato a presidente.

3. A Medida Provisória n.º 50, castradora do direito de greve, assegurado pela Constituição federal, poderá resultar em mais uma derrota do falido governo Sarney no Congresso. Isto porque o plenário aprovou uma importante resolução, segundo a qual a tramitação das Medidas Provisórias passa a ser mais rigorosa. Os prazos constitucionais passam a ser contados a partir de sua publicação no Diário Oficial e não mais da sua leitura pela Mesa do Congresso Nacional. Além disso para cada Medida Provisória será constituída uma comissão mista encarregada de apreciá-la e dar um parecer preliminar, o que poderá implicar a recusa da Medida Provisória caso a Comissão Mista entenda que ela não se enquadra nos requisitos constitucionais de urgência e relevância. Finalmente a resolução aprovada admite a possibilidade de os congressistas fazerem qualquer tipo de emenda à Medida Provisória, alterando substancialmente o seu conteúdo. Fica, assim, o governo em dificuldades para fazer da Medida Provisória uma nova versão do famigerado Decreto-Lei.

*Articlista e correspondente da Classe, em Brasília.

O batismo de fogo da Frente Brasil Popular

Olival Freire Jr.

Dia treze de maio, no Paço Municipal de São Bernardo do Campo a campanha da Frente Brasil Popular vai para as ruas. Neste dia, num grande comício será oficializada a frente, sua candidatura à Presidência da República e seu programa.

A disputa eleitoral neste Estado terá papel decisivo para a batalha nacional. Aqui está a principal base política e eleitoral do candidato das forças populares, democráticas e de esquerda, o Luís Inácio Lula da Silva. É carregada de simbolismo a realização do primeiro comício em São Bernardo. Ali, dez anos atrás, a classe operária iniciou as grandes greves que aceleraram a desagregação do regime militar; e a principal força de sustentação da campanha da esquerda deve ser exatamente a classe operária e os trabalhadores em geral.

Mas também neste Estado estão concentradas as principais forças conservadoras. A começar pela principal candidatura do centro-direita, a de Ulysses, pelo PMDB.

Ela tem no Estado de São Paulo sua principal plataforma especialmente a partir do apoio do Governador Orestes Quêrcia. O

esquema do quercismo poderá, entretanto, migrar para uma das reservas das forças de direita, a candidatura de Jânio. A aliança entre Quêrcia e Jânio vem desde a eleição da Prefeitura da capital quando o primeiro apoiou o segundo. Aqui também tem sua base a candidatura de Covas que tenta passar por centro-esquerda

Além das expressões políticas das classes dominantes, aqui se concentra, e jogará papel de destaque na eleição presidencial, o núcleo principal do capital monopolista e do capital estrangeiro instalado no país. Por todas estas razões, é lícito afirmar que ganhar em São Paulo é condição necessária para que a Frente Brasil Popular ganhe no país.

Neste sentido o comício de São Bernardo será verdadeiro batismo de fogo. As correntes progressistas do Estado, os comunistas em especial, devem empenhar todas as suas forças para passar galhardamente por este teste e habilitar-se para as outras etapas da principal batalha política que está sendo travada este ano, a sucessão presidencial.

Presidente do Conselho Regional de São Paulo e membro da direção nacional do PCdoB

CDM
Fundação de Documentação e Memória
Maurício Grabois

NAS ENTRELINHAS DA NOTÍCIA

Grande imprensa ataca movimento grevista

Clóves Wonder

Ulysses unguido

A revista "Veja" não saiu por conta de uma greve dos gráficos da "Abril", aliás, a única greve que funciona na imprensa. A capa da "Isto É Senhor" não podia ser outra: Medo da Greve. Os editoriais, durante a semana que passou, dos jornais "O Estado de S. Paulo", "Jornal do Brasil", "O Globo" e "Folha de S. Paulo" foram também em cima do movimento grevista.

A maioria dos grandes jornais teceram loas à Medida Provisória n.º 50 do presidente Sarney, que reedita os piores decretos do regime militar, limitando o direito de greve. Alguns, como "O Globo", chegaram mesmo a pedir medidas mais enérgicas contra o direito inalienável de greve. A maioria pensando nos seus próprios terreiros. Não foi à toa que o governo permitiu que o preço da capa e de publicidade dos meios de comunicação fossem reajustados essa semana.

Mas não foi só nos editoriais que a grande imprensa elogiou e pediu medidas mais severas contra o direito de greve. No noticiário diário também procuraram criar um clima de terror no país. Reproduziram declarações de ministros militares e o da "Justiça", Oscar Corrêa, que elevavam a temperatura de seus pronunciamentos, ameaçando a sociedade com golpes e retrocessos velados.

Até quando a chamada imprensa dita democrática vai dar voz a essas cassandras? O que sabem os militares de salários, principalmente os generais que, além do soldo polpudo, desfrutam de inúmeras mordomias? O que, além de ordem unida? Além de transformar a sociedade brasileira em refém dos golpistas de plantão, procuram insinuar o envolvimento do movimento grevista, mais que justo, a campanhas presidenciais em curso.

Que culpa tem o povo de a direita não ter ainda um candidato que una e a possa viabilizar eleitoralmente e de o governo Sarney não ter um projeto para tirar o Brasil da crise?

Deu no que deu a convenção do PMDB. Ulysses é o candidato que ninguém queria, mais que saiu unguido de uma convenção que nem os acólitos de Quercia conseguiram mudar. Com dona Mora a tiracolo, ele enfrentou os governadores "progressistas" do tipo Newton Cardoso e Orestes Quercia e mostrou que as bases de seu moribundo partido ainda o querem. Para quê, ninguém sabe. Talvez para perder a eleição com classe.

Mas é evidente que não vai ficar assim. Alguns, e não só os moderados, acabarão por abandonar a legenda ulyssista. Cresce, no resultado do último fim de semana, a perspectiva da candidatura Jânio, ressurgindo no mar revolto da convenção peemedebista. A não ser que o novo Jânio, o alagoano Fernando Collor, faça o que já fez nesse último fim de semana, vá à caça dos escombros da Aliança "Democrática" que sobrarão das convenções do PMDB e da próxima prévia do PFL. E o povo, alheio a essas manobras mesquinhas de velhas repostas políticas da burguesia, continua apoiando a candidatura da Frente Brasil Popular.

Cazuza, Cazuza!!!

Seriam cerca de 130 linhas que a edição da Veja (que não foi às bancas nesse fim de semana, por conta da greve dos gráficos da Abril) pediria para responder aos ataques que sofreu em função da editoração aviltante e marota que deu à entrevista com o cantor e compositor Cazuza, na sua última edição. A família, os amigos, intelectuais e políticos de todo o país se levantaram em solidariedade a Cazuza, exposto como um cadáver ambulante pela abjeta edição daquela que diz ser a maior revista semanal de informação do país.

É uma pena que os intelectuais e políticos não se levantem todos os dias contra as inverdades e manipulações que a imprensa burguesa faz contra os interesses dos trabalhadores e da soberania nacional. Abaixo os biltres da grande imprensa! E vivam Cazuza e a sua arte!

Um debate esclarecedor

Cerca de 400 pessoas reuniram-se em São Bernardo do Campo, dia 1º de maio, no Teatro Cacilda Becker, para participar de um debate sobre a sucessão presidencial. Na mesa de debates João Amazonas, presidente nacional do PCdoB, Luiz Eduardo Greenhalgh, vice-prefeito de São Paulo, Maurício Soares, prefeito de São Bernardo, e José Gaspar, presidente do PV em São Paulo. Coordenando os debates o presidente do Diretório Municipal do PCdoB, Bernardo Joffily.

Na abertura, Amazonas entusiasmou os presentes referindo-se a Ulysses, candidato do PMDB, como múmia política e a Lula como sindicalista que fala a linguagem do povo, porta-bandeira das aspirações populares. Saudou o lançamento da Frente Brasil Popular e chamou a atenção para o fenômeno do voto à esquerda. O presidente do PV em São Paulo, José Gaspar, afirmou que na campanha da Frente Brasil Popular, além do programa comum, o PV pretende ressaltar o combate à corrupção e a defesa da ecologia.

Greenhalgh despertou viva atenção do auditório quando passou a enumerar aquilo que na sua opinião seriam os 5 pontos básicos do programa da frente: reforma agrária; subordinação dos militares ao poder civil, com o fim dos 6 ministérios militares e criação do Ministério da Defesa; suspensão do pagamento dos juros e do principal da dívida externa; defesa do meio ambiente, inclusive contra a exploração das nossas riquezas pelas multinacionais e finalmente o combate decidido à corrupção com o envio para a cadeia dos criminosos de colarinho branco.

O último debatedor, Maurício Soares, elogiou a iniciativa do PCdoB pela organização do debate, registrou o esforço deste partido pela união da esquerda afirmando que Bernardo Joffily, presidente do PCdoB em São Bernardo, tem insistido muito com ele nesta tecla. Destacou o papel da reforma urbana no programa da frente e fez uma viva denúncia do sistema de corrupção que está institucionalizado no país através da contratação de obras pelo poder público.

Seguiu-se então vivo debate até o final da noite. Chamou atenção a pergunta feita três vezes pelo público e reiterada pelo deputado estadual do PT, Expedito Soares: como garantir a posse do Lula? Como evitar que no Brasil se repita a trágica experiência de Allende no Chile, caso o Lula tome posse?

João Amazonas dedicou grande parte da sua intervenção final a responder esta questão. Afirmou que só a intensa mobilização popular poderá nos dar esta garantia. Lembrou que no Brasil só a forte mobilização do povo ao longo do ano de 1984 foi capaz de derrotar os planos continuistas do general Figueiredo. Lembrou também que no Irã em 1979 a mobilização popular nas ruas foi capaz de neutralizar o exército mais bem armado do Oriente Médio, e deflagrar a revolução popular que derrubou o Xá, embora esta revolução tenha sido posteriormente frustrada. Greenhalgh também respondeu a esta questão acrescentando a solidariedade internacional como um fator que deveria somar-se à mobilização popular interna.

Aguinaldo Zordenoni



Os participantes do debate de São Bernardo do Campo

Frente lançada no Maranhão

No último dia 13 de abril se realizou no auditório da Biblioteca Pública do Estado, em São Luís, Maranhão, um ato pela unidade das esquerdas, convocado pelas direções estaduais do PT, PCdoB e PSB.

Estiveram presentes cerca de 500 pessoas entre militantes dos partidos, estudantes, donas de casa, operários e populares. Cerca de 50 entidades sindicais, populares e democráticas se fizeram presentes.

A mesa diretora dos trabalhos foi composta por representantes dos três partidos. Participou do ato também o representante do Diretório Regional do PDT no Maranhão, Aziz, assessor do prefeito de São Luís, Jackson Lago.

O ato teve início com a leitura, feita por Nádia Campeão,

presidente regional do PCdoB, do manifesto pela unidade das esquerdas. Em seguida falou Cesar Alvarez, representante da Executiva Nacional do PT, que salientou as características da crise atual do país. Ele afirmou que a unidade das esquerdas correspondeu à necessidade de ter uma alternativa para combater o poder das elites.

Dizendo ser a união das esquerdas uma exigência do momento atual e que ela atemoriza as classes dominantes, o deputado federal pelo PCdoB no Piauí, Manoel Domingos, demonstrou que a eleição de um presidente de base popular ajudará a avançar a luta do povo por uma nova sociedade.

Na opinião do deputado estadual Juarez Medeiros (PSB) esta é uma reunião histórica porque representa importante

passo na busca da unidade do povo para a sucessão presidencial e também para derrotar no Estado, no próximo ano, a oligarquia de Sarney.

Várias entidades sindicais e populares — CUT, Sindicato dos Ferroviários, Metalúrgicos, Lavradores, UJS — bem como personalidades como a deputada Conceição Andrade (PSB) e o professor Arlindo Raposo, secretário de Administração de São Luís, manifestaram-se elogiando a iniciativa dos partidos das esquerdas e demonstrando intenções de realizar um amplo movimento de massas em defesa da soberania nacional e do futuro do Brasil.

(Da sucursal)

Frente Brasil Popular em campanha

Marco Aurélio Couto



Gritando o slogan "Brasil urgente, Lula presidente" e "Frente é pra ganhar", 6 mil pessoas tomaram conta do centro de Porto Alegre (RS) no último dia 20 de abril, quando realizaram uma passeata de lançamento do candidato da Frente Brasil Popular à Presidência da República.

Ovacionados por centenas de outras pessoas que assistiram à passeata, debaixo de uma nuvem de papel picado que caía dos prédios e num mar de bandeiras do PCdoB, do PT e da União da Juventude Socialista (UJS), os líderes da manifestação falaram ao povo gaúcho. O prefeito de Porto Alegre, Olívio Dutra, destacou: "aqui estão as bandeiras do PT e do PCdoB. Com esta caminhada daremos a arrancada para a vitória, como foi a conquista da Prefeitura de Porto Alegre. As elites nos desprezavam, mas o povo sábio deu uma grande resposta a essa gente sedenta por dinheiro".

O presidente regional do PCdoB, Edson Silva, declarou: "aqui está aquilo que os poderosos temem: a unidade do povo e dos partidos de esquerda. São sabedores de que esta unidade é a que tem condições de, além de conquistar o governo nas próximas eleições, impulsionar a luta contra o capital estrangeiro, pela reforma agrária antilatifundiária, pelo fim da intromissão dos militares nas greves e na vida política nacional".

A primeira medida que adotaremos: suspender o pagamento da dívida.

Lula foi muito aplaudido quando levantou algumas bandeiras da Frente Brasil Popular: "a primeira medida que adotaremos, no primeiro dia do nosso governo, será a suspensão do pagamento da dívida externa, pois não podemos continuar a sustentar o sistema financeiro internacional. Aqui em Porto Alegre visitei os colonos e religiosos que estão fazendo greve de fome para sensibilizar os governantes a fim de que apressem a reforma agrária. Isso tem que acabar, tem terra sobrando. A reforma agrária será outra das medidas que o governo do PT, do PCdoB, do PSB e do PV irá implementar com o apoio do povo unido".

No dia seguinte, 21 de abril, o candidato a presidente da República pela Frente Brasil Popular voltaria, em Salvador (Bahia), a insistir na suspensão do pagamento da dívida externa, perante uma plateia de mais de duas mil pessoas: "para cada retaliação que houver ao Brasil, em decorrência do



A Comissão de frente da entusiástica manifestação de Porto Alegre que lançou na capital gaúcha a candidatura de Lula



não pagamento da dívida, nacionalizaremos uma empresa de capital estrangeiro", disse Lula.

O trabalhador está no centro dos acontecimentos e pode conquistar o governo

Além das manifestações públicas, Lula tem realizado encontros com sindicalistas e trabalhadores de base de diversas categorias, a fim de organizar a campanha e debater os pontos programáticos da Frente Brasil Popular. No Rio de Janeiro, reuniram-se recentemente com Lula quase dois mil trabalhadores e sindicalistas, no Rio Grande do Sul 600, em Minas Gerais 500 e em Santa Catarina 500.

No último dia 29 de abril, em São Paulo, os diretórios do PT e do PCdoB na Zona Sul da capital organizaram um encontro de Lula com metalúrgicos e operários de outras categorias na subseção do Sindicato dos Plásticos. Num ambiente festivo, animado e descontraído, Lula afirmou que sua candidatura, lançada por uma frente de partidos populares e de esquerda "é o fato novo na conjuntura política do país." "O trabalhador" — prosseguiu o candidato — "está no centro dos acontecimentos e pela primeira vez tem a oportunidade histórica de conquistar o governo da República".

O candidato da Frente Brasil Popular acentuou o papel dos trabalhadores em sua campanha: "ela só tem sentido se despertar a classe operária". Disse ainda que "não vamos submeter nossa candidatura ao consentimento dos militares". "O importante para nós" — arrematou Lula — "é o movimento de massas organizado e consciente, do qual depende o desenvolvimento da campanha para ganhar, tomar posse e governar o país."

Nas manifestações políticas e encontros com trabalhadores e sindicalistas de que participa, Lula tem afirmado que uma das garantias da vitória é o programa. Na sua opinião a Frente Brasil Popular toma a dianteira e se distingue dos demais partidos e eventuais coligações porque é a única que está defendendo idéias programáticas junto ao povo. "O mais importante" — assinala Lula — "é que o nosso programa é unitário, não só do PT, mas do PCdoB, do PSB e do PV."

O importante é que nosso programa é unitário, do PT, do PCdoB, PSB e PV

Com efeito, esses dois fatores — o impulso de massas que a campanha está tomando e os entendimentos entre os partidos da Frente Brasil Popular para a elaboração do programa de campanha e de governo — são decisivos para a intensa

movimentação política que o país irá viver a partir de agora até as eleições.

Depois de várias reuniões, nas quais têm prevalecido o desejo de unidade e a disposição de elaborar um programa popular, democrático e progressista, os partidos que integram a Frente Brasil Popular chegaram a importantes denominadores comuns, através de um processo de consenso progressivo.

No dia 13 de maio, a Frente Brasil Popular e a candidatura Lula serão lançadas num ato político de massas, na cidade metalúrgica de São Bernardo do Campo (SP) para o qual os organizadores esperam a participação de dezenas de milhares de pessoas. Nesse dia será lido um manifesto à nação, assinado pelo PT, o PCdoB, o PSB e o PV e serão apresentados os pontos programáticos que nortearão a campanha eleitoral e a ação do governo da Frente Brasil Popular.

No ato de São Bernardo do Campo, a Frente Brasil Popular tornará pública a sua determinação de instituir um governo democrático-popular, ao qual caberá estabelecer um regime efetivamente democrático e um novo padrão de desenvolvimento independente, com distribuição de renda, voltado para as necessidades do povo brasileiro, para a valorização da vida, para a melhoria do bem-estar das massas e a preservação do meio ambiente.

A reportagem da Classe

apurou ainda que o consenso formado até agora vai no sentido de defender a democratização da sociedade, a extinção da tutela militar sobre o poder civil, a consolidação da liberdade sindical e do direito de greve, a garantia do pleno exercício dos direitos da cidadania, o combate a todas as formas de arbítrio e prepotência contra o povo e o estímulo à organização do povo e sua participação no poder. Os partidos da Frente Brasil Popular estão convictos da necessidade de suspender o pagamento da dívida externa, adotar uma política de justa distribuição de renda e elevação dos salários, promover a reforma agrária e um novo modelo agrícola, limitar a presença do capital estrangeiro na economia, moralizar e tornar eficiente a administração pública, manter o setor produtivo estatal em poder do Estado, combater os superlucros e os juros altos e salvar a Amazônia, preservando-a como parte integrante e inalienável do patrimônio brasileiro.

O nome do vice deve ampliar a base política e eleitoral da Frente

Questão importante nos entendimentos entre os partidos da Frente Brasil Popular é a escolha do nome do candidato a vice-presidente. Na opinião do presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, o candidato a vice "deve ampliar a base política e a densidade eleitoral da Frente. É preciso escolher um nome que, mantendo o perfil democrático, popular e progressista da Frente, agregue força eleitoral." O boletim "Lula presidente", editado pelo comitê da campanha presidencial, no número de abril, traz a posição do Diretório Nacional do PT sobre a questão, que converge com a do presidente nacional do PCdoB: "O Diretório Nacional do PT é de opinião que o candidato a vice-presidente deve ser, preferencialmente, de fora dos quadros do PT. O perfil dessa pessoa deve responder às necessidades de ampliação política e eleitoral".

Como se vê, as primeiras manifestações de massas e o avanço dos entendimentos entre os partidos da Frente Popular para a elaboração do programa e a escolha do nome do candidato a vice-presidente mostram que está vencida uma etapa da campanha presidencial das esquerdas. O ato do dia 13 deflagrará nova fase — a campanha de massas propriamente dita. Daí a importância de reunir nesse dia milhares e milhares de pessoas, a construção de um movimento de massa e grande envergadura poderá tomar forte impulso a partir daí.

(Da redação e sucursais)

Collor, o falso brilhante. A verdade

Arquivo

Nossa sucursal em Alagoas faz uma minuciosa análise sobre Fernando Collor de Mello, governador do Estado e pretendente à Presidência da República. Com dados e informações irrefutáveis, demonstramos nesta reportagem a falsidade de seu discurso. Na próxima edição continuaremos mostrando a verdade sobre Collor de Mello, com um artigo opinativo do deputado alagoano Eduardo Bomfim e mais informações.

A grande maioria dos alagoanos tem hoje a impressão de que vive numa "ilha da fantasia às avessas". Para o resto do Brasil este pequeno e pobre Estado nordestino tornou-se, de um momento para outro, um exemplo de povo satisfeito e uma vitrine de administração bem-sucedida — "um pedaço de chão limpo deste país", como sempre repete o governador do Estado, Fernando Collor de Mello. Enquanto o resto do Brasil consome esta imagem, o povo alagoano, perplexo, com esta distorção da realidade e apavorado com a situação de crescente miséria, desemprego, bagunça administrativa e corrupção no governo do Estado, só consegue torcer para que chegue logo o dia em que o governador terá que deixar o cargo e sair de Alagoas para fazer sua campanha a presidente. "Já vai tarde", é o que se ouve por toda a parte em Alagoas.

Quem é, afinal, este político que se transformou no mais recente fenômeno de fabricação publicitária no país? O que estará por trás dessa maciça e bem planejada propaganda que faz de Collor o "enfant gâté" desse início de campanha sucessória? Que interesses levam as grandes redes de televisão e os jornalões da "grande imprensa" a lhe concederem generosos espaços e, principalmente, a ignorarem a gritante realidade de Alagoas, totalmente inversa ao que é divulgado no noticiário nacional?

Ele não representa nada de novo. É o mesmo velho discurso

Apresentado como uma novidade no cenário político nacional, na verdade não representa nada de novo. É o mesmo velho discurso falsamente moralista reciclado para encobrir a falta de idéias claras sobre os problemas do país.

Sua carreira política começou em 1979 quando foi instalado direto no poder como prefeito biônico de Maceió, pela Arena, depois PDS. Por esse partido elegeu-se deputado federal em 1982. Na Câmara dos deputados alinhou-se com o grupo liderado por Paulo Maluf, com quem estabeleceu estreitas ligações políticas e pessoais. Em 1984, votou a favor das diretas-já, porém

pouco depois tornou-se ativista fervoroso da campanha presidencial de Maluf.

Com a vitória de Tancredo Neves, começou o processo de declínio do PDS e Collor começou a dar uma guinada expressiva em seu discurso e posições políticas. Rompeu com o PDS de forma nada amistosa, denunciando as oligarquias que tradicionalmente dominavam a vida econômica e política de Alagoas. E filiou-se, ainda em 1985, ao PMDB. Passou a defender teses progressistas, foi-se impondo como liderança naquele partido, assumindo compromissos com as causas populares e democráticas, passando mesmo a adotar um discurso de oposição radical à oligarquia dos barões do açúcar e os coronéis do sertão, ou seja, o PDS-PFL.

O PCdoB cumpriu um papel de denúncia e combate à traição

Arregimentou apoios e conseguiu apresentar-se como o mais forte candidato do PMDB e das forças progressistas para a sucessão ao governo estadual em 1986, em condições de derrotar o monopólio de duas décadas das velhas oligarquias do Estado. Foi escolhido candidato da frente oposicionista com respaldo unânime das mais expressivas e tradicionais lideranças do PMDB, como José Costa, Teotônio Vilela e das forças progressistas mais avançadas, como o PCdoB, além dos mais respeitáveis sindicalistas e líderes populares. Com essas forças, assumiu compromissos públicos que delineavam uma frente autenticamente oposicionista com propostas de governo progressistas.

Na campanha, o candidato a governador capitalizava o sentimento popular que exigia mudanças em Alagoas. Alimentou a esperança do povo com uma mensagem sintonizada com as necessidades do Estado.

Apresentou um programa avançado de governo que conquistou o apoio popular.

Eleito numa vitória memorável das forças oposicionistas, Collor repetiu que cumpriria os compromissos: combate à corrupção e à violência impune, enfrentamento do poderio econômico dos usineiros, moralidade administrativa,

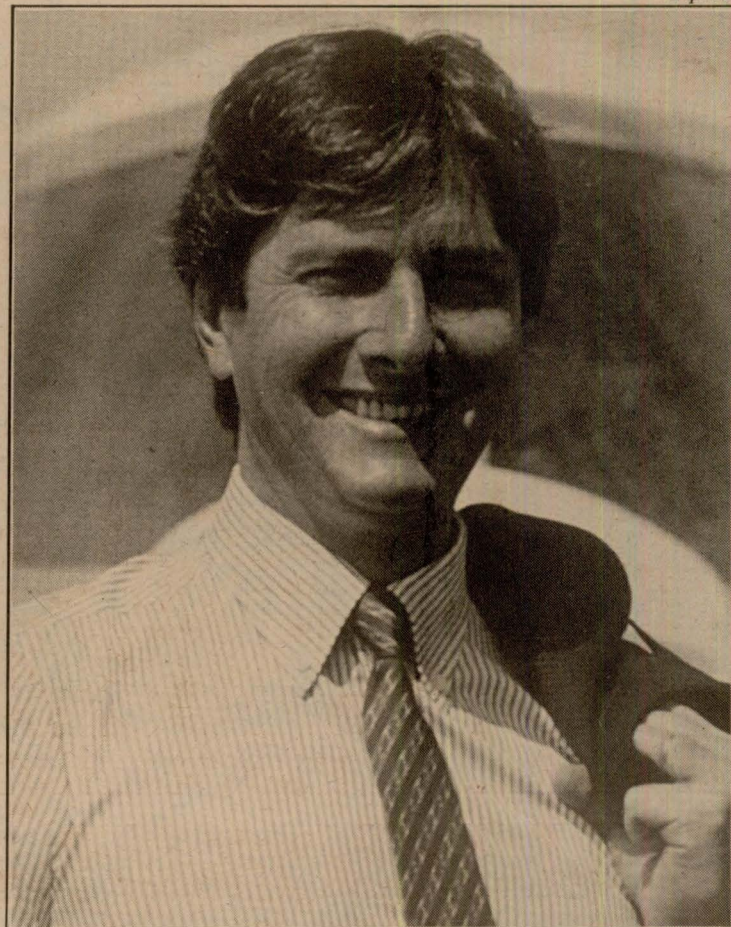
prioridade para as questões sociais, modernização do desenvolvimento do Estado e democratização das relações entre governo e povo.

A maioria das forças políticas que apoiaram Collor na campanha participou, pelo menos no início, de seu governo. O PCdoB, porém, numa atitude de independência, decidiu não aceitar cargos de direção no governo. E reafirmou, em nota pública de sua Direção Regional, antes da posse do governador, seu apoio às medidas e posições corretas — como a de oposição ao governo Sarney. Mantendo sua linha de independência, a Direção Regional do PCdoB declarou em sua nota: "O PCdoB não vacilará em denunciar e combater aqueles que, dentro ou fora do governo, tentarem barrar as mudanças reclamadas pelo povo e prometidas pelo candidato, e os que tentarem manter ou criar novos vícios administrativos."

Não demoraria muito e o PCdoB estaria cumprindo de fato este papel de denúncia e combate. Com o passar do tempo, Collor trairia, um por um, todos os compromissos que assumira. O PCdoB, que já se afastara politicamente do governo, rompeu com ele em 1988, passando a fazer-lhe oposição.

Nos primeiros momentos do novo governo, Collor ainda deu a impressão de que corresponderia à expectativa do povo, anunciando medidas que tiveram o aplauso dos alagoanos e do restante da população brasileira. Recusou-se a pagar os supersalários dos marajás do serviço público. Prometeu cobrar na Justiça as dívidas dos usineiros com o Banco do Estado — dívidas contraídas nos governos da Arena, PDS e PFL, que enriqueceram ainda mais os donos de usinas e jamais eram cobradas, mesmo porque vários empréstimos foram feitos de forma irregular e alguns tiveram dinheiro liberado sem sequer ter a assinatura do devedor, ou seja, não havia como cobrar. E outras medidas de forte impacto popular e apelo promocional. Até a proibição de transportar trabalhadores rurais nos "gaioles" foi anunciada. No papel.

Ao longo desses dois anos o povo alagoano iria constatar uma decepcionante verdade:



Collor: um produto fabricado com requinte pela mídia nacional

as medidas eram alardeadas para efeito externo, de forma bombástica, para ganhar espaço no noticiário nacional, mas assim que as câmeras de televisão eram desligadas, tudo virava letra morta.

Collor abandonou o programa de governo que havia conquistado o apoio do povo. A máquina administrativa foi-se transformando em instrumento eleitoral para o projeto personalista do governador: lançar-se candidato à Presidência da República.

Para isso, tem usado e abusado de seus poderes de governador, de seu complexo privado de comunicação de massas, a organização Arnon de Mello (emissora de TV filiada à Rede Globo, jornal, rádios AM e FM, gráfica) e dos antigos laços de sua família com o empresário Roberto Marinho.

Assim, foi-se montando a "ilha da fantasia de Collor". A propaganda para efeito externo foi sustentada pelas duas bandeiras principais que chamavam a atenção da opinião pública: acabar com os "marajás" e enfrentar o poder dos usineiros. Duas bandeiras falsas, como a realidade demonstrou. Os "marajás" continuam tão "marajás" como antes, com duas vantagens: recebem em dia, ao contrário dos demais servidores estaduais (que desde dezembro de 1988 vêm recebendo com mais de 30 dias de atraso) e não são incomodados pela "grande imprensa nacional, que pensa (ou vende a ilusão) que Collor acabou com essa casta. Só

não ganham ainda mais porque o governo Collor não dá aumentos a ninguém desde outubro de 1988, descumprindo projetos da sua própria autoria, e promovendo o maior arrocho salarial da história do funcionalismo público em Alagoas.

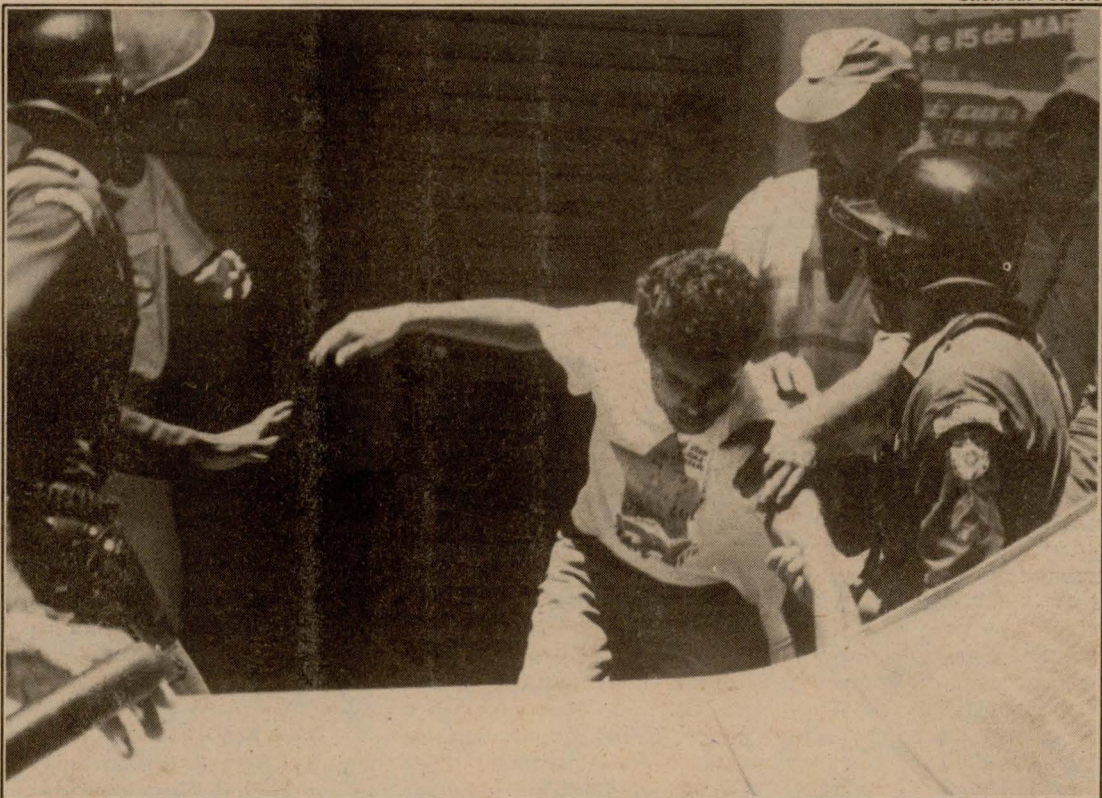
Quanto aos usineiros, continuam nadando em ouro, mandando no Estado e não pagando o que devem. No início do seu governo, Collor ganhou manchetes nacionais ao proclamar que a dívida de 130 milhões de dólares dos usineiros com o Banco do Estado seria cobrada de qualquer forma — ou em dinheiro ou através de terras que o Estado tomaria dos usineiros para fins de reforma agrária em Alagoas. Ficou tudo no discurso: até hoje os usineiros não pagaram um centavo da dívida, o Banco do Estado não agüentou o "rombo" e sofreu intervenção do Banco Central (permanece fechado desde 16 de novembro de 1988, com prejuízos imensos à economia alagoana) e nenhum palmo de terra dos usineiros foi desapropriado. Por trás das belas palavras, um acordo de bastidores foi feito secretamente com os usineiros, e depois que veio à tona, virou escândalo. Além da isenção do ICM sobre a cana colhida em terras próprias das usinas, os usineiros ganharam um presente de ouro — a devolução, pelo Estado e Memorial do ICM da cana própria que as usinas pagaram nos últimos cinco anos. Serão 120 parcelas

sobre o governador de Alagoas

Sucursal Maceió



Sucursal Maceió



Depois de trair os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral para o governo do Estado e de exaurir as finanças públicas, Collor recorre à repressão aos trabalhadores.

mensais, todas corrigidas, que transformarão o Estado de credor em devedor dos usineiros pelos próximos dez anos. Os protestos e acusações receberam como resposta o silêncio governamental. As denúncias foram abafadas.

Sua moralidade é falsa e surgem denúncias por toda a parte

A "moralidade" administrativa, apregoada pelo país afora, é tão falsa que nem a própria bancada governista na Assembléia Legislativa se arisca a defender. O fisiologismo continua tão entranhado na máquina administrativa co-

mo era nos governos do PDS-PFL. As denúncias de práticas imorais pululam por toda a parte, abrangendo a cobrança de comissões, nepotismo ou desvio puro e simples de dinheiro público para bolsos particulares, entre outras. Até um pomposo "projeto moralização", anunciado como um cadastramento geral do funcionalismo destinado a racionalizá-lo, parou no meio do caminho por pressões fisiológicas, depois de consumir uma fortuna. Resultado: o Estado continua sem saber ao certo quantos funcionários tem e quais os que ocupam cargos legalmente.

"Em Arapiraca o empresário que foi da turma do Collor

só paga imposto se quiser." A frase, que corre de boca em boca ostensivamente nos corredores da Secretaria da Fazenda, atesta bem o ponto a que chegou a sonegação permitida do ICM e outros tributos estaduais em Alagoas. E não só em Arapiraca, a segunda maior cidade do Estado: é por toda a parte e as maiores denúncias são feitas pelos próprios fiscais de arrecadação da Fazenda estadual.

Collor estraçalhou as finanças públicas e levou o Estado ao caos

E não há como desmentir a denúncia: os dados oficiais mostram que em 1984, 1985 e

1986 Alagoas chegou a ser o segundo Estado do país em incremento percentual na arrecadação do ICM. Em 1987 caiu para 14º e hoje é o último. A causa principal é a evasão fiscal permitida pelo governo Collor para beneficiar empresários amigos, empobrecendo os cofres do Estado. A própria Associação do Fisco já denunciou publicamente a sonegação consentida.

Não é à toa que, permitindo essas práticas, Collor acabou por estraçalhar as finanças públicas, levando o Estado à atual calamidade financeira e promovendo um brutal arrocho salarial dos servidores. As perdas salariais acumuladas desde o primeiro trimestre de 1987, quando Collor assumiu o governo, até hoje atingem o nível alarmante — reconhecido pelo próprio governo — de 1.300%. O governo estadual simplesmente ignorou os gatilhos de todo o ano de 1987 e descumpriu a política salarial que ele próprio estabeleceu, de aumentos trimestrais segundo o incremento nominal da arrecadação. Mais de 80% do servidores só recebem o piso salarial mínimo. Até março passado, um servidor de nível superior (médico, por exemplo) ganhava, no início de carreira, 65 cruzados novos por mês para 20 horas semanais e no fim de carreira o salário era de 129 cruzados novos. No caso de professores de nível superior, basta uma comparação: quando Collor assumiu, um professor desse nível iniciava a carreira ganhando 6,5 salários mínimos. Hoje, no final de carreira, ganha o equivalente a 1,5 salário mínimo. Em 1987, Alagoas era o Estado que pagava o segundo maior salário do país aos seus professores, só superado pelo Distrito Federal. Hoje é o último, o pior de todos. As pensionistas do Instituto de Previdência do Estado passam fome. Várias delas exibem contracheques de NCz\$ 0,01. Isto mesmo, um centavo por mês!!!

Isto explica por que os servidores estaduais, nesses dois anos de governo Collor, tiveram que recorrer a cinco greves gerais, algumas de longa duração. Collor é um mau administrador e tratou a questão do funcionalismo da forma mais irresponsável: anunciou um plano para "enxugar" a máquina estadual, que incluía a demissão de 9 mil servidores, além da extinção de órgãos necessários, como a Emater, de pesquisa e extensão rural. Na verdade, o Diário Oficial só publicou pouco mais de 1.500 demissões, e nestas, boa parte era de celetistas. Mas, como o Estado não recebe o ICM desde 1983, esses celetistas continuam constando da folha de pagamento e recebem sem trabalhar. Demitidos, de fato,

foram servidores humildes, que trabalhavam e dependiam do salário para viver. Outros milhares foram colocados "em disponibilidade", impedidos de ir trabalhar e tendo os salários drasticamente reduzidos.

Ausente a maior parte do tempo do Estado (em dois anos jamais permaneceu 30 dias seguidos em Alagoas), em viagens de campanha ou de lazer no exterior, Collor deixou a máquina administrativa em completo marasmo. Não há projetos em andamento, não existem metas de governo nem prioridades, as repartições vivem uma rotina sonolenta. O caos administrativo é total, com todos os vícios que existiam antes.

Não há uma política social em Alagoas. A "prioridade" anunciada na campanha e inventada pela mídia nacional, soa para os alagoanos como sarcasmo e deboche. Na área da saúde, por exemplo, a rede física do Estado foi sucateada, abandonada, sem material de consumo e medicamentos. Equipamentos deterioram-se por falta de manutenção, a qualidade dos serviços públicos de saúde é a pior possível. "É mais seguro um doente ficar fora dos hospitais do Estado do que dentro deles", afirmou em recente debate o presidente do Conselho Regional de Medicina, Antônio de Pádua.

Igualmente estarecedora é a situação do ensino público estadual. Desde abril os professores estão em greve geral por tempo indeterminado, num movimento intitulado "SOS educação". Existem 200 mil alunos matriculados na rede estadual, mas há outros 120 mil sem vagas, fora das salas de aula. A rede escolar está em ruínas, a começar pelo prédio-sede da própria Secretaria da Educação, que teve de ser evacuado e interditado porque o teto está desabando e as paredes rachando. Só neste começo de ano letivo oito escolas tiveram que ser fechadas porque há perigo de desabarem. Falta o material mínimo necessário.

O marasmo toma conta, como uma praga, de todas as áreas do governo — exceto, é claro, da área de Comunicação — onde a produção em série de materiais elogiando o governador prossegue.

Vê-se que a falsa imagem de moralista e empreendedor é a arma de Collor — a única, na verdade, de que dispõe na falta de uma proposta séria para o país da parte das elites dominantes, das quais faz parte.

Fernando Collor de Mello é uma peça publicitária fabricada pelo "grande político da imprensa", como alternativa para o projeto tático-eleitoral das classes dominantes.

A breve sobrevida do PMDB

Moacyr de Oliveira Filho*

Falou mais alto o instinto de sobrevivência. Essa é a explicação mais adequada para o resultado da Convenção Nacional do PMDB que, após dois dias de conchavos, intrigas, traições e manobras de bastidores, acabou consagrando o deputado Ulysses Guimarães como o candidato oficial do partido à sucessão presidencial, depois de uma surpreendente desistência do governador da Bahia, Waldir Pires, que decidiu não continuar na disputa no segundo turno da votação, após credenciar-se no primeiro turno, superando o candidato do Palácio do Planalto, ministro Iris Rezende.

Adiada a implosão

Com esse resultado, a esperada implosão do PMDB ficou adiada e o partido continua sendo o que sempre foi: uma massa disforme unindo políticos de direita, liberais de centro e uma parcela dita progressista mas que não apresenta propostas efetivamente avançadas, e comandado melancolicamente pela figura do doutor Ulysses Guimarães.

De qualquer forma, os resultados da Convenção espalharam por todos os cantos os cacôs do partido, com muitos derrotados e alguns supostamente vencedores. O principal derrotado, sem dúvida nenhuma, foi o setor moderado (de direita) do partido, o presidente Sarney e seu esquema palaciano. Afinal, o candidato do Planalto e seus coordenadores sofreram uma acachapante derrota. Mais do que isso, demonstraram incompetência política, inabilidade na articulação e pouca intimidade com a matemática.

Festa virou velório

Iris Rezende e seus partidários programaram invadir Brasília imaginando que sairiam vitoriosos da Convenção. A estratégia do seu grupo previa uma vitória apertada sobre Ulysses no primeiro turno e uma vitória consagradora no segundo turno. E se prepararam para isso inundando Brasília com torcidas organizadas e bem pagas, farto e caro material de propaganda e outras coisas mais. Tanto isso é verdade, que na tarde de sábado, 29, enquanto se desenrolava o primeiro turno de votação, o ministro Carlos Sant'Anna, um dos articuladores do grupo moderado, previa que Iris Rezende teria mais de 400 votos no primeiro turno e informava o presidente Sarney desse seu entusiasmo.

Abertas as urnas e contados os votos, o entusiasmo virou velório. O candidato moderado amargou o terceiro lugar, com apenas 251 votos, atrás de



Waldir Pires, que teve 272 votos, e de Ulysses Guimarães, que ficou em primeiro lugar com 302 votos. Em termos percentuais a votação de Iris Rezende foi de 27%, inferior mesmo à votação de 38% que seu grupo obteve na convenção anterior. Nervoso, Carlos Sant'Anna gritava na sala da liderança do governo: "Foi o voto da compaixão no dr. Ulysses que nos derrotou."

O mal menor

Compaixão ou não, a verdade é que por incompetência ou erro de cálculo, os próprios moderados contribuíram para a vitória de Ulysses, descarregando votos no patriarca do PMDB, assustados com o crescimento da candidatura de Waldir Pires. Quando constatarem esse crescimento, os moderados partiram para uma tática que se revelou suicida. Descarregaram alguns votos em Ulysses, tentando evitar a vitória de Waldir que, segundo o raciocínio dos moderados, seria um adversário mais duro no segundo turno. Erraram nos cálculos e acabaram humilhantemente derrotados.

O crescimento da candidatura de Waldir Pires pode ser em parte atribuído à ação de

alguns governadores, particularmente Newton Cardoso, de Minas Gerais, e Moreira Franco, do Rio de Janeiro, que não queriam a candidatura de Ulysses Guimarães, aos votos comandados pelo vice-governador de São Paulo, Almino Affonso, além do comportamento independente de alguns convencionais que não viam viabilidade eleitoral na candidatura de Ulysses Guimarães.

Waldir joga a toalha

Mas o embate final acabaria sendo cancelado. Após inúmeras articulações que invadiram a madrugada seca de Brasília, Waldir Pires e seu grupo decidiram jogar a toalha e apoiar o velho cacique Ulysses. O acordo final acabou sendo selado num almoço entre os dois candidatos, onde, segundo se comenta, Ulysses teria se comprometido com diversos pontos programáticos defendidos por Waldir. Especula-se também que Waldir teria exigido de Ulysses o rompimento formal e explícito do PMDB com o governo Sarney, inclusive com a renúncia dos ministros peemedebistas. Não se sabe a resposta de Ulysses, mas pode-se imaginar o que ele fará na



O PMDB conseguiu uma sobrevida. Até quando não se sabe. Por hora, o cacique Ulysses Guimarães foi ungido à condição de candidato, com o beneplácito dos "progressistas". Com essa aliança as elites tentam preencher o vazio do centro.

prática. Dirá (ou disse) sim a Waldir e, na seqüência, com a sua velha e habitual habilidade de repouso pessedista, irá deixar as coisas nos mesmos lugares. Nesse sentido, uma frase dita por Ulysses na manhã de segunda-feira é sintomática — "Sarney é coisa do passado" — como quem diz — não é preciso preocupar-se com ele fazendo-lhe oposição.

O raciocínio do grupo de Waldir Pires para abandonar a disputa é aparentemente lógico. Segundo eles, a disputa entre Waldir e Ulysses no segundo turno da Convenção seria desfavorável a eles. Seriam esmagados por Ulysses e, pior do que isso, reintroduziriam no jogo político do PMDB o poder de fogo dos moderados e dos governistas. Isso porque Ulysses precisaria negociar com os moderados para derrotar o grupo de Waldir. Sendo assim, para isolar definitivamente os moderados, o único caminho seria a renúncia, precedida de um compromisso político previamente firmado entre Waldir e Ulysses.

Apenas uma sobrevida

Esse raciocínio, no entanto, não agradou a todos os "progressistas". O deputado Francisco Pinto, por exemplo, foi contra a manobra e argumentou que para isso não seria preciso ter se jogado na disputa. Bastava ter feito esse compromisso com Ulysses desde o início das articulações e apoiado a sua candidatura ainda no primeiro turno. Os resultados práticos seriam os mesmos: a vitória de Ulysses e a derrota dos moderados. Chico Pinto

não foi ouvido por seus pares e saiu insatisfeito da Convenção, tendo inclusive, ao que consta, anulado o seu voto no segundo turno.

Manobras e conchavos à parte, o PMDB conseguiu sobreviver, ainda que temporariamente, a essa Convenção. Evitou um racha maior, e agora, se contar efetivamente com uma aliança com os "progressistas", sai em campanha com tinturas de "centroesquerda" em seu perfil. Isso depende, evidentemente, de Waldir Pires aceitar sua indicação à vice ou de o vice ser do seu grupo.

Esse resultado deixa também um grande derrotado. O senador Mário Covas e seus tucanos. Apostando na implosão do PMDB com uma provável vitória dos moderados e esperando colher o apoio dos dissidentes, o PSDB vê diminuir ainda mais o seu espaço político, com o perfil de "centroesquerda" que o PMDB deve assumir na aparência. Com isso, já se fala até mesmo numa coligação PMDB-PSDB, proposta defendida pelo governador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, no day-after da Convenção do PMDB.

Quanto aos moderados, as opções também parecem se clarear. Com a derrota fica aberto o caminho para apoiar outra candidatura que atenda melhor aos seus interesses reacionários e fisiológicos, como, por exemplo, a de Jânio Quadros que, aliás, conta com o apoio público de alguns peemedebistas notórios, como os ministros José Aparecido de Oliveira e Roberto Cardoso Alves. Ou então qualquer outra candidatura que interesse a Sarney e ao Palácio do Planalto. Tudo isso, muito provavelmente, sem sair do PMDB. Que, afinal, ainda continua sendo uma galinha dos ovos de ouro.

O PMDB conseguiu apenas ganhar uma sobrevida. O projeto político de "centroesquerda", indefinido e pouco claro, tendo à frente uma figura de discutível potencial eleitoral, uma verdadeira múmia da política tradicional das classes dominantes, como é Ulysses Guimarães, dificilmente conseguirá empolgar as massas e ganhar a eleição. O "voto da compaixão", definido por Carlos Sant'Anna como o responsável pela vitória de Ulysses, muito provavelmente levará o partido a uma memorável derrota eleitoral. Como disse o deputado Francisco Pinto, comentando o resultado da Convenção: "Foi uma Convenção surrealista. A praça não quer, as galerias não querem, mas os políticos escolheram o Ulysses candidato."

*Correspondente em Brasília

Direita volta a lançar bombas

Leônidas "limpa a barra" dos terroristas

O atentado terrorista ocorrido na madrugada de 2 de maio na cidade metalúrgica de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro, não é fato isolado no conturbado momento político por que passa o país. Ele expressa, de maneira extremada, o pânico das classes dominantes diante da onda grevista e da possibilidade, cada vez mais plausível, de as esquerdas vencerem o pleito presidencial de 15 de novembro próximo.

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, ameaçou processar e mandar prender (seria mais claro "prender e arrebanhar") quem acusar ou mesmo insinuar que tenha sido a corporação que dirige a executora ou mandante do ato de banditismo. Mas suas declarações sobre o atentado são altamente comprometedoras, pois "limpam a barra" dos terroristas, tentando justificá-los: "Comportamentos intolerantes, como vemos em alguns segmentos que se negam a obedecer à lei e à ordem, levam a uma contrapartida. E de duas uma: ou esses segmentos recebem uma punição dos órgãos governamentais, que seguramente vão ocorrer, ou estão sujeitos a outras entidades, também espúrias, que resolvem agir. No meu ponto de vista, foi o que aconteceu agora".

É assim que o ministro do Exército encara a realidade nacional. Para ele, e de resto para o governo, o grande empresariado e o conjunto das Forças Armadas, o foco da instabilidade política está na justa luta dos trabalhadores. Estes, porém, não estão exigindo nada além do que lhes é devido: a reposição das perdas sofridas em função do maior arrocho salarial da história, promovido pelo Plano Verão. Na verdade, os fatores de instabilidade residem na política do governo, que conduz ao agravamento da crise em todos os níveis, assu-

mindando, já a esta altura, ares de tragédia. Daí à comoção social, general, o caminho é curto.

Para o país não cair no abismo, basta remover os obstáculos que impedem o progresso nacional, seu desenvolvimento independente e o bem-estar de seu povo. Mas isso só poderá ser feito com reformas estruturais, na economia, na política e no terreno social.

As forças democráticas, patrióticas, progressistas, populares e de esquerda — a parte viva, dinâmica e lúcida deste país — têm um projeto viável para colocá-lo nos trilhos. Não estão apostando no recurso às ações tresloucadas, encontram-se atuantes em campanha cívica eleitoral para conquistar o governo central. Sua atividade desenvolve-se dentro das regras do jogo democrático. Têm um programa, candidato e compromissos com o presente e o futuro do país. Já os círculos reacionários, obscurantistas, de que fazem parte o governo e as Forças Armadas, estão partindo para a agressão, o ataque desabrido às conquistas democráticas do povo brasileiro, rasgando a Constituição, atuando, pois, fora da lei.

Muito provavelmente o atentado da madrugada do dia 2 de maio não será apurado. Seus mandantes e executores não serão descobertos. Assim, o general se sentirá à vontade para processar e prender quem acuse a corporação armada por ele dirigida de envolvimento no crime. Quem não sabe que a impunidade é a marca registrada em casos como este? Não está aí o general Newton Cruz, ex-chefe da Agência Central do SNI, responsável por tantos atos ilegais, envolvido em acusações de assassinato, inteiramente livre para dizer que os terroristas de Volta Redonda "fizeram muito bem em destruir o monumento"? Que "aquele monumento não poderia jamais ter sido construído, porque se tratava de uma exaltação em praça pública à ilegalidade e uma ofensa permanente às Forças Armadas"? Até hoje, por acaso, foram descobertos e punidos os terroristas do Riocentro, os assassinos da secretária da OAB, D. Lyda, os incendiários de bancas de jornais que vendiam veículos da imprensa alternativa?

As forças progressistas e o povo brasileiro têm a convicção da necessidade de defender a legalidade democrática. Condição sine qua non para isso é punir os terroristas e rechaçar energicamente qualquer ameaça repressiva e golpista, entre estas as que o governo, o grande empresariado e as Forças Armadas fazem contra os trabalhadores em luta. (JRC)

Faltavam 15 minutos para a inauguração do monumento em homenagem aos mártires da Companhia Siderúrgica Nacional, assassinados em novembro do ano passado. Os operários encontravam-se reunidos no centro de Volta Redonda, comemorando o primeiro de maio, quando o operário Gilmar Rodrigues, antes de render os seus companheiros no turno das 18h, na Usina, resolveu passar em frente ao monumento. Ele se emocionou ao observá-lo e declarou: "Esse monumento, essa placa, essa cidade, tudo aqui é deles", ressaltando também a inclusão entre os homenageados, do ex-prefeito Juarez Antunes, morto misteriosamente num acidente de automóvel.

Esse sentimento manifestado pelo operário Gilmar, e que reflete o pensamento de toda a sua classe em Volta Redonda, foi totalmente ultrajado, pois homens ligados aos assassinos dos operários Walmir, Willian e Barroso, tombados na fatídica noite de 9 de novembro de 1988, voltaram a cometer um hediondo crime. Desta vez para destruir o principal símbolo da luta e da resistência dos trabalhadores, o marco que representava o sangue por eles derramado.

Uma bomba de alto teor explosivo foi colocada na base do Memorial na madrugada posterior ao primeiro de maio, danificando a obra, concebida pelo arquiteto Oscar Niemeyer para lembrar os mártires de Volta Redonda. A explosão ocorreu às 3h, tendo seu raio de deslocamento de ar atingido tudo o que se encontrava a pelo menos 30 metros do local da explosão. Os vidros do escritório central da Companhia Siderúrgica Nacional, um posto de gasolina e um prédio residencial foram atingidos por estilhaços. Cidadãos de Volta Redonda deram depoimentos atestando que o estrondo foi ouvido a 3 km de distância.

Uma "organização" auto-intitulada "Falange patriótica" assumiu, através de telefonemas aos órgãos de comunicação do Rio de Janeiro, a autoria do atentado.

Uma segunda bomba, não detonada, foi encontrada horas depois. Segundo as primeiras investigações, a bomba foi elaborada com um explosivo plástico e, de acordo com o perito Sérgio Leite, do Instituto Carlos Éboli, é obra de profissionais. Para ele, o arte-

fato foi colocado de maneira muito planejada.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda convocou imediatamente uma assembléia geral da categoria na praça onde se localiza o Memorial. Parlamentares iniciaram uma mobilização nacional e internacional para que sejam descobertos e punidos os responsáveis pelo ato de terrorismo. A deputada estadual pelo PCdoB no Rio de Janeiro, Jandira Feghali, tomou a iniciativa de passar um abaixo-assinado entre os representantes na Assembléia Legislativa, com o objetivo de repudiar a ação dos terroristas, que espelham o desespero dos círculos reacionários e direitistas, inconformados com a elevação da consciência e da disposição de luta da classe operária brasileira.

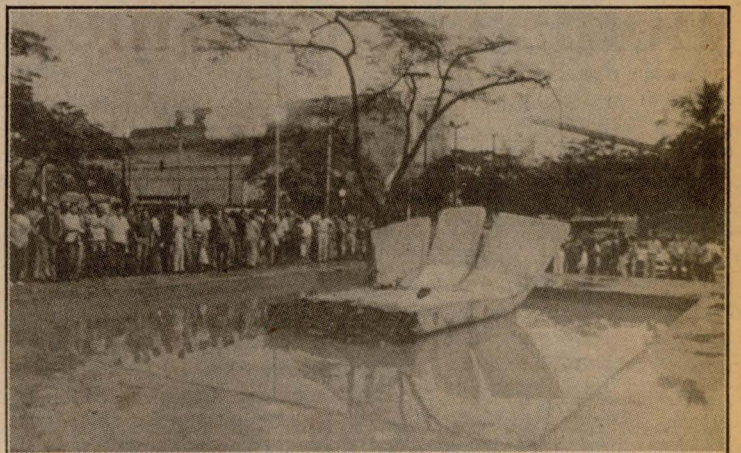
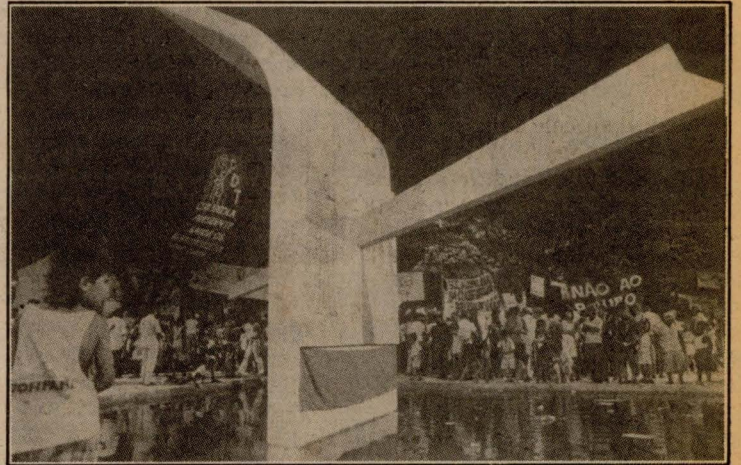
A deputada comunista acentuou: "Não bastassem os desmandos do governo e a repressão que exercem contra os trabalhadores,

as classes dominantes agora recorrem a procedimentos fascistas para fazer recuar a luta e a organização dos trabalhadores. Mas isso será em vão porque a luta prosseguirá."

No dia 2 de maio pela manhã o vereador do PCdoB no Rio de Janeiro, Edson Santos, compareceu ao Palácio do governo estadual, no momento em que o governador concedia entrevista coletiva sobre o atentado, a fim de exigir dele imediata apuração e punição para os mandantes e executores.

Na sessão do dia 3 na Câmara Federal, em Brasília, os deputados do PCdoB Eduardo Bomfim (Alagoas), Lídice da Mata (Bahia) e Edmilson Valentin (Rio de Janeiro) fizeram contundentes pronunciamentos repudiando o atentado terrorista, defendendo os direitos democráticos do povo e responsabilizando o governo Sarney pelo agravamento da crise que assola o país.

Arquivo



Na foto de cima o monumento ao ser inaugurado. Abaixo, o retrato do desespero da direita terrorista.

Frente Brasil Popular repudia

Reunidos na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo para a discussão do programa de governo da Frente Brasil Popular, os partidos que a integram foram surpreendidos pela notícia do criminoso atentado contra o memorial em homenagem aos Mártires de Volta Redonda, inaugurado ontem, 1.º de Maio, Dia do Trabalhador.

É evidente a gravidade do fato que nos lembra o atenta-

do do RioCentro. É inaceitável que o país veja a volta dos atentados a bomba sob os olhos do governo e das autoridades constituídas, que parecem apostar no pior. A impunidade da atuação dos grupos paramilitares de direita e as provocações feitas nas últimas semanas são a prova de que os setores retrógrados atentam novamente contra a democracia. Contra os direitos individuais e coletivos garantidos na Constituição.

Os partidos da Frente Brasil condenam o atentado de Volta Redonda e exigem a apuração e punição dos responsáveis e conclamam as forças democráticas e progressistas a se mobilizarem contra a volta das provocações e atentados a bomba.

São Paulo, 2 de maio de 1989
Luis Gushiken — PT
Carlos Minatti — PV
Jamil Haddad — PSB
Antonio Carlos — PCdoB

Arquivo



O general Leônidas encontra nas greves a justificativa do atentado

O contra-ataque de Sarney

Antonio Martins

Inteiramente fracassado em suas tentativas de garantir a estabilidade econômica, o governo apela para uma forte ofensiva política e ideológica. O objetivo é isolar as forças de esquerda, ou fazer com que renunciem à idéia de alterar um modelo de desenvolvimento que levou à maior crise de nossa história, mas que a burguesia julga imprescindível conservar.

As greves, os grevistas e as correntes políticas que de uma forma ou de outra têm lutado para alterar o modelo econômico a que o país está atrelado há pelo menos duas décadas e meia. Ao ocupar mais uma vez a rede nacional de rádio e TV, na noite de 27 de abril, foram estes os bodes expiatórios que o presidente Sarney procurou apresentar como responsáveis pelo agravamento sensível da crise econômico-financeira de seu governo, e pela possibilidade de cada vez mais presente de ela desembocar na perda completa de controle sobre a economia.

Um discurso do tempo da ditadura

Num discurso marcado por expressões que o povo não estava acostumado a ouvir desde o fim do regime militar, e pronunciado num tom que oscilou permanentemente entre o nervosismo e a agressividade, Sarney fez impressionantes malabarismos retóricos na tentativa de demonstrar que as greves realizadas ao longo de seu governo eram suficientes para causar "grandes problemas" em "qualquer país do mundo, por mais poderoso que seja". Em seguida, afirmou que os movimentos haviam adquirido características de "greivismo selvagem", e insinuou que colocaram em perigo a própria democracia.

Por fim, acusou as forças políticas que emprestam apoio e solidariedade aos trabalhadores que lutam de não aceitarem "o jogo democrático" nem "o império da lei".

Por mais frágeis e incongruentes que fossem, estes argumentos encontraram acolhida entre importantes setores do pensamento conservador, particularmente na imprensa. O discurso de Sarney acabou se transformando numa senha para que os jornais desencadeassem, contra as forças de esquerda em geral, uma campanha ideológica de proporções raras vezes vistas nos últimos tempos. Sete dias após o pronunciamento, quando fechávamos esta edição, esta campanha parecia continuar crescendo, tanto em intensidade quanto em virulência.

Uma rápida passagem de olhos pelas manchetes do dia 3 de maio era suficiente para confirmar este diagnóstico. Os grandes diários nacionais deram aval à ameaça feita por Sarney de demitir os funcionários do Banco do Brasil e do Banco Central ("Afinal, o governo pune os seus grevistas", chegou a dizer o "Jornal da Tarde"). Além disso, aproveitaram-se de uma derrota sofrida pela diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de

São Bernardo do Campo em assembleia da categoria para repetir a tese segundo a qual as greves fugiram ao controle dos próprios sindicatos. Finalmente, procuraram por todo os meios ridicularizar uma palestra feita por Lula em sua viagem aos Estados Unidos, em que reafirmou a intenção de suspender o pagamento da dívida externa, se eleito presidente.

Quais são as razões que estão por trás desta impressionante ofensiva? Que objetivos ela visa atingir? E por que motivo os jornais, que até há poucas semanas destacavam as debilidades do governo Sarney, mudaram o alvo principal de seu ataque, e passaram a ver nas greves e nas propostas sustentadas pela esquerda as principais causas da desestabilização de economia?

Qualquer tentativa de responder de forma satisfatória a estas questões revelará em primeiro lugar que os ataques dos conservadores à esquerda foram precedidos pelo surgimento de sinais que indicavam, desde algumas semanas, um iminente colapso do Plano Verão.

O déficit estourou, ao invés de ir a zero

E os primeiros sintomas de agravamento de antigos desequilíbrios surgiram na área dos gastos públicos, cujo controle era um dos objetivos centrais do programa de ajustes econômicos decretado no dia 15 de janeiro. Poucos dias após a decretação do "Verão", os ministros econômicos chegaram a alardear que contavam com a obtenção de um déficit público igual a zero, e que neste resultado repousava a certeza do sucesso do plano. Os juros estratosféricos necessários à sustentação da política econômica implementada pelos ministros fizeram tais planos em pedaços.

Ao invés de ser eliminado o déficit assumiu proporções inéditas, e chegou a provocar desentendimentos entre os ministros do governo Sarney e a missão do FMI que a convite deles examinou as contas públicas brasileiras no final de abril. Segundo dados da missão, o déficit alcançará este ano um valor equivalente a 8% do Produto Interno Bruto do país, podendo chegar a 10%. Tais resultados, reconheceram eles, inviabilizam qualquer possibilidade de estabilização econômica.

A crise cobriu-se de tons ainda mais dramáticos quando começaram a surgir dados confirmando a possibilidade de uma forte recessão. O IBGE informou, no dia 19, que já em 88 o Produto Interno

Bruto havia apresentado queda de 0,3%. O produto per capita, que mede o nível de produção por habitante, registrou resultado ainda mais desanimador: - 2,3%, um dos três piores resultados desde 1947, quando o índice começou a ser calculado. Pior que isso, porém, foi saber que este movimento está se aprofundando em 89. O DIEESE mostrou, uma semana depois, que a taxa de desemprego cresceu sensivelmente, nos três primeiros meses do ano. Em dezembro último, 8,6% dos trabalhadores na Grande São Paulo estavam sem ocupação. Em março, a taxa atingiu 10,5%, numa das mais rápidas e impressionantes elevações já registradas.

O desemprego cresce de forma dramática

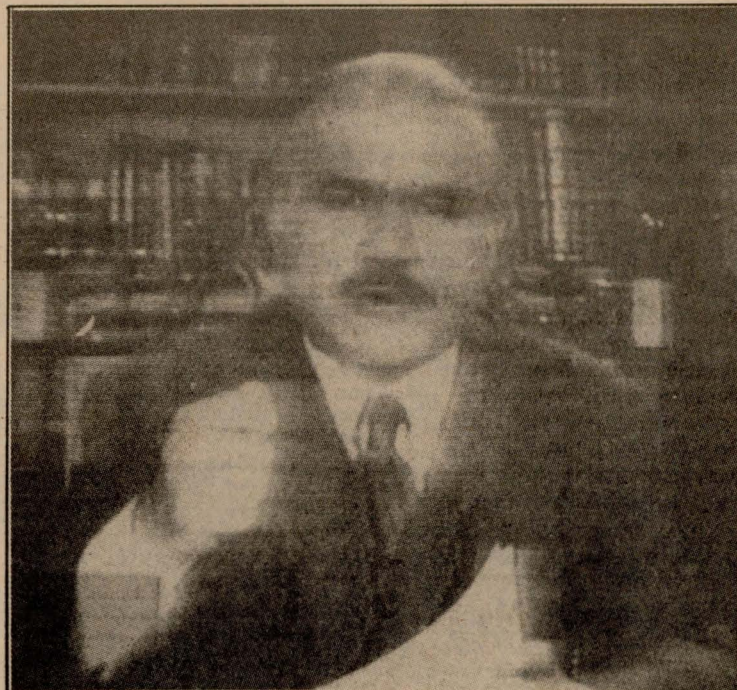
Começou a ficar claro, finalmente, que além de arrombarem os cofres públicos e acentuarem as tendências à paralisação da economia as medidas decretadas em janeiro poderiam conduzir rapidamente a uma explosão inflacionária.

Desde o início de abril, o governo fôra obrigado a iniciar um movimento de redução gradativa nos juros pagos aos credores da dívida interna, pois as taxas praticadas em fevereiro e março haviam esgotado o fôlego do Tesouro. A resposta dos aplicadores foi o aumento da procura por investimentos que oferecessem maiores compensações, como o ouro, o dólar, ou simplesmente os estoques de mercadorias. Quando o ministro Mailson da Nóbrega afirmou, em 19 de abril, que iria começar um processo de descongelamento de preços este movimento adquiriu proporções potencialmente explosivas. Os depósitos em caderneta de poupança caíram e o consumo no varejo cresceu de forma sensível. A população procurava antecipar compras, para evitar futuros reajustes.

A procura pelo dólar e pelo ouro também se acentuou. A margem de ágio no câmbio paralelo ultrapassou os 100%, e deu sinais de que continuaria subindo. Falava-se abertamente, no mercado financeiro, em "argentinização da economia", numa referência ao processo de disparada de preços que tomou conta do país vizinho nas últimas semanas.

Mailson : há risco de hiperinflação

Um assessor do Ministério da Fazenda confidenciou ao jornal "Gazeta Mercantil" que em reunião dos ministros econômicos com o chefe do SNI realizada em 26 de abril o ministro Mailson da Nóbrega fez "inquietante exposição" em que reconheceu abertamente a possibilidade de hiperinflação. Tanto Mailson quanto João Batista de Abreu teriam alertado para a necessidade de levar imediatamente o problema ao conhecimento do presidente Sarney,



Sarney na TV: ataques à esquerda, e nada capaz de superar a crise.

e demonstrar a ele que era preciso tentar novas medidas.

O fato é que Sarney reagiu ao fracasso de sua política econômica não com medidas que procurassem deter a crise, mas com uma evidente tentativa de polarizar o quadro político, de estigmatizar e isolar a esquerda, e de forçar setores que mantinham restrições a seu governo a aliarem-se a ele, a pretexto de combater o "greivismo selvagem". Um dia depois da reunião da área econômica, ele ocupava a rede nacional de TV e editava a medida provisória nº 50, para restringir severamente as greves.

Parte importante dos conservadores parece ter visto nesta atitude do presidente a possibilidade de desfechar um importante golpe contra a esquerda. Estes setores continuam mantendo uma prudente distância em relação ao presidente, pois sabem que qualquer aliança mais duradoura com ele é politicamente desastrosa. Mas sentiriam-se certamente em posição bem mais confortável se pudessem servir-se dos atos e das declarações de Sarney para desgastar as forças populares diante do povo. Ou para forçá-las a abandonar propostas que implicam em mudanças profundas nas estruturas econômicas do país.

Parece ser este, precisamente, o tipo de postura adotado pela grande imprensa. Por um lado, usa todos os artifícios para desacreditar a esquerda, como se viu anteriormente. Por outro, esforça-se para "enquadrar" as forças populares. Enquanto o "Estado de S. Paulo" dedica seguidas manchetes à campanha contra as greves seus editoriais pedem que as correntes progressistas sejam aceitas como "interlocutores", e que sejam levadas a aderirem "ao designio da construção nacional". O "Jornal do Brasil" é ainda mais enfático. Seu editorial de 27/4 lamentou o fato de parte expressiva das lideranças do movimento sindical terem assumido posições "estatizantes" e em contrapartida

coloca-se francamente a favor de um sindicalismo "capaz de discernir, por exemplo, onde as multinacionais ajudam e onde atrapalham".

Esquerda não deve ceder, nem se isolar

Num momento em que as estruturas econômicas, políticas e sociais do país passam por uma crise poucas vezes vistas ao longo de nossa história, e em que surgem possibilidades cada vez mais concretas de alterá-la profundamente seria trágico que as forças populares fossem levadas a enveredar por uma das duas alternativas apontadas pelos conservadores. Elas não podem renunciar à defesa de um programa de transformações radicais na sociedade, pois isso significaria trair as expectativas dos setores mais avançados e conscientes do povo e dos trabalhadores. Mas elas também não podem e não têm por que permitir que sejam conduzidas ao isolamento, que fiquem impedidas de influir com peso numa conjuntura que se mostra cada vez mais decisiva.

Na verdade, a situação atual parece ser uma daquelas em que se exige a ação sindical decidida, mas ao mesmo tempo um imenso esforço no campo político e particularmente na luta de idéias. A esquerda está chamada a demonstrar, aos trabalhadores que radicalizam seus movimentos reivindicatórios e a amplos setores do povo, que seu programa vai muito além da simples realização de greves. Ela está chamada a mostrar que quer — e que pode — liquidar sem piedade o atual modelo econômico, superar a crise em que os conservadores mergulharam o país e dar início a um novo surto de desenvolvimento, livre da dependência e das enormes desigualdades que emperram o avanço do Brasil. O lançamento do programa da Fundação Maurício Grabois no dia 13, é um momento privilegiado para que a esquerda em patamar superior este debate de idéias.

Os sinais da crise

Dados sobre o desempenho da economia mundial divulgados recentemente afastam a ilusão do "sucesso do capitalismo" e permitem prever a eclosão de nova crise.

Agenor da Silva*

Tem sido propagandeada com força a opinião de que o capitalismo caminha para a superação de seus problemas. Faz-se grande alarde sobre projetos como o da Europa Unida, sem fronteiras, sobre a suposta união comercial entre os EUA e o Canadá. Divulga-se que a "Perestroika" e a "abertura" da União Soviética e seus satélites propiciam um novo campo de desenvolvimento do capitalismo. Afirma-se que o desenvolvimento da revolução técnica e científica e a superação das crises e estagnação dos anos 80 abre para os povos a perspectiva de entrarmos no novo século com um novo perfil para o capitalismo, mais próspero, mais humano, sem perigo de guerras, etc.

A base para dar força a esta pregação são alguns indicadores econômicos que mostram que os anos de 87 e 88 foram de maior desenvolvimento e arrefecimento de alguns problemas. A inflação, que iniciou a década ameaçando e corroendo o sistema financeiro internacional, estava em queda desde 84, a produção industrial dos países imperialistas mostrava sinais de recuperação e nem mesmo a grande queda das bolsas de valores do final de 87 foi capaz de desencadear uma crise internacional de maiores proporções.

Redução na indústria

Mas a realidade dos primeiros meses do ano em curso mostra que se a economia internacional apresentou pequena recuperação nos últimos dois anos, já há sinais de aproximação de uma nova crise.

No primeiro trimestre deste ano, a produção industrial no Canadá caiu 1,7%, na Holanda 2,4% e na Inglaterra a queda já está em 1,9%. Além disso, a França e a Suécia apresentam quedas significativas nas vendas a varejo. Os Estados Unidos, que vinham apresentando um crescimento industrial na casa dos 5% ao ano desde 1984, começam a se desacelerar: seu crescimento encontra-se na casa dos 3% atualmente.

Os sinais de crise não se

encontram somente no campo da produção. A inflação crônica no sistema, que se mostrava mais amena para os países imperialistas, volta a recrudescer empurrando as taxas de juros para cima com reflexos perversos no já longo processo de empobrecimento dos países dependentes e indicando maiores dificuldades no campo produtivo num futuro próximo. A taxa de juros nos EUA já ultrapassa os 11,5%.

Desemprego alarmante

O que chama a atenção nesta perspectiva de nova crise é que esta encontra o capitalismo mais desequilibrado. Assim, mesmo com a relativa recuperação dos últimos anos, o desemprego continua em níveis super elevados (18% na Espanha, 16,4% na Itália, 13,8% na Holanda, 10% na França, e assim por diante). Acrise geral do capitalismo no seu aspecto monetário e financeiro está em contínuo e acelerado acirramento. A dívida externa dos países dependentes torna-se cada vez mais impagável e, à custa disso, particularmente a América Latina está diante das maiores crises de sua história. O desequilíbrio financeiro dos EUA — país emissor da moeda internacional, o dólar, vai se ampliando e seu déficit corrente ao balanço de pagamentos continua na marca dos 140 bilhões de dólares anuais, fazendo sua recente dívida externa crescer para a casa dos 500 bilhões de dólares.

Em resumo, podemos afirmar que ao lado do aprofundamento dos aspectos estruturais que obstaculizam o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, estamos diante da possibilidade de uma nova crise cíclica, como foram as de 1970, 1974-75 e a de 1980-82. Assim, a se confirmar esta nova crise cíclica, como mostra a experiência, estamos diante de um novo aprofundamento da espoliação e do saque dos povos dependentes, e de um aumento nas tensões inter-imperialistas.

*Economista e diretor do Centro de Estudos Políticos e Sociais — CEPS

As "bombas" de Mailson

Ao anunciar, no dia 19 de abril, que o governo decretara um novo conjunto de medidas com objetivo de salvar o Plano Verão o ministro Mailson da Nóbrega comunicou a criação de um novo título da dívida interna do Estado, o Bonus do Tesouro Nacional — BTN. O exame de alguns aspectos ligados ao aparecimento do novo papel é suficiente para avaliar o grau de descontrole a que chegou a economia, e ao mesmo tempo as dificuldades que a equipe do presidente Sarney procura impor, desde já, ao trabalho de eventual sucessor que se disponha a alterar o modelo de desenvolvimento a que o país está submetido há décadas.

O primeiro aspecto que chama a atenção é a própria incapacidade do governo em colocar em circulação imediata o novo título. Dias antes de ser criado o BTN alguns técnicos do governo chegaram a afirmar que o papel surgiria para reduzir os gastos do Estado com juros, e para ampliar o prazo de vencimento de suas dívidas. E de fato a Medida Provisória n.º 48, que criou os BTNs, diz que eles pagarão "juros máximos de 12% ao ano" — muito abaixo das taxas praticadas atualmente — e que serão resgatáveis em prazos de "até 25 anos" — enquanto os títulos atuais, as LFTs têm vencimento máximo de cerca de 9 meses.

Ocorre que os ministros Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu apressaram-se a esclarecer que o governo sequer cogita, no momento, em trocar as LFTs por BTNs, e isto porque a atual política econômica não pode viver sem juros altos, assim como um toxicodependente não pode viver sem as drogas. Num primeiro momento, portanto, o BTN funcionará apenas como um "indexador", ou seja, um índice que permite atualizar com base nas taxas de infla-

ção, preços de mercadorias e serviços vendidos a prazo.

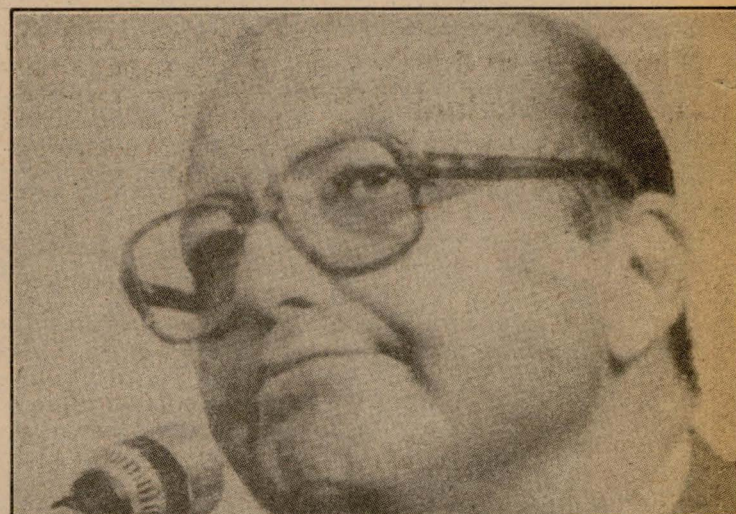
A Medida Provisória n.º 48, no entanto, incorpora dois dispositivos que poderão ser utilizados no futuro, com prejuízos monumentais ao Estado e lucros fantásticos aos aplicadores na "ciranda financeira".

O primeiro está expresso no parágrafo 3.º de seu artigo 5.º. Este item autoriza o ministro da Fazenda a emitir, a qualquer momento, BTNs com "atualização cambial com base na cotação do dólar norte-americano". Isto significa que se o governo optar por uma política de desvalorizações aceleradas do cruzado ele poderá garantir aos portadores de títulos públicos um ganho ainda maior que a alta do dólar.

Mais grave ainda, porém, é que o governo procurou criar uma espécie de "seguro político" aos que apostam na "ciranda". O parágrafo 4.º do artigo diz que os BTNs terão, uma vez colocados

no mercado, "poder liberatório para pagamento de impostos federais, de responsabilidade de seu detentor ou de terceiros". Este item permite que o governo troque rapidamente as LFTs por BTNs, diante da eventual vitória de um candidato de esquerda à presidência da República; e que, uma vez empossado o novo presidente, os detentores de BTNs provoquem o estrangulamento fiscal de seu governo, bastando para isso substituir o pagamento de imposto sem dinheiro pela "devolução" dos BTNs ao Estado.

Poucos dias antes da decretação da Medida Provisória 48 a imprensa publicou declarações feitas em tom de piada pelo ministro Mailson da Nóbrega. Ele dizia que o novo título a ser lançado pelo governo seria rapidamente apelidado de "Bomba do Tesouro Nacional", o que permite inclusive manter a mesma sigla. Vê-se agora que pode haver um enorme fundo de verdade por trás da anedota.



Mailson: semeando obstáculos no caminho do sucessor.

Resumo

O tamanho da "ajuda"

Ao anunciar, no último dia 29, o volume de suas "contribuições" para o Plano Brady de reescalonamento da dívida externa dos países dependentes o Banco Mundial conseguiu ampliar ainda mais o descrédito internacional em relação à iniciativa. A "ajuda" do Banco Mundial atingirá apenas 10 bilhões de dólares em três anos, ou menos de um décimo do total de juros que apenas a América Latina remeterá, no mesmo período, aos bancos credores.

Os piores cegos

Terminou de forma melancólica, no último dia 30, a reunião dos ministros da economia dos países mais endividados da América Latina, realizada em Brasília. Além de descartarem qualquer possibilidade de ação comum contra os credores, os ministros do chamado "G-8" culparam o movimento sindical e as greves pelos problemas que paralisam suas economias.

Informática em alta — I

A indústria brasileira de informática alcançou expressiva vitória no último dia 21. Um consórcio internacional de companhias do

setor anunciou que havia testado e aprovado o sistema operacional "SOX", desenvolvido pela empresa estatal Cobra para substituir o similar norte-americano conhecido como "Unix". A Cobra transformou-se numa das dez únicas empresas em todo o mundo a desenvolverem substitutos para o "Unix" com eficiência comprovada.

Informática em alta — II

A conquista da estatal brasileira tem duplo significado. Primeiro, porque o "Unix" é reconhecido hoje como um sistema operacional que se tornará padrão internacional na próxima década. Segundo, porque a Cobra enfrenta há pelo menos dois anos uma campanha sistemática de descrédito, que visa primeiro qualificá-la como "ineficiente", e em seguida privatizá-la.

Pagando para vender

Sete bilhões de dólares. E este o valor total dos subsídios que o governo federal deverá oferecer aos exportadores brasileiros, só em 89, para que possam lidar com as taxas de exportação fixadas pela atual política econômica. Os dados, fornecidos pelo economista Gilperto Dupas, tornam-se ainda mais

assustadores quando se sabe que em nome de uma alegada política de "austeridade fiscal" o governo tem cortado sistematicamente gastos em obras de infra-estrutura e em programas sociais prioritários.

E vendendo mal

Uma outra distorção no perfil do comércio exterior brasileiro foi diagnosticada, na semana passada, através de dados da Cacex. Eles mostram que o país tem abandonado cada vez mais as relações comerciais com seus vizinhos latino-americanos, em detrimento das que mantém com os países capitalistas centrais. Em 1981 as transações com países latino-americanos representavam 18,07% do total. Já em 88, caíram para apenas 10,96% do volume global.

Previdência atacada

O Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas da Saúde do Trabalho (DIESAT) denunciou no dia 20 que o plano de reestruturação da Previdência Social em elaboração no governo contém itens extremamente nocivos aos trabalhadores. Entre estes itens incluem-se aumento no valor das contribuições, eliminação da abrangência dos benefícios e transferência de parte significativa dos serviços para a iniciativa privada.

WALTER BARELLI

A classe operária sofreu o maior arrocho da história

Entrevista a José Reinaldo Carvalho e Umberto Martins

Walter Barelli é um dos mais destacados economistas brasileiros. Ex-banqueiro, ingressou no Dieese em 1966, tendo se transformado em seu diretor técnico em 1968. Desde então, vem comandando a realização de pesquisas sócio-econômicas que projetaram o Dieese como a mais respeitável instituição do ramo no Brasil, responsável pela elaboração de índices de custo de vida, nível salarial, emprego, desemprego, condições de sobrevivência e trabalho dos assalariados brasileiros. É também professor de Economia do Trabalho na PUC de São Paulo. Em entrevista exclusiva à Classe falou sobre as dificuldades financeiras do Dieese e analisou com abrangência e profundidade a crise econômica brasileira, assim como as razões das lutas das classes trabalhadoras no atual momento.

Classe — O Dieese está em campanha pela sobrevivência. Quais as razões da crise financeira por que passa e as expectativas quanto à sua superação?

Barelli — O Dieese como um organismo da classe operária sempre passou por dificuldades. Ele é uma prova da força da classe, mas é também uma mostra de que nos momentos de desorganização ele é atingido. Então várias vezes tivemos crises. Atualmente estamos vivendo uma crise financeira que tem origem no fato de 60% dos sócios estarem pagando com atraso ou não pagando. As explicações nós temos. O dirigente sindical é um trabalhador que sai de uma fábrica, de um escritório e passa a administrar a entidade e quando a inflação se acelera só quem não perde na inflação é banqueiro. É difícil para um dirigente sindical fazer as aplicações, administrar os fluxos de caixa, o dinheiro que ele recebe uma ou duas vezes por ano, como contribuição sindical ou contribuição especial, para enfrentar uma inflação de 1.000% e durar. Quer dizer, não entrou ainda o imposto sindical deste ano, então os sindicatos deveriam estar com uma provisão do imposto sindical do ano passado para atender as despesas deste mês de abril. Esta é a origem da crise. A campanha é uma maneira de conscientizar o movimento sindical da importância do Dieese — nem todos os sindicatos são filiados ao Dieese. O outro objetivo é que os sindicatos não considerem a contribuição ao Dieese a primeira despesa a ser cortada. Como é uma coisa "da casa", do movimento sindical, então quando se tem que atrasar algum pagamento, em vez de se atrasar com algum credor atrasa com o Dieese porque o Dieese não vai adotar uma posição de represália com os sócios. A campanha foi lançada há um mês, vai mais ou menos até o final de junho e será encerrada com um grande show com cantores populares, o que também vai ser uma forma de arrecadar dinheiro. Agora, a idéia do Dieese é que embora ele seja importante para a sociedade civil, ele só tem validade e autenticidade se ele representar os trabalhadores. Então o dinheiro não deve vir de outro lugar, tem que vir prioritariamente do movimento sindical. Assim, não é uma campanha para fora, mas para dentro do movimento sindical.

Classe — Mas com a articulação maior do movimento sindical nos últimos anos o número de filiados deve ter crescido, não é verdade?

Barelli — É verdade, e isto trouxe mais trabalho ao Dieese. O Dieese hoje está com aproximadamente 1.100 sócios num universo que seria, agora com a criação

dos sindicatos de funcionários públicos, de aproximadamente 10 mil sindicatos. Os maiores sindicatos no que se refere à importância para a vida sindical estão no Dieese. E o Dieese é um organismo de todas as correntes. As duas maiores centrais estão no Dieese, os sindicatos de diversos matizes estão no Dieese, e a idéia é todo mundo contribuir para que sejam feitas pesquisas daquilo que é importante para os trabalhadores. Nossa posição política é olhar a realidade do ponto de vista do trabalhador e paramos por aí. A condução da classe trabalhadora deve ser feita pelo movimento sindical. Nós preparamos a base de observação.

Classe — Como você avalia a trajetória percorrida pelo Dieese desde a sua criação, sua evolução até se transformar na entidade respeitada que é hoje, levada em conta, queiram ou não, por todos?

Barelli — O Dieese começou pequeno, em 1955. Realizou a primeira pesquisa de padrão de vida e de custo de vida da classe trabalhadora em 1958, o que é uma glória. Na época o Dieese chegou a ter uma revista — "Revista de estudos sócioeconômicos". No ano de 1964, quando do golpe militar, sofreu, não diretamente, mas indiretamente, as suas consequências. Os sindicatos sofreram intervenção, alguns foram ocupados pela polícia, e não havia condições de manter o Dieese. Nossa sede era no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, na rua do Carmo, que ficou praticamente durante seis meses debaixo de uma vistoria intensa. Apesar disso o Dieese continuou existindo. Participamos na campanha salarial de fins de 1964. Naquele período o Dieese era um órgão precipuamente de São Paulo. Houve um escritório também no Rio de Janeiro, depois fechado. No período da ditadura nós fizemos uma série de coisas. A primeira foi contra o fim da estabilidade. Depois foi a luta contra o arrocho salarial. Nesta luta contra o arrocho salarial o Dieese vai ganhando maior expressão e passando além das fronteiras do Estado de São Paulo. Já em 1968 sindicatos de outros Estados queriam se filiar ao Dieese, apesar de o estatuto dizer que ele era um organismo do Estado de São Paulo, o que nos levou a proceder uma reforma estatutária para ele se tornar um órgão em nível nacional. Então, no período da ditadura o Dieese jogou um papel importante, mostrando que toda a base dos cálculos feitos pelo governo era equivocada. Nessa época

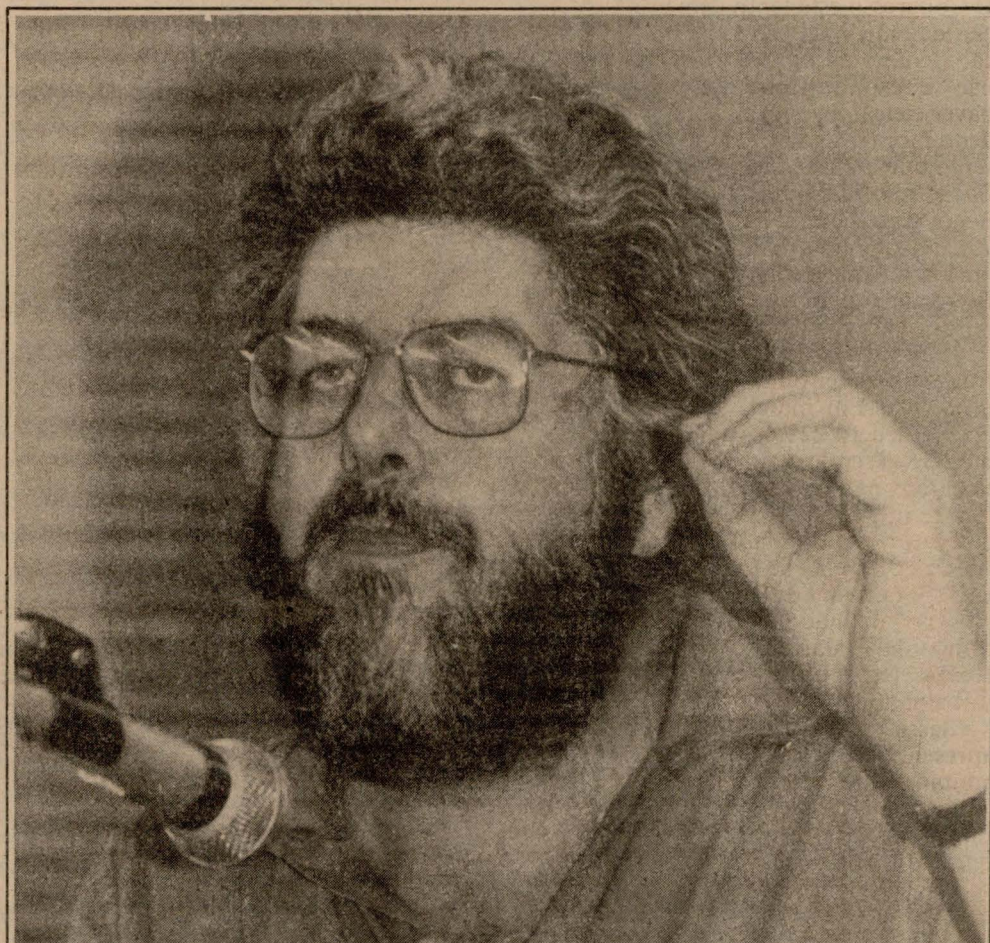
O diretor técnico do Dieese acha que a solução para a crise econômica brasileira passa pela suspensão do pagamento da dívida externa, a reforma agrária e a redefinição da política industrial e de rendas.

inclusive fizemos uma pesquisa que desmascara o "milagre econômico". Foi uma pesquisa feita em 1969/70 que mostra que comparando 1958 com 1969/70 o trabalhador tinha ficado mais pobre, tinha caído o salário do chefe da família, tinha caído a renda familiar, e para o trabalhador se manter ele tinha que botar mais uma pessoa da família para trabalhar. Em 1958 era uma pessoa só e em 1969/70 eram duas pessoas que trabalhavam por família porque a pauperização, a exploração levaram a isso. Em 1973 o nosso índice vai ser muito importante para desmascarar o Delfim Netto. Isto só vai aparecer para o grande público em 1976, quando acaba a censura à imprensa. Chegaram a encontrar um documento do Mário Henrique Simonsen que mostra que em 1973 o índice correto era o do Dieese. Ele não diz assim claramente, mas o número dele é o mesmo do Dieese. Aí começa a ação sindical para a recuperação das perdas — na verdade o movimento sindical nunca tinha deixado de existir, usando várias formas de resistência — mas aí começa uma nova forma de resistência através da denúncia da manipulação do índice de 1973 que leva à primeira greve, a greve da Scânia em 1978. O Dieese está na origem dis-

so. Continuamos a nossa luta, na década de 80 é feita uma nova pesquisa para saber como o trabalhador está, moderniza-se o nosso índice de custo de vida e lançamos a base para a primeira pesquisa sobre emprego, desemprego e salário. Então hoje praticamente temos um painel sócioeconômico. Podemos dizer quantos estão empregados, quantos desempregados, de onde vieram os desempregados... e podemos dizer como se distribui a massa salarial no conjunto dos trabalhadores. Esta pesquisa é tão importante que nós já conseguimos fazê-la em dois outros Estados: na Bahia, em Salvador — por enquanto só a parte de emprego e desemprego, e no Pará — em Belém. Então nós temos condição agora de acompanhar como está o trabalhador brasileiro num grande centro como São Paulo, num centro do Nordeste que está decolando para o desenvolvimento com características de subemprego e numa área do Norte com características completamente diferentes. Isto já está permitindo que se conheça como se implanta o capitalismo no país, como ele explora, como ele degrada o trabalho do homem.

Classe — Como você vê o oceano de greves que inunda o país?

Barelli — O que está acontecendo é o seguinte: o Plano Verão impôs o maior arrocho de todos os tempos. Na época do Plano Bresser eu relutei muito em dizer isso porque aparentemente significava salvar a ditadura. Mas efetivamente esses dois arrochos — o do Plano Bresser e o do Plano Verão — foram os maiores, sendo o do Plano Verão maior ainda. O Plano Verão tem uma outra característica — ele não estabelece um mecanismo de correção salarial. E o sucesso do Plano Verão estaria na desmobilização dos trabalhadores,



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

porque não havendo uma política salarial, uma regra de reajustes, o trabalhador ficaria com o seu salário congelado e tenderia a ir buscar isso via Congresso ou qualquer outro caminho e por quanto tempo perdurasse a desorganização dos trabalhadores, seria uma vitória para o Plano Verão. Então as greves mostram que a classe trabalhadora despertou. Houve a greve geral, não foi ainda a greve dos nossos sonhos, mas foi uma greve importante, uma greve nacional, e em seqüência à greve geral, nas últimas semanas, tivemos novamente a categoria bancária muito ativa, temos a greve dos metalúrgicos de São Paulo, se olharmos para os diversos Estados vamos ver que as greves são diárias e em vários locais. Agora, são greves com dificuldades de solução, porque efetivamente se voltou a uma situação pré-64. Nós nos acostumamos a ter uma política salarial (na situação pré-64 não tinha política salarial). Naquela época se brigava, conseguia, ia afirmando as coisas, ia impondo a regra ao capital.

Classe — Era a chamada livre negociação.

Barelli — É, a livre negociação, mas com a classe organizada e com regras. Ninguém saía de uma negociação sem receber pelo menos a inflação do período. E foi na época que começou o chamado salário móvel, os trabalhadores passaram a ganhar de acordo com a evolução da inflação. Foram feitos vários acordos, alguns belíssimos, principalmente o pessoal de Minas Gerais do setor siderúrgico.

Classe — Voltamos às greves.

Barelli — Neste momento a classe trabalhadora está se posicionando. É preciso que todo mundo perceba que quem ficar parado vai ficar nessa política do Sarney, recebendo recuperação que não recupera. O Congresso está lento demais na apreciação das medidas provisórias, na elaboração de um novo projeto de lei salarial. Se não se resolver a questão salarial não vai haver eleição presidencial, a coisa vai tender a piorar. Cada vez mais o trabalhador sente que ele está sendo espoliado. A inflação não acabou, ela é mais alta do que o governo declara. Em janeiro teve os 70,28% que foi um índice construído propositalmente para não entrar no salário. Efetivamente o índice não foi 70,28% porque ele pega um período maior do que só o mês de janeiro. O Dieese deu 34%. Mas em fevereiro não foi 3,6%, o Dieese deu 18%. Em março não foi 6,09%, o Dieese deu 10,22%. Agora em abril o índice já vai ser de mais de 10% de novo e aí já vamos para quase 90% de inflação em quatro meses. Isto com um único reajuste obrigatório que foi a URP de janeiro que foi de 26,5%. O resto é tão complicado, você pega aqui em São Paulo, por exemplo, os trabalhadores da Sabesp, em plena campanha salarial, vão receber agora 1,01%. Isto é brincar com a paciência do trabalhador.

Classe — Que soluções se poderiam apresentar fora dessa política econômica adotada por Sarney?

Barelli — Eu tenho aqui um gráfico (mostra o gráfico) referente à pesquisa a que me referi de emprego, desemprego e salário. Ele mostra as quedas salariais, que os salários caíram em 1987, 1988. Este gráfico mostra que hoje os trabalhadores ganham menos do que ganhavam em 1984, com recessão e tudo. Agora, a saída não é a saída tradicional de choques, ou como antigamente, a recessão (tem gente apregoando que o novo governo deve começar com um ano de recessão para depois ter três anos de tranquilidade). Não é por aí. Agora, o estrago da economia brasileira é tão grande, que nós temos que começar a nos preparar para que as políticas econômicas tenham tempo de resolver os problemas. Todo mundo sabe que a causa primeira dessa crise está no serviço da di-

vida externa, que o movimento sindical pioneiramente descobriu, criticou e propôs formas de atacar. Mas o serviço da dívida já ocasionou outros malefícios. O Estado, por exemplo, está quebrado, falido, em função da chamada dívida interna, que é uma rolagem da dívida externa também. Então hoje, você resolvendo o pagamento de um ano da dívida externa você não está resolvendo o problema de um ano para botar o Estado novamente para funcionar. Então, de alguma forma, o papel de reconstrução da economia brasileira vai exigir tempo. Nós vamos ter que ser corajosos, soberanos na questão da dívida externa, vamos ter que ser corajosos na questão da dívida interna, vamos ter que adotar políticas industriais que acompanhem uma política de renda. O Dieese faz todo mês um estudo sobre salário mínimo e dizemos quanto deve ser o salário mínimo e estamos agora fazendo estudos para saber se a economia brasileira tem condição de alimentar um povo com um salário maior. O que aconteceu é que a economia de mercado interno foi toda ela desmontada para se transformar numa economia de exportação, para beneficiar animais na Europa — nós somos grandes exportadores de soja, que alimenta na Europa porcos e galinhas, mas não somos capazes de alimentar o povo brasileiro. Então, se o povo brasileiro tiver mais renda é possível que não tenha comida para todos. Então aí entra a reforma agrária, entra política agrícola, entra a reforma do crédito bancário, porque o crédito bancário hoje não existe, os bancos não são mais emprestadores, eles estão só com uma máquina de girar recursos no **Over**, será necessária uma reforma financeira que transforme o crédito num motor auxiliar do processo de crescimento da economia. Agora, se eu quiser uma safra de feijão possivelmente eu consiga em seis meses. Mas se eu quiser carne para todo mundo, um bezerro demora quatro anos para se tornar bife no açougue. E neste momento eu quero dizer: eu quero um povo que coma carne. A coisa foi tão maltratada que a saída da crise vai exigir dos futuros governos, se forem identificados com a classe trabalhadora, que também tenham tempo de preparar o país.

Classe — São já dez anos de estagnação. O país está mais pobre do que era antes.

Barelli — É, e depois de uma política contra a classe trabalhadora implantada pelo menos a partir de 1964. Implantada, na verdade desde sempre, sendo que seus mecanismos modernos vêm de 1964 para cá.

Classe — Que medida você acha que deve ser adotada em relação à dívida externa?

Barelli — Olha, isso já não sou nem mais eu quem diz. O grande avanço que nós tivemos na questão da dívida é que ela está se transformando num problema do primeiro mundo. O problema é que não pode continuar essa sangria de recursos. Nós temos que acabar com o pagamento. No ano passado, com uma negociação mal feita pelo governo, conseguimos um superávit enorme, de 17 bilhões de dólares na balança comercial, e tudo isso já foi remetido para os banqueiros internacionais. Ou seja, esse saldo não significou nada em termos de melhoria nas condições de vida do povo brasileiro. Dezessete bilhões de dólares era mais do que entrava anualmente no Brasil de auxílio ou empréstimos internacionais. Este ano vão ser 14 bilhões de dólares a sair do Brasil. Os próprios estrangeiros já percebem isso.

A reunião do Fundo Monetário Internacional em Berlim já mostrou uma opinião pública favorável, não entre os banqueiros, mas entre a opinião pública, aos devedores. Acho que o Plano Brady, que não é o que deve ser feito, significa que

eles já estão percebendo que a dívida não será paga e eles estão querendo se antecipar. A saída então é parar de pagar, mas não pode ser uma saída isolada. O Brasil já tem uma diplomacia importante e poderia estar junto de outros países e aumentar os laços com a classe operária da Argentina, do Chile, do Peru, da Venezuela etc.

Classe — Como se daria essa saída coletiva?

Barelli — Difícil, muito difícil, não é? Quando o Brasil fez a moratória, uma moratória técnica, com todos os defeitos, houve uma passeata no México à favor. Agora, a burguesia latino-americana aproveitou para fazer acordos na sombra do Brasil. Disseram: "olha, nós somos bonzinhos, então vocês melhoram os termos"... A Argentina fez isso, a Venezuela fez isso, o México fez isso. Então, numa sociedade como esta, a classe proprietária brasileira, a Fiesp, os banqueiros, até hoje se colocaram contra qualquer medida que não seja o pagamento da dívida externa, eles são pelo pagamento.

Classe — Numa situação de não pagamento da dívida, o país pararia de exportar?

Barelli — Nós já tivemos o caso do Peru que teve uma saída autônoma. O país está mal, com problemas, conflagrado internamente, mas continua existindo o Peru. O Brasil teve quase um ano de moratória e ninguém prendeu avião da Varig em lugar nenhum. Eu acho que é possível adotar medidas unilaterais. É possível e deve ser feito, mas eu acredito que se deve usar a diplomacia também. Por incrível que pareça, se você resolver o problema da dívida externa não resolve todos os problemas brasileiros. Há cinco anos, com a resolução do problema da dívida externa nós resolveríamos 70% dos problemas brasileiros. Hoje os problemas da dívida externa foram internalizados de tal forma que não pagar a dívida externa não significa muitas vezes ter os recursos disponíveis internamente, principalmente porque nossa burguesia está tirando a máscara, está transferindo recursos para o exterior, o que faziam as outras burguesias latino-americanas. O Brasil era o país que menos colocava dinheiro no exterior. O motor deles não é a pátria ou qualquer outro valor, o motor deles é o lucro, seja lá onde for, na Austrália, na Europa... o capital não tem pátria. Então, essa gente pode levar a quebrar o país. A gente sabe o que aconteceu com a revolução cubana, todo mundo foi para Miami. Isto não significa que Cuba seria melhor se eles estivessem em Cuba, mas houve uma sangria de recursos com aqueles barcos lotados que iam para Miami. Então, precisamos ter as grandes teses, as grandes medidas, mas quando tivermos condição de implementá-las, teremos que pesar uma série de coisas, adotar a política como a arte do possível, sem ser uma arte da conciliação. É isto o que eu quero dizer.

Classe — Como você avalia a evolução do movimento sindical desde o golpe militar de 1964 e na fase mais recente das centrais sindicais, enfim, o atual estágio de organização dos trabalhadores brasileiros?

Barelli — Todo mundo sabe que o movimento sindical avançou muito. Antes de 1964 ele tinha suas glórias, estava passando por um momento de descida às raízes, às bases, mas não teve a solidez suficiente para enfrentar o golpe. Do golpe para cá se gestou um novo movimento, hoje ele é ativo, é movimento e se olharmos os resultados do movimento sindical nos últimos anos, em termos estritamente políticos ele até perdeu. As diversas categorias estão sob o arrocho. Apesar disso, está crescendo o grau de politização do movimento sindical. Nota-se que cada vez mais na composição das diretorias se alte-

ra o equilíbrio de forças, vem sangue novo, vêm novas propostas, há uma renovação constante. Mesmo lideranças antigas se modernizaram, procuraram sintonizar-se com os tempos atuais. Para o meu gosto ele caminha muito devagar, ainda, né? Bem ou mal foram conseguidas algumas vitórias na Constituinte e até hoje não surgiu uma nova estrutura sindical, não aprimoramos o movimento sindical agora quando pelo menos ele é independente do Estado. E esse debate não está dentro do movimento sindical. As lideranças têm filiação partidária, têm opções políticas, mas não estão implementando essas idéias em nível de definição de como se deveria organizar a partir de agora o movimento sindical.

Classe — O que você acha das investidas do governo Sarney contra o direito de greve, e agora a Medida Provisória regulamentando o direito de greve?

Barelli — É inconstitucional. A grande vitória da Constituinte, a maior vitória se formos pensar em termos libertários, é que é livre o direito de greve. A Constituição impede que se coloquem quaisquer peias. O Saulo Ramos é um jurista esperto, mas não há brechas (lê o trecho da Constituição que fala do direito de greve). Eu quero ver... no Brasil tudo é possível mas só mudando a Constituição.

Classe — Voltando aos salários. Comparativamente como você analisa-os em relação a outros períodos históricos e também em relação a outros países?

Barelli — Os dados estatísticos estão aí em várias publicações. Não é o caso de citá-los agora. Demonstrem que o trabalhador já ganhou muito mais do que ganha hoje. O salário mínimo do Plano Cruzado era por volta de 100 cruzados de hoje. E hoje está em 60 (a entrevista foi dada antes da decretação do novo salário mínimo, no dia 1º de maio). Isso em dois anos. Houve perdas históricas. Uma outra questão que eu gosto de salientar é que primeiro o salário mínimo do Brasil foi ficando inferior aos dos países da América Latina. O nosso salário mínimo é inferior ao da Argentina, sempre foi, da Venezuela, agora é inferior ao do Paraguai, do Uruguai, só é maior do que o do Peru e o do Chile. Os outros países da América Latina praticam salários mais altos do que os nossos. Estou me referindo aos salários da base. Os salários dos executivos, como são empresas estrangeiras, eles ganham a mesma coisa aqui, na Europa e muitas vezes ganham mais aqui devido às mordomias. Depois de ver nossos salários afundarem em relação aos da América Latina, comparamos-los com os da Ásia. Mas Coreia, Hong-Kong, Cingapura, Formosa pagam mais do que o Brasil. Inclusive lá o salário está subindo, aqui está caindo. E em comparação com os países centrais, como os Estados Unidos, o salário do Brasil na indústria representa só 11% do salário americano. Não é nem salário, é custo salarial, salário mais encargos. Hoje possivelmente nós estamos caminhando para comparar os salários do Brasil com os da África, onde não tem mercado de trabalho organizado, uma região recentemente liberada. Eu acredito que está em tempo de mudar, com dificuldade, porque inclusive mudar os salários... a política de renda, passa também pela mudança das condições internas do país. Você precisa ter comida. Num depoimento que fizemos na Câmara dos Deputados sobre o salário mínimo dissemos que ele deveria ser de 470 cruzados novos em março. Agora, como chegar aos 470 cruzados novos? É preciso chegar de uma maneira em que não seja salário. Nós sabemos que o que importa no salário é o que ele pode comprar. Então para mudar salários é preciso também mudar a política agrícola, a política bancária, a política industrial etc.

Nossa Amazônia Ameaçada — IV

Assim o Brasil entrega o ouro

Jaime Sautchuk*

Sob as vistas grossas de sucessivos governos brasileiros, a Amazônia transformou-se em autêntico paraíso das mineradoras multinacionais. A situação só tende a piorar, se vingarem as propostas de conversão da dívida.

A discussão internacional sobre a questão da Amazônia tem o aspecto positivo de ajudar na luta pela preservação da região. Mas há, por debaixo do pano, uma verdadeira corrida em busca do ouro. E por "ouro", deve-se entender bauxita, cassiterita, cobre, zinco, minerais radioativos e todo o subsolo, enfim. Os grandes grupos econômicos estrangeiros estão de olho, na verdade, na maior reserva mineral do mundo, que é a região amazônica.

A Amazônia detém reservas importantes de alguns minerais estratégicos que provocam água na boca do capital estrangeiro. Especialmente numa época em que já estão avançados os estudos para se recorrer ao espaço extra-Terra em busca de substâncias minerais. Essa alternativa, porém, vai levar muito tempo para se viabilizar economicamente. Por algumas décadas, ainda será economicamente mais viável explorar as reservas que estão por aqui, debaixo de nossos pés.

Os generais faziam discurso nacionalista, mas entregavam tudo

Principalmente a partir de 1964, com o golpe militar, as reservas minerais brasileiras ficaram à mercê do capital estrangeiro, apesar de uma legislação aparentemente protecionista. O princípio de que o subsolo é propriedade do Estado foi sempre mantido, mas criou-se o sistema de concessão de áreas para pesquisas, lavra e exploração de minérios. É uma cessão de direitos por períodos determinados, mas renovável. Com esse mecanismo, os grupos estrangeiros habituaram-se a "sentar na mina", ou seja, obter concessões apenas para garantir reservas, não permitindo que outros explorem determinados recursos.

Por décadas a fio, a concessão virou um instrumento de especulação. Teoricamente, uma concessão é algo que se faz a uma pessoa física ou jurídica que manifeste um interesse específico — no caso, explorar algum minério. Só que no Brasil a concessão virou um papel que tem valor de compra e venda, com a permissão do governo.

O exemplo mais gritante disso foi a transação que ocorreu em 1981 entre o **National Bulk Carrier**, grupo norte-americano

de propriedade do magnata Daniel Ludwig (então dono do Projeto Jari), e a **Aluminium Company of América** (Alcoa). Dentro e fora do projeto Jari, situado entre o Amapá e o Pará, Ludwig detinha mais de vinte áreas para exploração de bauxita, que não eram utilizadas. A maior parte dessas concessões foi vendida para a Alcoa, com a convicção do governo brasileiro.

Com a nova Constituição, no que toca à questão do uso do solo, os minerais ficaram como propriedade da União e esta pode conceder o direito de pesquisa, lavra e exploração. Só que as concessões só poderão ser feitas a empresas estatais e a empresas privadas de capital nacional. As multinacionais que atuam no setor estão ocupadas, atualmente, em rever suas atuações e, principalmente, em se associar a grupos nacionais. Essa tática está sendo usada por grandes grupos, como a **British Petroleum** (BP), a **Brascan** e a **Billington**, que é o braço mineral

da Shell, por exemplo.

Inegavelmente, a Assembleia Constituinte, em relação ao problema da exploração dos recursos minerais, manteve uma posição de defesa dos interesses nacionais. Não foi nenhuma atitude de extremo radicalismo, como tentaram e tentam rotular alguns entreguistas notórios, como o senador Roberto Campos (PDS-MT). O que se aprovou no Brasil é menos protecionista do que o que está vigorando há muitos anos no México e principalmente no Canadá e na Austrália.

É claro que as multinacionais não vão abrir mão facilmente desses recursos e vão buscar formas de se adaptar à nova legislação, sem perder terreno. A grande questão é que o capital estrangeiro pode controlar o setor mineral sem estar diretamente envolvido na mineração. Aliás, essa é a parte de maior risco em todo o processo de aproveitamento de uma substância mineral.

O caso do alumínio é um exemplo importante para se entender como os grandes grupos econômicos se adaptam à nova situação, sempre em benefício próprio, é claro. E a Amazônia brasileira, desgracadamente, está virando um dos mais importantes pólos de

produção de alumínio do mundo. Esse metal é o resultado de uma mistura, quase que meio a meio, de energia elétrica e bauxita, um minério bastante encontrado na região.

Tradicionalmente, as grandes empresas estrangeiras, exploram o minério e exportam, para suas matrizes, **in natura**. Ou seja, o minério sai do país do jeito que saiu do chão, por preço barato, sem agregar nenhum valor novo, por não passar por qualquer beneficiamento. Mas o caso do alumínio é diferente. Por ser uma indústria que consome muita energia elétrica e que é altamente poluente, poucos países do mundo permitem a implantação ou mesmo o funcionamento de indústrias já existentes neste setor.

Brasil corteja o cartel do alumínio, que golpeou a Jamaica

O Brasil é um dos principais produtores de bauxita do mundo, juntamente com a Jamaica. Neste país, criou-se um problema que se desenrola há duas décadas. Quando foi eleito pela primeira vez, o primeiro-ministro Michael Manley resolveu peitar as seis irmãs do alumínio (Alcan, Alcoa, Pêchiney, Kaiser, Reynolds e Alussuisse), que dividem o mercado mundial do setor. Representantes das multinacionais ameaçaram deixar o país e Manley fez um discurso inflamado no Parlamento, dizendo que iria colocar mais vãos da empresa estatal de aviação para os Estados Unidos...

Com base nesse discurso, o compositor e cantor Bob Marley, compôs a música "The Last Flight to Miami" (O Último Vôo para Miami), que fez sucesso enorme no país e no exterior. Passaram-se alguns meses e o cantor sofreu um atentado, levando vários tiros no centro de Kingston, a capital da Jamaica. E Michael Manley foi afastado do poder por manobras e só foi reeleito há alguns meses. Isso demonstra como atua o cartel do alumínio.

Hoje, a Amazônia brasileira é um paraíso para as irmãs do alumínio, que agora arrumaram um primo japonês — a **Nippon Aluminium Company** (Nalco). O Japão desativou quase uma dezena de fábricas de alumínio nesta década, por causa da inviabilidade econômica (distância do minério e custo de energia) e da poluição. Por isso resolveu investir aqui, onde há potencial energético abundante (produzido por usinas hidrelétricas e no minério próximo).

Por essa razão e que foi criado o Projeto Albrás-Alu-

norte, que faz parte do Grande Carajás (Sul do Pará, Maranhão e Tocantins). A bauxita para o projeto sai da área do rio Trombetas (Nordeste do Pará), explorado pela Mineração Rio do Norte, empresa que pertence a um consórcio entre a estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), e o capital estrangeiro. Apesar de ser majoritária, a CVRD não manda nada, conforme o contrato de acionistas.

O país dá a energia e ainda vende o metal a preço subsidiado

A usina hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins (Sul do Pará) foi construída para possibilitar a implantação de um pólo industrial, voltado para o setor metalúrgico, naquele Estado e no Maranhão. A energia ali produzida é subsidiada para essas indústrias. Além disso, a Albrás, por exemplo, está exportando um terço da sua produção de 200 mil toneladas anuais do metal para o Japão por um preço diferenciado, que significa um prejuízo, pela cotação atual do alumínio no mercado mundial, de 250 dólares por tonelada. É só fazer as contas e ver o tamanho do prejuízo.

A questão do alumínio será, seguramente, a que mais vai preocupar a região amazônica nos próximos anos e décadas, talvez. Mas não é a única, quando se fala de minérios e desenvolvimento industrial. Onde há investimentos pesados, como a construção da ferrovia Carajás = Ponta da Madeira, em São Luiz do Maranhão, é o Estado que investe, através da CVRD. Na exploração de minérios menos nobres, como a hematita (ferro) de Carajás, também. O filé-mignon é que tem servido ao capital estrangeiro.

O Departamento Nacional de Produção Mineral calcula que o Brasil produziu, no ano passado, 123 toneladas de ouro. Calcula, apenas. Não há controle. A produção de cassiterita não é conhecida. A de pedras preciosas, menos ainda. Minérios radioativos, então, nem se fala.

A legislação protege, como teoricamente sempre protegeu, mas os interesses estrangeiros são grandes sobre o que há no subsolo da Amazônia. O Brasil tem que preservar a Amazônia, não há dúvidas a esse respeito. Mas deve ter em mente que os recursos naturais são brasileiros e devem ser explorados de maneira racional, desenvolvendo a região e o país sem dependência externa e com inteligência.

Fundação Maurício Grabois

*Jornalista e estudioso dos problemas amazônicos



Extração de ouro: não há sequer controle sobre a produção do metal

Nani Góis

O ataque de Sarney às greves

Umberto Martins e Mário Simões

Num clima de crescente radicalização da luta de classes no país, o governo Sarney promove uma verdadeira declaração de guerra aos trabalhadores, investe furiosamente contra a Constituição e decreta o fim do direito de greve através da Medida Provisória nº 50.

Ao se referir à situação criada pelo governo com a edição de suas últimas medidas provisórias, entre elas a de nº 50 contra as greves, o insuspeito presidente da Fiesp, Mário Amato, concluiu que estava sendo criado no país um verdadeiro "clima de guerra", com a "volta ao regime de terror". E não se pode dizer que ele esteja incorrendo em exagero.

Militarização

O governo decidiu "simplesmente militarizar o problema das greves", observou o secretário-geral da Corrente Sindical Classista (CSC), Sérgio Barroso. A medida que no momento está sendo apreciada pelo Congresso, com efeito, é composta por um conjunto de normas arbitrárias e flagrantemente inconstitucionais.

Nela, o governo define condições para a decretação de uma paralisação "legal", como a realização de assembleias com um quórum mínimo de um terço dos associados; lista o que considera atividades ou serviços essenciais, onde o direito de greve é ainda mais restrito; estipula pesadas penalidades para o que classifica como "abusos" ou "crimes" contra "a organização do trabalho" e estabelece inclusive a requisição civil de grevistas para impedir o exercício do direito de greve. Cabe salientar que a requisição civil é prevista na Constituição exclusivamente "em caso de iminente perigo e em tempo de guerra."

A violação da Constituição é patente. A Carta Magna assegura o direito de greve e confia aos trabalhadores a decisão

sobre a oportunidade de exercê-la. "O fato greve, definível como a suspensão organizada do trabalho, ficou fora da disciplina legal", ensina o jurista Raymundo Faoro. A Medida Provisória nº 50, diz por seu turno o advogado Ulisses Riedel, do DIAP, "é uma legalização própria de um regime autoritário de direita, como o do Chile. É um retrocesso social muito grande, pois até hoje os sindicatos precisavam de advogados trabalhistas, agora vão precisar de criminalistas, pois a greve virou um ilícito penal".

Medida fascista

Também indignado, o líder do PT na Câmara dos Deputados, Plínio de Arruda Sampaio, ressaltou que a medida "é fascista, não tem justificativa e é absolutamente inconstitucional". Edmilson Valentim, deputado federal do PCdoB, acredita que antes do prazo de 30 dias que o legislativo dispõe para apreciar a proposta (caso não seja aprovada, ela é considerada automaticamente rejeitada) "a medida deve ser derrubada".

Porém, enquanto isto não ocorre o governo decidiu utilizar suas normas inconstitucionais para intimidar os trabalhadores. Os bancos estatais e órgãos do governo em greve, como o IBGE, já convocaram seus funcionários para o "retorno imediato ao trabalho" com base na Medida Provisória. O ministro da Justiça, Oscar Dias Correia (um dos autores da proposta, junto com Saulo Ramos), informou que o governo pretende demitir em massa os grevistas e ameaçou de prisão os líderes sindicais

que ousarem desrespeitar "a nova legislação".

Evidentemente o movimento sindical não vai se sujeitar a essas normas arbitrárias e ilegais, como pretende o governo. Mas por ter constatado isto, o presidente da CUT, Jair Meneguelli, foi chamado a se explicar junto à Polícia Federal, por solicitação de Oscar Dias Correia. "Vão ter de fazer mais algumas cadeias, porque o que vai ter de gente presa não está no gíbi", ironizou o líder da CUT.

Radicalização

Ao tentar se justificar num pronunciamento de 12 minutos em cadeia de rádio e televisão no dia 27 de abril, quando apresentou a Medida Provisória nº 50, Sarney Costa contou, patético, que só no seu governo ocorreram 8.790 greves; "A partir de 1985 nós começamos a ter, no primeiro ano, 1.289 greves, no segundo ano já tínhamos 2.282; no terceiro, 2.313; no quarto ano, 2.241; e neste ano, até agora, nós já tivemos 1.288 greves."

Ele citou dados ainda mais detalhados: "Nós tivemos, por exemplo, em 1985, 48.812.484 homens/dia parados; nós tivemos em 1986 39.534.788; no ano de 1987 tivemos 56.709.177 homens/dias parados; em 1988 tivemos 54.475.180 e já em 1989, com dados apenas do primeiro trimestre, nós já tivemos 9.562.887. Se nós somarmos os quatro anos, vamos verificar que tivemos 209.094.806 homens/dia parados..."

Os números são, de fato, eloquentes e indicam a radicalização da luta social no país. Mas a leitura que o governo Sarney faz deles é no mínimo equivocada, e a forma com que pretende enfrentar o problema, longe de solucioná-lo, tende a elevar ainda mais a temperatura do conflito.

O presidente atribui as para-

lisações unicamente a lideranças sindicais que estariam interessadas na desestabilização do seu governo e insinua que reprimindo-as alcançará um estado de paz social. Entretanto, na mesma fonte que consultou para contabilizar as greves dos últimos anos ele poderá encontrar informações mais seguras sobre o estado de ânimo dos trabalhadores. O mesmo período computa queda na massa salarial do país e perdas médias de 50% no poder aquisitivo dos assalariados, sem falar em queda da produção, crescimento do desemprego e da miséria.

Disposição de luta

No fundo, o que a luta em curso no país coloca em jogo é a política reacionária do governo Sarney, sustentada no arrocho dos salários, na submissão aos credores estrangeiros e ao grande capital. Sarney Costa não admite alterar o rumo da atual política, exige, por consequência, a rendição dos trabalhadores e das forças democráticas e populares.

Não é difícil enxergar que a disposição dos assalariados vai no sentido oposto e em nada sugere a subordinação aos planos do governo. O resultado da assembleia dos metalúrgicos do ABC paulista, que decidiu manter a greve contra orientação de sindicalistas da CUT (veja artigo a respeito na página 17) é um exemplo disto (um, entre muitos outros).

Golpismo

Desta forma, a Medida Provisória nº 50 não atinge apenas lideranças grevistas. É antes uma declaração de guerra contra todos os trabalhadores brasileiros, perpetrada através de uma conduta claramente

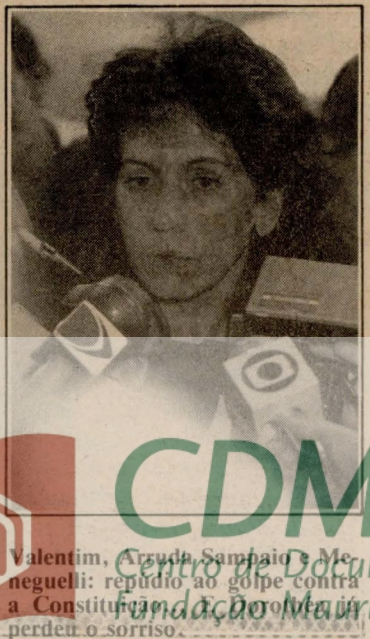
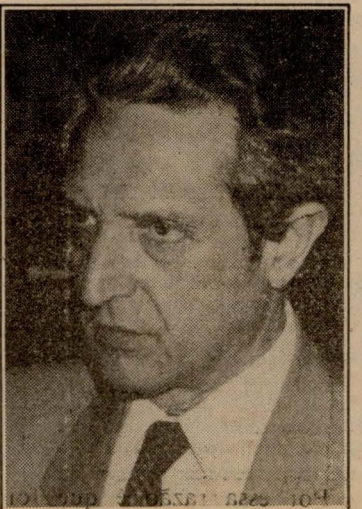
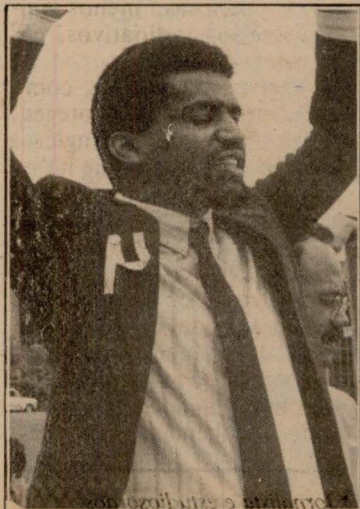
golpista, uma violência contra a Constituição em vigor.

O movimento do governo Sarney não pode ser entendido fora do contexto político mais geral, caracterizado pela intensificação da luta econômica dos operários em um ano marcado por um componente tradicionalmente explosivo, a sucessão presidencial, tornado ainda mais ameaçador às classes dominantes pelo infamável avanço das esquerdas e a perspectiva de vitória da Frente Brasil Popular nas próximas eleições.

É este quadro de desespero das elites governantes que faz o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, falar na televisão sobre "perigo de insurreição"; a ministra do Trabalho, Dorotheia Werneck, perder o sorriso ("É incrível. Estamos à beira do precipício", alarmou-se) e o "Jornal da Tarde" propor, a esta altura do campeonato, "O pacto social para evitar esse confronto direto" (que, segundo os Mesquitas, tende a se dar entre os sindicalistas "e o único poder que resta ao governo, que é o poder militar").

A Medida Provisória nº 50 — produto direto das pressões exercidas pelos militares — explica-se, assim, como parte da ofensiva radicalizada da direita contra o ascenso do movimento popular e a luta dos trabalhadores em oposição ao arrocho. Não é sem razão que o deputado Domingos Leonelli (PSDB-BA) considera óbvia a vinculação entre este ato do governo e o atentado de grupos paramilitares ocorrido dia 2, em Volta Redonda. "Não é possível dissociar uma coisa da outra", diz o parlamentar, pois também "o atentado coincide com o interesse de círculos do governo". Ambos podem ser interpretados como uma "contrapartida" da direita aos "posicionamentos radicais" nas greves, como aludiu o ministro do Exército, Leônidas Pires (veja página 9).

A intolerância do governo, sua disposição de não dialogar e resolver as questões trabalhistas através do cacete, ficou na orientação à direção do Banco Central na negociação com seus funcionários. O presidente da instituição, Elmo Camões, tentou por todos os meios convencer Sarney e seus ministros a acatar uma solução negociada sugerida pela Justiça do Trabalho, mas não obteve sucesso. O governo só aceita a rendição incondicional dos assalariados. Que colha a tempestade. O presidente da CUT, Jair Meneguelli, já acenou com a proposta de uma greve geral desta vez contra o arrocho e a Medida Provisória nº 50.



CDM
Valentim, Arruda Sampaio e Meneguelli: repúdio ao golpe contra a Constituição.
Fundação Maurício Grabois

O 1º de Maio em SP

Aguinaldo Zordenoni



O 1º de Maio reuniu 7 mil pessoas na Praça da Sé em São Paulo

A condenação da Medida Provisória nº 50 (baixada por Sarney com a finalidade de impedir o exercício do direito de greve) e da política econômica reacionária do governo deu o tom das manifestações em comemoração ao 1º de Maio ocorridas em todo o país. Em Volta Redonda foi inaugurado um monumento em homenagem aos operários assassinados pelo Exército dentro da Companhia Siderúrgica Nacional. Na Praça da Sé cerca de 7 mil pessoas participaram do ato, que contou inclusive com a presença do candidato da Frente Brasil Popular à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, e do presidente nacional do PCdoB, João Amazonas.

Ao discursar para os trabalhadores, João Amazonas lembrou que "nossa luta, das entidades sindicais classistas como a CUT e a Corrente Sindical Classista, e dos partidos operários e populares, é pela conscientização e organização independente dos trabalhadores em geral e da classe operária. É uma luta também pelo fim do capitalismo, pois sabemos que a liberdade para o povo não pode ser encontrada senão no socialismo".

O presidente do PCdoB chamou a atenção também para o momento político, onde ganha vulto "a grande batalha sucessória deste ano. Esta batalha

que vai levar à Presidência da República um trabalhador, o Lula, e mostrar o repúdio do povo às classes dominantes, classes estas que não têm mais nada a dar à nação".

Luiz Inácio Lula da Silva, por sua vez, destacou que neste ano "deveríamos estar comemorando no 1º de Maio o direito de greve instituído pela Constituição. No entanto, estamos diante de uma medida do governo da chamada Nova República contra o direito de greve. A greve não é coisa para ser regulamentada por lei, as classes dominantes não aceitam isto, greve é um direito para ser regulamentado pelos trabalhadores".

Ressaltou que o movimento

grevista, "ao contrário do que acusa o governo, não é coisa do PT, do PCdoB ou da CUT, a CUT está correta em assumir as lutas, assim como todas as correntes sindicais e partidos comprometidos com o povo. A greve, na verdade, é contra a fome. Quem pode viver com 84 cruzados novos, que é o salário mínimo que o governo instituiu precisamente neste 1º de Maio?", indagou concluindo: "Enquanto permanecer esta situação de desespero as greves serão inevitáveis e nós estaremos ao lado dos trabalhadores, apoiando as paralisações. Não adianta eles dizerem que a greve atrapalhará a campanha da Frente Brasil Popular, do PT, PCdoB, PSB e PV".

Congresso da CGT:

A Máfia não mandou flores

Cinquenta feridos. Esse foi um dos "resultados" do II Congresso da CGT, que impôs o funcionário da AFL-CIO Antonio Magri como presidente da central.

Em meio à pancadaria era visível o esvaziamento do encontro: menos de dois mil delegados e cerca de 600 entidades, que evidentemente não ficou livre da avalanche de acusações de fraudes. "Pelo menos trinta seguranças do Magri eu vi votando", disse um dos delegados presentes. E Magri, só ele, pagou aproximadamente 200 seguranças, além de um certo número de funcionários que se encarregou do controle do credenciamento, alojamento, e do resto!

Impressionou também, do ponto de vista político, a completa ingenuidade de Joaquinção, declaradamente candidato à reeleição na central. Confiando no prestígio político artificial que lhe bafejou a imprensa da burguesia durante a greve geral de março, e mesmo em

seu famoso "jogo de cintura", Joaquinção retirou-se antes da "eleição" de Magri, aos pedaços, acusando-o de "entreguista". Grande novidade! Caiu mesmo na armadilha de um congresso baseado numa correlação de forças movida a dólares, corrompida, como manda a Máfia.

Algumas lições

As alterações que vêm se verificando ao longo desses últimos dois anos no movimento sindical brasileiro indica que mostrou-se acertada a posição da Corrente Sindical Classista (CSC) ao analisar o "sindicalismo de resultados" como um instrumento do grande capital e do imperialismo, que busca dividir à mão de ferro o movimento sindical e combate abertamente o crescimento das lutas e a politização crescente do movimento sindical. No sentido mais geral, trata-se de uma agência da contra-revolução, que objetiva impedir uma saída popular para a crise

estrutural que o país atravessa.

Ficou patente, neste quadro, o colossal oportunismo do sindicalismo praticado pelos revisionistas do PCB, em franca decadência no movimento operário e responsável pela legitimação de um congresso sindical manietado pela ALF-CIO. O surgimento de uma central sindical claramente de direita, por outro lado, mesmo que sem base sindical de massas, corresponde à tendência da conjuntura política, onde a polarização entre direita e esquerda se generaliza especialmente nos movimentos sociais. A Corrente Sindical Classista, que definiu em seu congresso uma política de frente única com a CUT, deve tomar a iniciativa política, examinar a nova situação e definir os próximos passos para ajudar na construção de uma central unitária, ampla e a serviço do combate classista do proletariado. (Sérgio Barroso, secretário-geral da CSN)

Bancários do BB, BC e CEF ainda estão parados

Os bancários do Banco Central, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal — num total de aproximadamente 200 mil funcionários — decidiram dar continuidade ao movimento grevista por reposição salarial, em assembleias realizadas dia 1º de maio em todo o país. Os trabalhadores dos bancos privados, ao contrário, já haviam decidido pelo retorno ao trabalho, acatando a proposta de reajustes da Federação Nacional dos Bancos (Fenabran), de até 69,9% sobre os salários de março.

Na avaliação do Comando Nacional de Greve a paralisação do setor privado contou com a adesão de, em média, 80%, sendo que, em algumas capitais, como Salvador, na Bahia, 100% dos bancários cruzaram os braços. "A greve elevou ainda mais a conscientização da categoria", assegurou o presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, Álvaro Gomes.

Álvaro disse, ainda, que "o patronato foi forçado a ceder. Os banqueiros, inicialmente, garantiram que não dariam

um tostão aos grevistas, propunham uma reposição igual a zero, ou seja, nenhuma reposição. No entanto, diante da disposição dos trabalhadores e o sucesso da paralisação, eles não tiveram outra saída, acabaram cedendo".

Ele considerou a proposta dos bancos, aceita pelos grevistas, "ainda insuficiente, embora seja já uma vitória do movimento. Está bem além da proposta do governo e temos de considerar ainda que a conquista foi obtida fora da data-base, que é em setembro".

O movimento dos bancários foi também alvo de uma provocação diretista. No dia 25 de abril, em Recife, o cidadão Antônio José Bezerra entrou no interior de uma agência do Bradesco com uma bomba de fabricação caseira à mão, que acabou explodindo antes que ele pudesse colocá-la em outro lugar. A tentativa lhe custou dois dedos da mão direita e, embora o caso ainda esteja sendo investigado, não há dúvida de que ele se infiltrou no movimento com o objetivo de fazer provocações a serviço da direita.

CURTAS

Os professores paulistas da rede estadual de ensino estão em greve há mais de 15 dias. O movimento conta com a participação de 80% da categoria (formada por 220 mil professores aproximadamente), que reivindica piso salarial de NCz\$ 470,00 para uma jornada semanal de 20 aulas/hora. O governo Quêrcia, porém, acena com magros 5% de reajustes, além de uma antecipação salarial entre 50 a 98 cruzados novos para jornada integral de trabalho (30 aulas/hora). "Proposta ridícula, que não conta com o apoio dos professores", conforme membros do comando de greve.

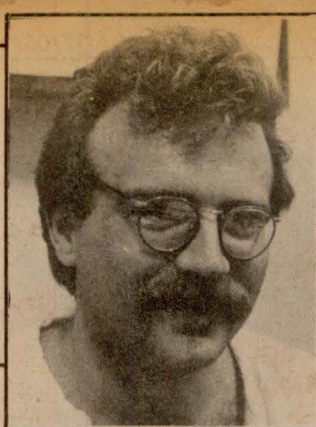
A revista "Veja" não circulou esta semana em decorrência da greve dos gráficos. "Placar" e "Contigo", também do grupo Abril (propriedade do senhor Roberto Civita), igualmente deixaram de ir às bancas. Os trabalhadores exigem reajuste salarial de 45%, enquanto os proprietários da revista continuam revelando uma postura reacionária e intransigente, atribuindo o movimento a uma pretensa minoria radical.

Os jornalistas paraibanos salaram parcialmente vitoriosos de uma greve de 14 dias encerrada no dia 25 de abril. O movimento foi deflagrado numa assembleia massiva e a categoria aderiu em peso, revoltada com os salários miseráveis pagos atualmente pelo patronato — o piso era de NCz\$ 130,00 até a paralisação. A reivindicação básica dos jornalistas era por reposição salarial de 70% a partir de março. Conseguiram 35% de reajuste e dois meses de estabilidade. Durante a greve as notícias foram reduzidas à metade e praticamente sem cobertura local.

Anápolis, em Goiás, a exemplo do que ocorre em todo o país, tem sido palco de uma grande onda de greves, acompanhada de vitórias. Professores e funcionários da rede particular de ensino pararam dia 19 de abril reivindicando reposição salarial; também os colégios da rede estadual de ensino estão parados; garis reivindicaram 200% e cruzaram os braços por três dias e conseguiram reajustes de 25% a 70%.

Os ferroviários da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), em São Paulo, depois de uma greve de quatro dias, decidiram voltar ao trabalho em assembleia realizada dia 1º de maio. Os trabalhadores reivindicaram o pagamento no último dia útil do mês como vinha sendo realizado antes do Plano Verão, que ampliou o prazo até o dia 10 do mês subsequente. O retorno ao trabalho foi decidido depois que a direção da CBTU comprometeu-se a efetuar o pagamento do mês de abril no dia 4 de maio e não descontar os dias parados.

A Corrente Sindical Classista, aliada com sindicalistas independentes, venceu as eleições para renovação da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Zé Doca, no Maranhão, obtendo, com a Chapa 1, 2.385 votos contra 1.417 concedidos à Chapa 2, constituída por representantes do latifúndio, em composição com setores anticomunistas da Igreja. O sindicato conta com um total de 7 mil associados e os membros receberam 4 mil, cerca de 60%, mas os membros não quiseram votar em função de manobras da Chapa 2. O pleito ocorreu dia 23 de abril.



QUESTÃO DE ORDEM

Altamiro Borges *

Um ato de desespero da elite governante

A Medida Provisória n.º 50, baixada pelo governo Sarney, indica apenas o grau de desespero das classes dominantes. Abaladas com a crescente onda de paralisações no país, elas rasgam o texto constitucional promulgado em outubro passado e impõem um "decreto" que nega o legítimo direito de greve. Seguem a velha máxima do caudilho Getúlio Vargas: "A lei, ora a lei". Deixam claro sua aversão à democracia.

Elaborada pelo bruxo de plantão no Palácio do Planalto, Saulo Ramos, a medida provisória lembra em muitos aspectos a lei anti-greve da ditadura militar e apresenta algumas aberrações "inovadoras". Ela fala em quorum mínimo, votação nominal e prazos para a decretação da greve, discrimina os chamados "setores essenciais" e prevê penas para os "abusos". A novidade é a tal "requisição civil", que dá poderes ao governo de exigir o retorno ao trabalho ou mesmo acionar fura-greves.

Todo esse ritual visa burocratizar a decretação da greve, impedindo que de fato ela seja considerada "legal". Ou seja: vigorando essa medida, todas as paralisações de trabalhadores por seus direitos passam a ser consideradas ilegais e a sofrer as penalidades previstas no "decreto". A burguesia tenta seguir o exemplo de 46, quando a Constituinte aprovou o direito de greve e a lei ordinária o negou taxativamente.

PIQUE GREVISTA

O motivo básico que levou o governo a adotar essa nova medida arbitrária e autoritária é o ascenso do movimento grevista no país. A intensificação das lutas dos trabalhadores em 89 coloca em xeque a política econômica entreguista e antipopular de Sarney e do FMI. E, o que é fundamental na atual conjuntura, desmascara e desgasta as classes dominantes num ano de sucessão presidencial.

As conseqüências desse crescimento das greves se fazem sentir nas dificuldades encontradas pela burguesia para "achar" seu candidato ideal e nos recentes remendos no "Plano Ladrão". Cada greve que eclode reforça as propostas que visam atacar de forma radical as causas da crise vivida pelos trabalhadores. O ascenso grevista contribui para fortalecer a unidade das forças progressistas, inibe os vacilantes e conciliadores e torna possível a vitória das esquerdas em 15 de novembro.

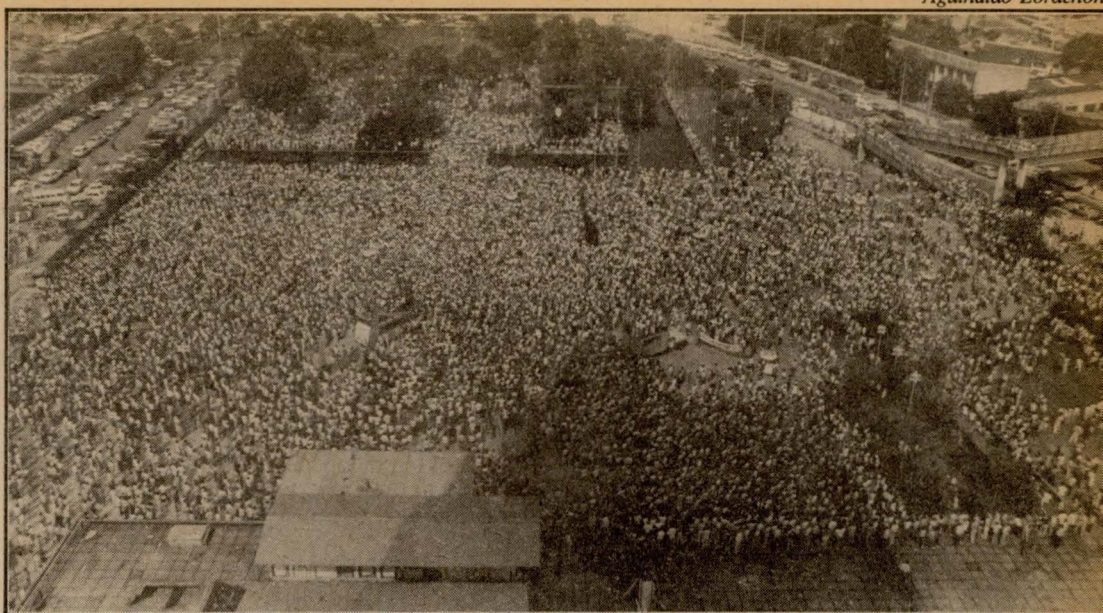
A tendência é que, apesar do "decreto" de Sarney, o número de greves e de grevistas aumente nas próximas semanas. Cerca de 15% da População Economicamente Ativa do país, que é de aproximadamente 50 milhões de assalariados, têm data-base em maio. E há inclusive a possibilidade de decretação de uma nova greve geral, que agora, além de combater o Plano Verão, teria como exigência a revogação da Medida Provisória n.º 50.

"ILEGAL É A FOME"

No processo de retomada das paralisações operárias, a partir de 78, uma palavra-de-ordem se destacava nas assembleias de trabalhadores: "A greve é legal; ilegal é a fome". Na ocasião, em condições muito mais adversas, os grevistas desafiavam a legislação autoritária do regime militar. Agora, essa questão volta a ordem do dia. A Medida Provisória n.º 50 é inconstitucional e deve ser rechaçada de todas as formas.

O movimento sindical pressiona nestes dias o Congresso Nacional a rejeitar o "decreto" do governo. Mas de nada adiantará a pressão por cima se não houver mobilização nas bases. Se na lei a greve é proibida, na prática ela demonstra que é um instrumento fundamental dos trabalhadores na luta pela conquista de seus direitos.

* Jornalista e diretor do Centro de Estudos Sindicais



Em assembléia massiva, os metalúrgicos repudiaram a proposta da Fiesp e mantiveram a greve

A rebelião da base no ABC paulista

Bernardo Joffily*

Num surpreendente gesto de rebeldia, 50 mil metalúrgicos, reunidos em assembleia geral, contrariam a Comissão de Mobilização e a diretoria do Sindicato, rejeitam a proposta patronal e decidem continuar a greve. O Plano Verão de Sarney-Mailson trouxe à tona uma indignação tão profunda e explosiva que passa por cima da própria liderança sindical.

A assembleia ocorreu na manhã do dia 2, décimo terceiro dia da greve metalúrgica. Três dias antes, o patronato fora obrigado a deixar sua arrogante recusa em negociar. Os principais sindicatos patronais envolvidos — montadoras de automóveis e autopeças — haviam apresentado uma proposta: 45% de reajuste sobre o salário de janeiro, novas negociações até 1º de julho, desconto dos dias parados em duas vezes e revogação das punições nas fábricas.

Em Santo André, uma assembleia de 5 mil operários examinou, debateu e acabou aceitando a proposta patronal. Segundo o presidente do Sindicato de Santo André, João Avamileno, foi uma forma de "sai: um pouco do fundo da água, respirar e se manter organizado nas fábricas". Mas em São Bernardo do Campo e Diadema, as coisas tomariam rumo bem diverso...

COMPARECIMENTO MACIÇO

A diferença começou a ficar clara antes mesmo de começar a assembleia: mais de 50 mil metalúrgicos lotaram o Paço Municipal de São Bernardo, um nível de comparecimento que não tinha precedentes na campanha atual e lembrava as memoráveis assembleias do Vila Euclides em 1979/80.

Começou a assembleia e imediatamente patenteou-se o descompasso entre a base e a

liderança. João Avamileno, o primeiro orador, convidado a explicar porque Santo André aceitara o acordo, já foi recebido com uma sonora vaia. E assim ocorreu com todos os sindicalistas que se sucederam no microfone quando defendiam a volta ao trabalho — inclusive o vice-presidente do Sindicato de São Bernardo, Guiba, e o próprio presidente, Vicente de Paulo. Quando Vicentinho colocou a proposta em votação, perto de 80% das mãos se levantaram pela continuidade da greve.

A GREVE CONTINUA

A nova fase da greve de São Bernardo se inicia com pique. A paralisação se manteve no mesmo nível após a assembleia, dentro da fábrica, como vinha acontecendo desde o princípio. Manteve-se inclusive a adesão em massa dos mensuralistas, que é uma característica nova e eloqüente, pois o patronato sempre usou, no passado, o pessoal de escritório como uma reserva sua durante os movimentos grevistas.

Apenas em duas fábricas, de porte médio (Karmann Ghia e Arteb), os trabalhadores solicitaram assembleias em separado para apreciar a continuidade ou não do movimento. A diretoria do Sindicato, obedecendo à decisão soberana da assembleia geral, defendeu a continuidade. O moral da categoria se manteve e até elevou-se.

O NÚMERO DA DISCÓRDIA

Não se sabe se os patrões escolheram de propósito, a dedo, um número para desunir a categoria; mas o fato é que os 45% funcionaram como um pomo da discórdia. Se fossem 40%, seguramente todos seriam pela continuidade da greve. Se houvesse a volta ao trabalho houvesse a volta ao traba-

lho, mesmo com algum descontentamento. Os operários da Brastemp (a maior metalúrgica de São Bernardo depois das montadoras de automóveis, com 6 mil trabalhadores) haviam aceitado, horas antes, uma proposta de 45% mais 4%.

AS RAZÕES DO SINDICATO

A direção do Sindicato de São Bernardo apresenta argumentos ponderáveis para embasar sua posição: 1) Não se tratava de um acordo para o ano inteiro, mas apenas de um cessar-fogo, já que haveria nova negociação dentro de dois meses. 2) A experiência de São Bernardo, na grande greve de 1980 e na malfadada "Operação Vaca Brava" de 85, mostra que uma greve levada até o esgotamento exige depois alguns anos de recuperação e forças (ver edição anterior de **A Classe**). 3) O prolongamento da paralisação implica necessariamente em enfrentar mais demissões (até o momento elas já superam a casa dos 500) e o surgimento de fura-greves nos setores mais atrasados da categoria.

AS RAZÕES DA BASE

Por outro lado, não há como negar que a direção sindical de São Bernardo, neste episódio, não conseguiu apreciar devidamente o estado de ânimo de sua base. A assembleia rebelde do dia 2, que não é um episódio isolado, mostra um deslocamento de certa importância na disposição de luta do proletariado. A partir de agora, quem quiser merecer o título de sindicalista combativo, tem que estudar, decifrar e interpretar corretamente esta mudança. Quem não quiser ou não puder, não se preocupe. O trabalho da Classe em São Bernardo do Campo...

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois da Classe em São Bernardo do Campo

A UDP e a realidade portuguesa

Haroldo Lima *

A história de Portugal é bem mais antiga do que a nossa. A tradição da civilização portuguesa remonta há séculos, bem antes da Era dos Descobrimientos, que a projetou na história moderna e contemporânea. Entretanto, alguns marcos mais recentes do desenvolvimento político português guardam certa semelhança com a história recente do Brasil, trazendo, igualmente, ensinamentos muito úteis para a luta do povo brasileiro e dos povos de todo o mundo.

Se no Brasil, em 1822, foi proclamada a Independência, em Portugal foi nesse mesmo ano que se promulgou uma Carta Constitucional que deu início a um processo de transformações democrático-burguesas. Fruto desse processo, em 1910 foi implantada a República Portuguesa, vinte anos depois da do Brasil. Até mesmo a fundação dos Partidos Comunistas dos dois países ocorreram em datas quase semelhantes. Enquanto o Partido Comunista do Brasil foi fundado em 1922, o Partido Comunista Português foi fundado em 1921.

A história recente de Portugal teve um marco significativo em 1926, com o golpe militar fascista que implantou no país um regime ditatorial, tendo à frente Oliveira Salazar. O fascismo chegou a Portugal onze anos antes da primeira experiência fascista brasileira, em 1937, com o Estado Novo de Vargas.

O regime salazarista permaneceu no poder, em Portugal, por 48 anos consecutivos, numa das maiores ditaduras da história universal. Em 1969, morreu Salazar, sendo sucedido no poder por Marcelo Caetano, que fez uma tímida tentativa de abertura sem, no entanto, mudar a essência e o caráter do regime ditatorial salazarista.

No dia 25 de abril de 1974 foi desencadeada pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) uma operação militar que efetivamente derrubou a ditadura salazarista, permitindo o início de um processo com sentido revolucionário que pôs fim a cinco séculos de prática colonialista por Portugal e ao regime ditatorial.

O que se seguiu ao 25 de Abril foi um processo massivo, quando amplas massas ganharam as ruas promovendo a obtenção de importantes conquistas institucionais. Fez-se a reforma agrária, ampliou-se as liberdades democráticas, reordenou-se a economia e, na sequência desse processo, aprovou-se uma das constituições mais avançadas do mundo. Em dezembro de 1974, o clima de amplas liberdades democráticas permitiu o aparecimento



Haroldo Lima lê a mensagem do PCdoB em Portugal

de várias correntes políticas e ideológicas. É, então, fundada a UDP — União Democrática Popular.

O processo de conquistas democráticas em Portugal, respaldadas por um amplo movimento de massas, não chegaria a completar dois anos. Em 25 de novembro de 1975, dezanove meses depois do movimento de 25 de Abril, um novo golpe reacionário estancou o ascenso do movimento progressista em Portugal, dando início a um processo inverso: o do esvaziamento e aniquilamento das conquistas democráticas.

Em dezembro de 1975, já num quadro de ascensão do conservadorismo, funda-se o Partido Comunista (Reconstruído) de Portugal — PC(R), que defende idéias marxistas-leninistas.

O processo iniciado a partir de 1975 tem seguido uma trajetória conservadora, conduzindo o país a uma situação de retrocesso político e social e à emergência de idéias reacionárias. Está em curso, hoje, em Portugal, um verdadeiro processo de restauração do regime ditatorial.

Dado muito significativo é que esse processo de restauração se dá quando a Presidência da República é ocupada por Mário Soares, principal líder do PS, um partido supostamente progressista. É exatamente sob a égide desse partido, que contemporiza com o governo reacionário de Cavaco Silva, que Portugal está enfrentando graves dificuldades. No terreno político, a restauração da ditadura se manifesta concretamente em dois episódios bastante significativos. De um lado, o major Otelo Saraiva de Carvalho, um dos principais heróis do 25 de Abril, de posições marcadamente progressistas, encontra-se há 5 anos preso, acusado de atividades subversivas, num processo considerado por todos como flagrantemente inconstitucional. Enquanto isso, muito recentemente, foi nomeado para Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Portuguesas o general

Soares Carneiro, um notório salazarista. A prisão de Otelo Saraiva, um herói da Revolução dos Cravos, e a nomeação para o mais alto posto da hierarquia militar de Soares Carneiro, um dos expoentes do antigo regime ditatorial, dá a dimensão exata do processo de restauração do antigo regime em curso atualmente em Portugal.

O informe do companheiro Mario Tomé, presidente da UDP, ao VIII Congresso da UDP, mostra de maneira minuciosa e didática os aspectos econômicos dessas dificuldades. Salienta os aspectos políticos e sociais da atualidade portuguesa. Mario Tomé demonstra, em seu informe, como o movimento direitista e conservador de Portugal “pre-

cisou de treze anos para destruir o que o entusiasmo e a ação popular levantaram em um ano e meio de luta e alegria”. E sintetiza: “Os pilares desse edifício de restauração são a integração na Comunidade Econômica Européia, as privatizações e a revisão constitucional.”

Na verdade, sente-se que as forças da direita em Portugal, acenando com idéias dúbias, como a da modernidade, procuram cultuar a integração de Portugal à Europa, a sua europeização, reduzindo a identidade nacional daquele tradicional país. Também toda uma campanha se processa, muito parecida com as que são feitas no Brasil, pela privatização e, finalmente, querem agora em 1989, aprovar uma

nova Constituição, reduzindo os avanços da Carta de 1976, porém sem a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

O VIII Congresso da UDP, com cerca de 500 delegados eleitos, encerrado com um magnífico ato político que contou com a participação de aproximadamente 1.500 pessoas, realizado sob o “Sim a Portugal”, significando a reafirmação do valor nacional, foi um acontecimento amplamente vitorioso. A reeleição de Mário Tomé, um dos heróis do 25 de Abril, para a presidência da UDP, significou a garantia da continuidade combativa da ação política da UDP. Ao lado de outras representações estrangeiras, o PCdoB participou com muita honra desse acontecimento, aprofundando os laços entre a UDP e o nosso Partido, numa situação de duas nações que têm identidades muito próximas.

Lá, como no Brasil, os marxistas procuram unir o povo em torno de objetivos comuns: democracia, liberdade, soberania nacional, bem-estar e progresso. Rumo ao socialismo!

* Líder do PCdoB na Câmara dos Deputados, membro do Comitê Central, representou o PCdoB no VIII Congresso da UDP.

Calorosa saudação do PCdoB

Trechos da mensagem lida pelo deputado Haroldo Lima no Congresso da União Democrática e Popular de Portugal:

Trago, do Brasil, dirigida aos participantes desse vitorioso 8º Congresso, aos dirigentes da UDP e ao prezado companheiro Mário Tomé uma calorosa saudação do Comitê

Central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e especialmente do seu presidente, o camarada João Amazonas.

Manifestamos nossa especial satisfação com a declaração contida no fecundo informe político do companheiro Mário Tomé, quando afirma

ser a UDP “um grande projeto de unidade para construir uma grande força que conquiste a confiança de todo o povo e, com ele, o poder”.

À luta e à vitória companheiros.

Sim a Portugal
Viva a UDP.

Mensagem enviada do cárcere

Trechos da mensagem do major Otelo Saraiva, um dos líderes da Revolução dos Cravos e há 5 anos encarcerado em Portugal, à UDP:

Atuante, dinâmica, persistente, sempre profundamente empenhada na luta política cerrada contra o sistema capitalista e seus malefícios que, sofrendo forte abalo com o 25 de Abril e o período revolucionário que se lhe seguiu, logo se restaurou no nosso país em consequência do 25 de Novembro, está de novo a UDP em

organizado sob a legenda patriótica “Sim a Portugal”, com a categoria recusa de falsas soluções de dependência, seja uma verdadeira festa política, de questionamento e de debate muito vivo, participativo e responsável, e que o programa, declaração de princípios e estatuto, bem como as resoluções aprovadas, permitam dar à UDP um novo e vigoroso impulso na luta por um poder do povo que garanta a independência nacional, a liberdade e o bem-estar de todos amigos, com um abraço para todos vós, do

MENSAGEM LIDA O 8º CONGRESSO DA UDP - Dia 8 e 9 ABRIL 89

Amigos e companheiros: Agradeço, primeiro, a presença, sempre profusamente enriquecida na luta política, de todos os membros do sistema capitalista e seus malefícios que, sofrendo forte abalo com o 25 de Abril e o período revolucionário que se lhe seguiu, logo se restaurou no nosso país em consequência do 25 de Novembro, está de novo a UDP em festa.

Festa democrática, festa de luta com claros objetivos de defesa da ação política e desenvolvimento do poder e da identidade nacional, festa de luta e de luta pela A INDEPENDÊNCIA DE ALGUMAS REGIÕES SUBSIDIÁRIAS DA BOMBA COMUNITÁRIA (MFA), que constitui um ato de todas as forças democráticas e com todos aqueles que lutam profundamente por uma liberdade e o bem-estar de todos os cidadãos de Portugal, de solidariedade fraternal e de luta por um futuro de Portugal.

Que o VIII Congresso, organizado sob a legenda patriótica “Sim a Portugal”, com a categoria recusa de falsas soluções de dependência, seja uma verdadeira festa política, de questionamento e de debate muito vivo, participativo e responsável, e que o programa, declaração de princípios e estatuto, bem como as resoluções aprovadas, permitam dar à UDP um novo e vigoroso impulso na luta por um poder do povo que garanta a independência nacional, a liberdade e o bem-estar de todos amigos, com um abraço para todos vós, do

Otelos Saraiva

Que o vósso 8º Congresso,

Otelos Saraiva

O manuscrito enviado por Otelos Saraiva

Arquivo



Polícia reprime protesto popular em Moscou

Tensão na União Soviética

“A ‘perestroika’ atinge todas as camadas da população e isso cria uma situação muito difícil.” A afirmação não é de nenhum soviético “conservador”, mas do próprio Mikhail Gorbachev que, no final de abril, confessou que a União Soviética “está muito tensa”.

No dia 25, uma reunião extraordinária do Comitê Central do PCUS forçou a “aposentadoria compulsória” de 110 dos 310 membros do órgão dirigente do partido revisionista. O episódio foi apresentado como “uma vitória de Gorbachev”. Mas parece que as coisas não foram tão simples. Iuri Soloviov, primeiro-secretário do partido em Leningrado, e recentemente derrotado nas eleições parlamentares (era

candidato único e perdeu para os votos nulos e em branco), continua no CC.

Um dos participantes da reunião criticou abertamente Gorbachev, referindo-se aos elogios constantes que o chefe do Kremlin recebe do governo dos EUA e dos representantes do capitalismo ocidental: “Lênin dizia que quando o inimigo de classe nos elogia, devemos tomar cuidado.” Esse mesmo membro do CC — que não foi destituído — considerou “imoral” o fato da TV estatal ter divulgado uma proposta de sepultar o corpo de Vladimir Lênin, exposto à visitação pública num mausoléu em Moscou.

Racionamento

Ao tempo em que “apo-

senta” alguns adversários políticos, Gorbachev ressuscita na União Soviética — pela primeira vez, desde o fim da II Guerra — os cartões de racionamento para a compra de açúcar. Sintomaticamente, a medida voltou a vigorar no Dia do Trabalhador. Agora, os cidadãos que não tenham dinheiro para frequentar o mercado negro só ficarão com 2 kg de açúcar por mês.

Não bastasse isso, o governo da Geórgia anunciou que o Exército russo utilizou um gás altamente tóxico para reprimir as manifestações em Tblisi, em 9 de abril. Perto de 30 pessoas foram mortas pela repressão e agora o Exército recusa-se a divulgar a fórmula do gás letal utilizado, num desafio aberto à população.

Oposição denuncia fraude nas eleições paraguaias

Disfarçado de civil, vestindo paletó e gravata no lugar da costureira farda e quepe, o general Andrés Rodríguez eleger-se presidente do Paraguai no dia 1º de maio. Com o apoio do governo dos Estados Unidos (que colaborou para a “lisura do pleito”), o general recebeu quase 80% dos cerca de 200 mil votos computados. O candidato opositorista, Domingo Laino,

votou em branco para presidente (mas com votos válidos para senador e deputado), protestando contra as gritantes fraudes.

As irregularidades são incontáveis: eleitores governistas que votaram várias vezes, ausência de cédulas eleitorais com os nomes de candidatos opositoristas, intimidação de eleitores que não sufragariam o general Rodríguez etc. etc.

Segundo os opositoristas, a própria legislação eleitoral é viciada, elaborada sem a participação efetiva dos setores democráticos do país. As correntes progressistas levantam a bandeira da Constituinte e eleições democráticas e honestas para pôr fim ao ranço autoritário que persiste no Paraguai após a substituição do general Stroessner pelo general Rodriguez no poder no início deste ano.

A China contesta a ditadura de Deng e o aumento da corrupção

Os universitários chineses voltaram a ocupar as praças públicas. Entoando a “Internacional”, hino dos comunistas, e portando cartazes criticando Deng Xiaoping e Li Peng, exigem “um governo de leis, não de homens”. Os cartazes ainda clamam “Abaixo a ditadura”, “Abaixo a corrupção”, “Liberdade de imprensa” e expressam seu apoio aos “bons comunistas”.

O pretexto inicial dos atos públicos — quando eles somaram 200 mil estudantes na praça Tian An Men, em Pequim, e dezenas de milhares em Xian e Xangai — foi o funeral de Hu Yaobang. Os manifestantes se concentravam também diante das sedes do partido revisionista e do governo.

Ocorreram prisões e agressões da polícia contra os estudantes. O governo divulgou que, em Xian, 130 policiais ficaram feridos. Matreiramente, silenciou sobre o número de populares atingidos pelos castetes dos gendarmes.

O crescimento das manifestações e a adesão de 41 universidades à greve convocada pelos estudantes levaram o governo a radicalizar ainda mais. Lin Peng, o primeiro ministro, disse que os atos de protesto levariam o país ao caos. Deng Xiaoping, o presidente da Comissão Militar Permanente, propôs o aumento da repressão e o recrudescimento da violência. Fiel aos seus dirigentes revisionistas, o PC determinou a proibição de “ajuntamentos, discursos, distribuição de folhetos e coleta

de dinheiro nas ruas”. Isso no dia 26.

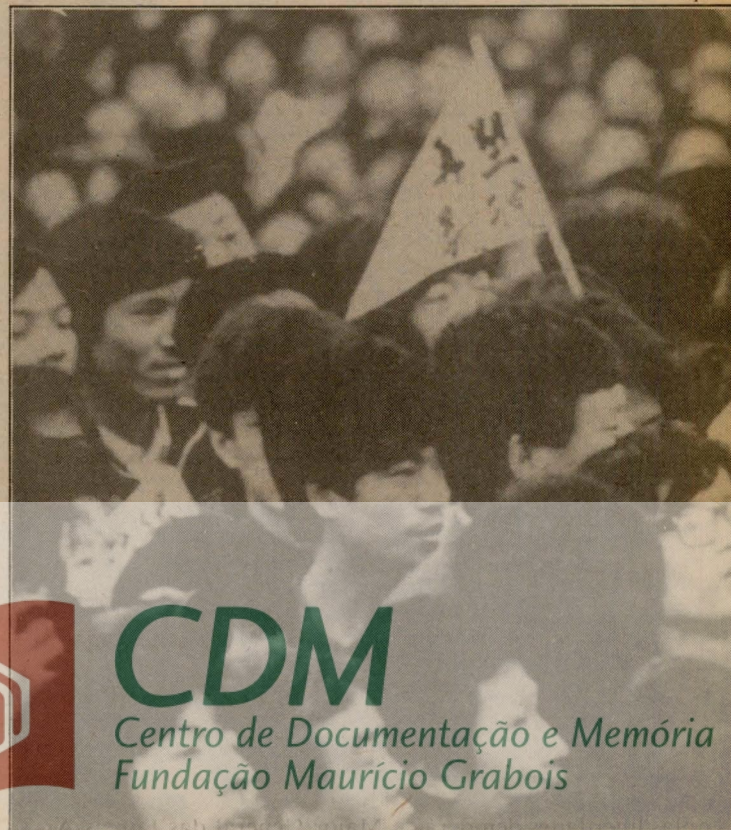
No dia seguinte, 27, meio milhão de manifestantes protestavam na praça Tian An Men. Funcionários públicos, comerciários, operários juntaram-se aos estudantes. A “Internacional” foi novamente entoada. Carros oficiais e edifícios governamentais foram depredados. Os soldados que foram reprimir o movimento, temerosos diante da imensidão da massa humana, recuaram.

Disputa da hegemonia

O governo fez nova manobra tática. Anunciou que aceitava “dialogar”. Porém, o diálogo só se daria através das entidades oficiais, controladas pelo próprio governo. Novos protestos foram convocados em resposta, desta vez para o dia 4 de maio, quando o país comemora o 70º aniversário de um movimento antifeudal iniciado nos *campi* universitários.

Numa situação tão complexa como a chinesa, onde o marxismo-leninismo foi adotado como ideologia oficial, porém só foi aplicado nas versões revisionistas de Mao Tse-tung e outros dirigentes do PC, os rumos que o atual movimento podem tomar são ainda uma incógnita. Lideranças estudantis abordaram a necessidade de o país caminhar para “bem além do sistema atual”. Mas também universitários abertamente pró-capitalistas disputam a direção das manifestações.

Arquivo



Os estudantes numa manifestação de 200 mil em Pequim

CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Araguaia, 17 anos

Sucursal Fortaleza

CONSCIÊNCIA SOCIALISTA

Frente de esquerda une amplas forças

Rogério Lustosa *

Em 1984, sob o lema de "diretas-já", uma ampla frente democrática empolgou o país e abalou os alicerces da ditadura. Hoje, noutra situação, uma frente com orientação de esquerda mobiliza as massas populares para derrotar as oligarquias na batalha da sucessão. O que há de comum, e de diferente, nestas duas formas de unidade política?

Influência burguesa

Em 84, significativos setores da burguesia opunham-se ao regime militar — e exerciam influência política sobre os trabalhadores. Os resultados eleitorais, e os comícios em todo o país, revelavam claramente esta liderança dos dirigentes das classes dominantes. Isto era fruto da falta de liberdade. Durante muito tempo o povo não pôde se organizar, fazer política, projetar suas lideranças.

Mas ao alcançar o governo, esta burguesia logo revelou a estreiteza de seu democratismo. Entre as exigências de mudanças feitas pelas forças progressistas e os compromissos com o latifúndio e o capital estrangeiro, a Nova República ficou com o segundo caminho.

Marcha à esquerda

O povo, neste processo, ajudado em boa parte pela posição firme mas flexível dos comunistas, fez a sua experiência e elevou sua consciência política. Milhares de trabalhadores até então à margem das batalhas de classe integraram-se na luta. O movimento popular livra-se aceleradamente das ilusões com a política dos dominantes.

As eleições municipais do ano passado assinalaram nitidamente este realinhamento: enquanto os antigos opositoristas burgueses, que apresentavam-se com posições de centro, aproximaram-se da direita, o povo votou na esquerda. Nos principais centros operários do país as forças de esquer-

da saíram vitoriosas. O centro desmoronou.

Neste quadro a união da esquerda passou a ser uma exigência objetiva. Não uma simples aglutinação de grupos de esquerda isolados, como preconizavam alguns anteriormente. Mas uma união de massas, com orientação de esquerda. Uma frente capaz de aglutinar um enorme leque de forças, até mais ampla do que aquela alcançada com "diretas já".

O deslocamento do eixo de alianças preconizado pelos comunistas atualmente não envolve, portanto, alteração nos princípios que norteiam a política de frente única do proletariado. A tática visa aglutinar forças e permitir a elevação do nível de consciência das massas e não satisfazer à impaciência de quem quer que seja. A política revolucionária apóia-se na realidade e não em desejos.

Base no real

Marx comentava que se a essência dos fenômenos coincidisse com sua aparência, a ciência seria desnecessária. Por não perceberem isto, certas pessoas têm enorme dificuldade em acompanhar as flexões realizadas pelo Partido da classe operária na busca das soluções revolucionárias. Nos compromissos diários, com as diversas camadas sociais e com os partidos e grupos que as representam, as mudanças são freqüentes e, muitas vezes, rápidas.

Quando setores democráticos burgueses tinham prestígio de massas e somavam forças contra a ditadura, os revolucionários ficariam isolados se os colocassem no mesmo campo de Figueirêdo. Hoje também, os comunistas ficariam fora do curso real se não percebessem que os partidos burgueses se isolaram do povo, que se criou uma nova correlação política, e que as massas se colocam à esquerda.

* Da direção nacional do PCdoB

Várias iniciativas no 12 de abril marcaram em Fortaleza, Ceará, a comemoração dos 17 anos da Guerrilha do Araguaia, ponto alto da resistência armada à ditadura militar instalada no Brasil em 1964.

O Distrital do Centro da capital cearense realizou um debate. No Distrital da 82ª Zona houve um show com artistas populares. Outros dois distritais de Fortaleza, os das 1ª e 83ª Zonas inauguraram suas sedes denominando-as respectivamente Bergson Gurjão e Custódio Saraiva, em homenagem a dois dos cearenses mortos na guerrilha.

No dia 12 pela manhã, um momento especial. Com numerosa platéia foi inaugurada a sala da liderança do PCdoB na Câmara Municipal de Fortaleza, que também recebeu o nome de Bergson Gurjão. Entre os presentes a mãe, D. Luiza e a irmã, Tânia, do homenageado. Na oportunidade o presidente do Sindicato dos Médicos, Francisco Monteiro, assinou ficha de filiação ao PCdoB. Emocionado, ele lembrou: "Conheci Bergson quando éramos colegas no Ginásio Brasil. Torci por Bergson retirando nas manifestações estudantis de 1968 uma



Da esquerda para a direita: Gilse Avelar, Sra. Luiza Gurjão, Ignácio Arruda, Messias Ponte, presidente do comitê de Imprensa da Câmara, vereador Narcílio Andrade, presidente da Câmara e o ex-vereador Fiúza Gomes

bomba incendiária de baixo de um carro para evitar sua explosão, enquanto a polícia se empenhava em espancá-lo. Para mim é uma dupla honra, hoje: assinar a ficha do Partido no momento desta homenagem".

O vereador do PCdoB em Fortaleza, Ignácio Arruda, destacou que "o mandato comunista e o nosso gabinete são instrumentos a serem utilizadas pelo povo". A presidente do Diretório Regional do PCdoB no Ceará, Gilse Avelar, completou: "nosso Parti-

do sempre esteve à frente das lutas do povo, nas condições mais difíceis, e sempre soube recorrer às formas de luta condizentes com cada situação histórica".

Encerrando o ato, o presidente do Legislativo municipal, Narcílio Andrade, destacou a importância da presença e da atuação do PCdoB na Câmara de Fortaleza.

Durante a solenidade, uma comissão dos metalúrgicos em greve recolheu entre os presentes contribuições para o fundo de greve. (da sucursal)

Denise: um mandato popular

Arquivo

Desde março está circulando entre os meios políticos, estudantis, sindicais e populares de Goiânia o boletim "Prestando contas", editado pelo gabinete da vereadora comunista Denise Carvalho. No artigo de fundo Denise, referindo-se aos primeiros dois meses de seu mandato, afirma: "Neste período temos procurado levar adiante um mandato verdadeiramente popular. Acreditamos numa nova prática política. Nosso povo, com razão, não pode mais confiar nos partidos e políticos tradicionais, de gabinete, defensores das classes dominantes. O mandato comunista tem a marca do novo, do parlamentar que não se fecha entre quatro paredes, mas participa das lutas populares, contribui para a organização e elevação do nível de consciência dos explorados".

Prestando contas das ações que a vereadora tem realizado, o boletim destaca sua firme

atitude de condenação à violência contra a mulher. Foi por iniciativa de Denise que a Câmara Municipal realizou uma sessão especial para protestar contra a violência e a discriminação que vitimam a mulher. Denise Carvalho promoveu também um júri simulado com a participação de entidades femininas e centenas de mulheres; além de líderes das bancadas de todos os partidos com representação na Câmara.

Denise Carvalho também apresentou projeto propondo a criação de uma comissão na Câmara Municipal para incentivar o alistamento eleitoral dos jovens maiores de 16 anos.

A jovem combativa vereadora comunista em Goiânia também apresentou projeto pela criação da Tribuna Livre na Câmara Municipal, a fim de facilitar o acesso do povo e de suas entidades ao poder Legislativo e abrir mais um canal para a expressão das denúncias e lutas populares.



Denise, vereadora do PCdoB-Goiânia

Iniciativa comunista do Paraná

Por iniciativa do vereador Nereu Faustino Ceni, do PCdoB, na cidade de Pato Branco, Paraná, a Câmara Municipal aprovou a Moção de Repúdio do 2º Congresso da União Municipal de Associações de Moradores de Pato Branco ao governo Sarney,

Entre outras coisas, a moção salienta a oposição dos congressistas de Pato Branco às medidas constantes do Plano Verão, defende a suspensão do pagamento da dívida externa e a realização de uma reforma agrária anti latifundiária.

O II Congresso da União Municipal das Associações de Moradores de Pato Branco repudia também o arrocho salarial e insiste na reposição das perdas acumuladas pelos trabalhadores. (da sucursal)

O jornal de Marx e Engels

Aldo Rebelo*

A 19 de maio de 1849 circulava pela última vez a "Nova Gazeta Renana", diário dirigido por Karl Marx e Friedrich Engels, porta-voz do proletariado nas vagas revolucionárias que varreram a Alemanha e a Europa nos idos de 1848-1849.

A "Nova Gazeta Renana" inaugurou a época da moderna imprensa socialista, voltada para a ação política de massas. Marx e Engels perceberam esta exigência da luta de classes e conceberam a "Nova Gazeta Renana" como imprensa proletária de espírito inovador e combativo.

Mais de 30 anos depois, em 1884, assim Engels descreveu esta decisão: "Quando fundamos na Alemanha um grande jornal, nossa bandeira só podia ser, portanto, a bandeira da democracia: mas de uma democracia que destacava sempre, em cada caso concreto, o caráter especificamente proletário que ainda não podia estampar, definitivamente, em seu estandarte. Se não tivéssemos procedido assim, se nos tivéssemos negado a aderir ao movimento, só nos teria restado, como remédio, fazer propaganda do comunismo em qualquer jornalzinho local, fundar, em vez de um grande partido de ação, uma pequena seita. Pregiar no deserto era, porém, um papel que já não aceitávamos. Tínhamos estudado demasiado bem os utopistas para seguir esse caminho. Não era para isso que havíamos traçado nosso programa."

O capitalismo, em meio a mais uma crise, encontrava resistências para sua expansão na maioria dos Estados absolutistas e feudais da Europa, e mesmo na França, que fizera a Revolução de 1789, a aristocracia financeira impunha limites que o desenvolvimento do capitalismo já não suportava. Ao proletariado como classe, onde já havia se desenvolvido, também interessava derrubar as barreiras feudais. O mesmo desejavam os camponeses. Era preciso que o proletariado firmasse sua bandeira independente e que os comunistas marcassem sua posição sem ficar à margem do movimento: eis por que surge a "Nova Gazeta Renana".

Palavras e granadas

Em torno do jornal Marx e Engels reuniram os melhores cérebros da Alemanha progressista. Wilhelm Wolff, Georg Weerth, Ernst Dronke e Ferdinand Wolff, todos membros da Liga dos Comunistas, compunham o núcleo central da redação, ao qual se incor-

porou posteriormente Ferdinand Freiligrath, expoente da poesia revolucionária alemã.

Marx foi escolhido chefe de redação, e seu papel no jornal foi assim mais tarde registrado por Engels: "A constituição em vigor na redação do jornal reduzia-se, simplesmente, à ditadura de Marx. Um grande jornal diário, que deve sair a uma hora fixa, não pode defender conseqüentemente seus pontos de vista em outro regime que não esse. Além disso, em nosso caso, a ditadura de Marx era uma coisa natural, que ninguém discutia e que todos aceitávamos de bom grado. Graças, sobretudo, à sua visão clara e à sua atitude firme, a 'Nova Gazeta Renana' converteu-se no mais famoso jornal alemão dos anos da revolução."

Engels, ou a "enciclopédia", como a ele se referiu Marx, ocupava-se dos assuntos mais diversos. A facilidade com que lidava com diversas línguas levava-o a acompanhar a imprensa da França, Inglaterra, Itália, Dinamarca, Hungria, e a interferir nos desdobramentos da luta revolucionária em todo o continente europeu.

A linha editorial da "Nova Gazeta Renana" foi concebida como programa do proletariado na revolução democrático-burguesa em curso na Alemanha. A estratégia e a tática dos comunistas se expressavam no jornal a cada dia, em toda ba-

talha. "Vê-se com os próprios olhos o efeito de cada palavra, vê-se como os artigos caem literalmente como se fossem granadas e como a carga explosiva rebenta", escreveria Engels.

Na redação e nas ruas

Marx e Engels não foram apenas o corpo e a alma do jornal, foram também dirigentes comunistas no movimento revolucionário. Nas assembleias das sociedades democráticas que se espalharam por toda a Alemanha, denunciaram com vigor a grande burguesia alemã, que por temor ao proletariado receava levar adiante as medidas democráticas. No rastro da política de compromissos da grande burguesia, a pequena burguesia vacilava, entervando a marcha para a frente da revolução.

Todos identificavam o jornal com a posição mais avançada do movimento revolucionário. Mas ao mesmo tempo em que castigavam sem piedade a ala pequeno-burguesa do movimento operário, Marx e Engels tudo faziam para radicalizar suas posições, levando em conta principalmente a influência considerável que detinham sobre o movimento operário alemão. "Abertamente proclamamos que a tendência que representávamos só poderia lançar-se à luta pela con-

quista de nossos verdadeiros objetivos partidários quando o mais radical dos partidos oficiais existentes na Alemanha chegasse ao Poder. Então, formaríamos a oposição contra ele", afirmou Engels posteriormente. Na "Nova Gazeta Renana" Marx fez publicar uma série de artigos sobre o trabalho assalariado e o capital para esclarecer a vanguarda dos operários sobre os objetivos finais dos comunistas.

Dias decisivos

Maio de 1849 foi o mês decisivo da onda revolucionária. A contra-revolução ganhou vigor sob um novo surto de crescimento econômico e expansão do capitalismo em toda a Europa. Só mais tarde Marx e Engels vieram compreender que fenômeno poderoso empurrava para trás as forças da revolução.

Desde a derrota dos operários de Paris, na insurreição de junho de 1848, tinha ficado estabelecido que dificilmente havia chegado a hora do triunfo do proletariado. Pouco a pouco, na Itália, Áustria, Hungria e por toda a Europa, os levan-

tes populares enfrentavam cada vez maiores dificuldades.

A "Nova Gazeta Renana" pôs-se resolutamente ao lado dos combatentes de Paris e levantou bem alto a bandeira da guerra dos povos da Europa contra a reação em geral. Mas o incipiente movimento operário não possuía ainda o fôlego e a solidez das idéias avançadas para triunfar.

Ao longo de quase um ano de existência — primeiro de junho de 1848 a 19 de maio de 1849 — o jornal foi a bandeira revolucionária que tremou durante todo o transcorrer do combate. Suas páginas rasgaram a máscara da reação européia aos olhos do proletariado. A perseguição aos seus redatores tornou-se cada vez mais violenta e insuportável.

Quando cerrou suas portas já se fazia necessário manter na sala da redação um pequeno arsenal de oito fuzis e um estoque de 250 cargas de cartuchos para garantir a segurança de seus redatores.

Ao apreciar o papel da "Nova Gazeta Renana", Lênin assim classificou sua contribuição ao movimento revolucionário da Alemanha e à imprensa operária internacional: "o melhor órgão, insuperável, do proletariado revolucionário".

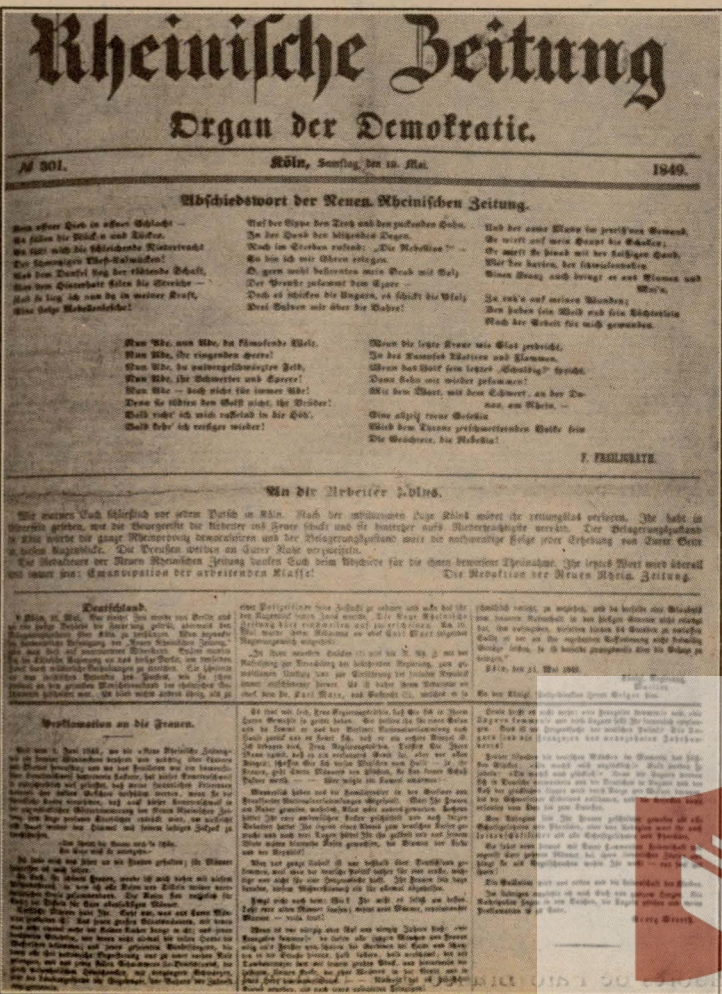
O último número, impresso em cor vermelha, prometia breve retorno ao posto de combate e trazia uma saudação em forma de poema, da autoria de Ferdinand Freiligrath, aos seus seis mil assinantes:

"Adeus pois, adeus, mundo combatente! Adeus pois, exercício pelejante, Adeus pois, campo sujo de pólvora, Adeus pois, gládios e lanças!

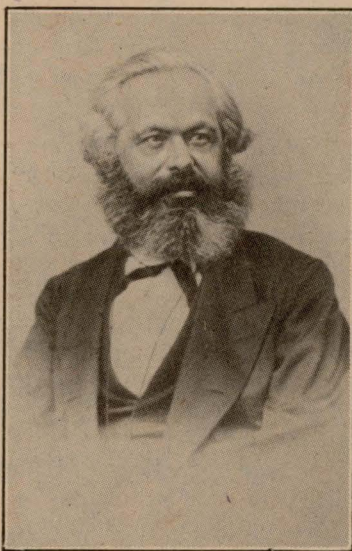
Adeus pois — mas não para sempre! Porque não matarão o espírito, ó meus irmãos! Em breve me levantarei em armas nas alturas, Em breve regressarei!

(...)
Pela palavra, pelo gládio, no Danúbio, no Reno, Por toda a parte serei a companheira fiel do povo que esmaga o trono, A proscrita, a rebelde!"

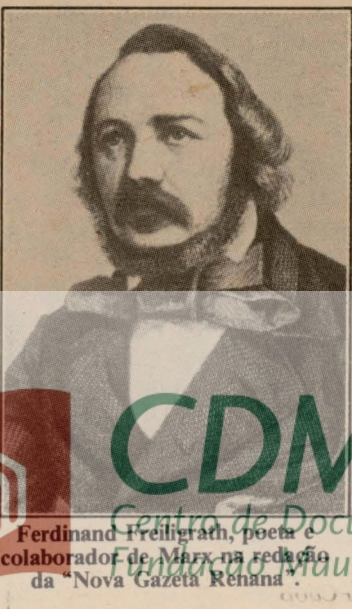
*Jornalista, membro da direção nacional do PCdoB



Primeira página do último número da "Nova Gazeta Renana"



Karl Marx



Ferdinand Freiligrath, poeta e colaborador de Marx na redação da "Nova Gazeta Renana"

CDM Centro de Documentação e Memória da Associação de Jornalistas e Escritores do Rio de Janeiro

Rock: a trajetória de um ritmo

Itamar Pires*

O debate sobre o rock enquanto meio de expressão artística, política e musical, em particular acerca do rock feito no Brasil, obriga a verificar as origens desse gênero musical, sua formação, divulgação, o modo pelo qual penetrou no Brasil, as contradições e as tensões internas existentes em sua forma e manifestações concretas, enquanto produto cultural. Em suma: não se pode abstrair o desenvolvimento histórico do rock, se se pretende analisá-lo.

Uma discussão que pretenda descobrir a "essência" **revolucionária, progressista, pequeno-burguesa ou reacionária** do rock enquanto ritmo, enquanto gênero, é uma discussão fadada ao absurdo. Classificar um **ritmo** de reacionário ou revolucionário é absolutizar o aspecto formal das coisas, é equivalente a tentar descobrir se a língua inglesa é reacionária ou revolucionária. O que conta é a produção concreta de cada autor, de cada músico, que expressa conteúdos diferentes conforme sua origem, ideologia e interesses de classe, sua situação histórica. Nada obriga que dois textos escritos numa mesma língua tenham conteúdo semelhante, que o digam os senhores Marx e Hitler, que escreveram em alemão expressando conteúdos inconciliavelmente antagônicos. O mesmo se dá com o ritmo em relação à música.

ORIGENS

A origem remota do rock confunde-se com a história das populações africanas arrancadas à força pelo colonialismo europeu para servir de mão-de-obra escrava, no processo de ocupação da América. Nos campos do sul dos EUA desenvolveram-se variadas formas de cantigas, criou-se uma forma peculiar de pronunciar o inglês. Dessa raiz surgiram o godspell, os spirituals, o soul, o jazz, o blues, ritmos cuja origem é a mesma do rock.

Na década de 20 deste século, milhares de trabalhadores negros migraram para as cidades industriais do norte dos EUA, particularmente Chicago. Entre os ritmos musicais que desembarcavam junto com os trabalhadores estava o blues, fonte imediata do rock, uma música com forte conteúdo social, que servia como instrumento de expressão do negro norte-americano. No contato com a vida urbana, industrial, o blues incorpora ele-

mentos elétricos — a guitarra por exemplo — torna-se mais veloz, transforma-se. O produto dessa transformação será o rock.

DIFUSÃO E IMPERIALISMO

Enquanto fenômeno de massa o rock aparece em meados da década de 50, por força do apetite comercial das grandes gravadoras norte-americanas, senhores do mercado fonográfico mundial. Em sua contínua busca de novos produtos, para serem lançados ao mercado rapidamente, consumidos em massa, os monopólios do disco investem pesado na comercialização do rock.

Esse investimento divulgou o rock pelo mundo, mas também traçou-lhe limites. Foi feito um esforço de "branqueamento" do ritmo, que sendo de origem africana, era tocado por músicos brancos, para deleite da classe média norte-americana, branca e conservadora. Bill Halley é exatamente isso: um produto comercial. O aspecto do rock enquanto crônica do dia-a-dia é posto em segundo plano, frente ao predomínio das ilusões da classe média, de ascensão social e puritanismo.

Os mecanismos de dominação cultural do imperialismo norte-americano trataram de transformar o rock num fenômeno global, ocupando emissoras de rádio e apresentando-se sempre como "o ritmo da juventude", o ritmo da rebelião sem causa, bandeira e destino. Na década de 60, o rock "ingênuo" entra em crise. Qualidade poética e crítica voltam à tona através das canções de Bob Dylan, Joan Baez, Lennon etc., cuja obra terminaria influenciando movimentos tão diferentes quanto a Nueva Canción, no Chile, a Nueva Trova, em Cuba, ou o Tropicalismo, no Brasil.

O ROCK NO BRASIL

Já no final da década de 50 produziam-se cópias do que havia de mais "ingênuo" e alienado nos EUA, sob o título de rock. É a época de Celly Campelo e outras tolices de igual calibre. Nos anos 60, ainda no campo do feroz comercialismo, surge o "iê-iê-iê", a "Jovem Guarda". O mundo cor-de-rosa das músicas da época da bossa-nova sofrera um golpe definitivo com a ditadura militar em 64, mas a bossa-nova deixou um legado

importante à música brasileira. Muitos autores originados da bossa-nova ou fortemente influenciados por ela começaram a trabalhar no sentido de uma música crítica, de conteúdo social e político, como Vandré, Chico Buarque, Edu Lobo e outros. O antídoto das gravadoras a essa politização veio sob a forma de "Jovem Guarda".

No fim dos anos 60, o relacionamento entre rock e música brasileira muda de qualidade com o "tropicalismo", uma tentativa de resgatar para a música o conceito "antropofágico" de Oswald e Mário de Andrade, devorando e adaptando os elementos estrangeiros à linguagem e à realidade brasileira. Mas esgotado o tro-

picalismo, o rock brasileiro durante os anos 70 afunda no poço da apatia e da alienação.

A maioria dos grupos de rock brasileiro que sobreviveram durante a década de 70 manteve-se voltada para o próprio umbigo, desconhecendo qualquer engajamento na luta que se travava contra a ditadura militar, limitando-se a reproduzir mecanicamente rituais norte-americanos. Experiências realizadas por Milton Nascimento, Lô Borges, Belchior, aproximavam-se do rock, marcavam um limite em que o rock superava-se a si mesmo, transformando-se em outra coisa, uma fusão que incorporava a base instrumental, ritmo e poética brasileiras. Para ser válido em termos ar-

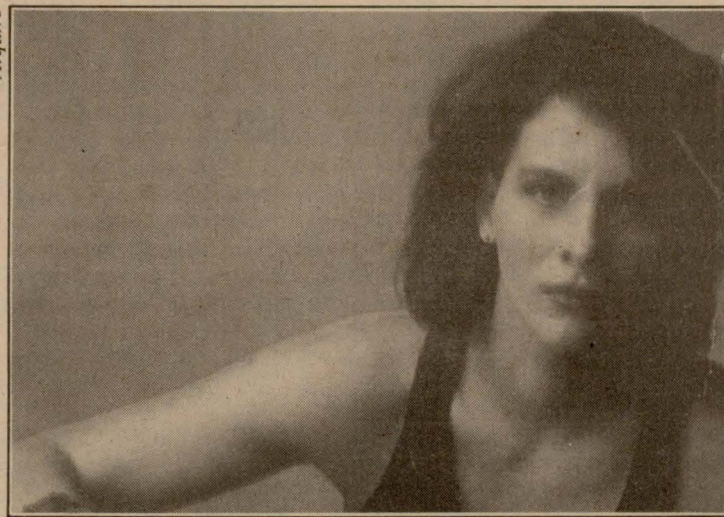
tísticos, o rock tinha de superar-se, transformar-se.

A VOLTA DO ROCK

O ressurgimento do rock, enquanto fenômeno de massa significativo no Brasil, ocorreu, em primeiro lugar, devido ao interesse das gravadoras. O rock ressurgiu graças a uma ampla estratégia de marketing, que soube localizar grupos e autores com força e capacidade para colocar-se à frente do rock brasileiro. Abriam-se espaços para grupos como Legião Urbana, Paralamas do Sucesso, Titãs e nomes como Cazuza e Lobão, entre outros. Mas, de outro lado, as gravadoras passaram a produzir uma série de subprodutos, cantores e conjuntos destinados a ter uma música de sucesso, vender muito e sumir.

A atual situação do rock brasileiro é contraditória. De um lado, está a capacidade que o rock tem de penetrar em grandes massas, principalmente de jovens e influenciar a música brasileira, o que se deve à sua origem enquanto produto comercial imposto pelo imperialismo. De outro lado, dentro do rock, surgem grupos e compositores dispostos a politizar o conteúdo de suas músicas, colocando o rock como instrumento de expressão de problemas reais da sociedade. Surgem autores que trabalham com lirismo e poesia em suas letras. O choque entre o apetite comercial e a qualidade artística-política é inevitável.

Até o momento, o rock tem servido como instrumento à pequena burguesia para expressar sua crítica parcial ao capitalismo, crítica moral ou protesto filho da frustração. Mas o rock não possui nenhum elemento que o torne necessariamente ligado à pequena burguesia. É um ritmo, entre outros, cuja utilização se dá por autores concretos, historicamente situados. As marchas quase sempre serviram de veículos a conteúdos chauvinistas — as marchas nazistas são um exemplo claro disso —, mas A Internacional é, também uma marcha. O rock pode ser um poderoso instrumento para a difusão da idéia revolucionária. A crítica deve levar em conta a qualidade musical, poética da criação, e, fundamentalmente, o conteúdo expresso por cada autor, muito mais que o ritmo através do qual isso é expresso — valsa, samba, choro, polka ou



Marina, Arnaldo, Amores (Titãs) e Legião Urbana. A geração atual da música brasileira, que encontra no rock uma forma nova de expressão estética, com muito sucesso.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

*Jornalista goiano, crítico de cinema

A vida em perigo

Márcia Guena dos Santos*

Em meados dos anos 70, os químicos Sherwood Roland e Molina advertiram que a atmosfera do Planeta estava sendo envenenada. Uma classe de produtos químicos descoberta pela General Motors em 1928, clorofluorcarbono (CFC) ameaçava a vida terrestre, através da destruição da camada de ozônio. O alerta foi dado, mas só recentemente alguns países começaram a restringir a utilização do CFC.

O ozônio é formado por três moléculas de oxigênio (O_3) e funciona como um filtro que impede a passagem de raios ultravioleta danosos aos seres vivos. A camada de ozônio que envolve a Terra possui 50 km de espessura. O ozônio possui dois "chapéus" — como advertiu o professor Antônio H. Miguel, do Departamento de Química da PUC-Rio —, o "escudo da terra", que impede a passagem de 70 a 90% dos raios ultravioleta emitidos pelo Sol e protege a vida; e o "ozônio mau", maléfico à saúde, destrói plantas etc.

As indústrias utilizam CFCs em alguns sprays, para pressionar a saída do produto desejado (desodorantes, inseticidas etc.). São usados também nos sistemas de refrigeração de geladeiras e aparelhos de condicionamento de ar, embalagens de plástico poroso e em alguns produtos farmacêuticos. A Du Pont é a maior fabricante mundial de CFC, dominando 25% do mercado.

Os CFCs, ao destruírem a camada de ozônio, provocam

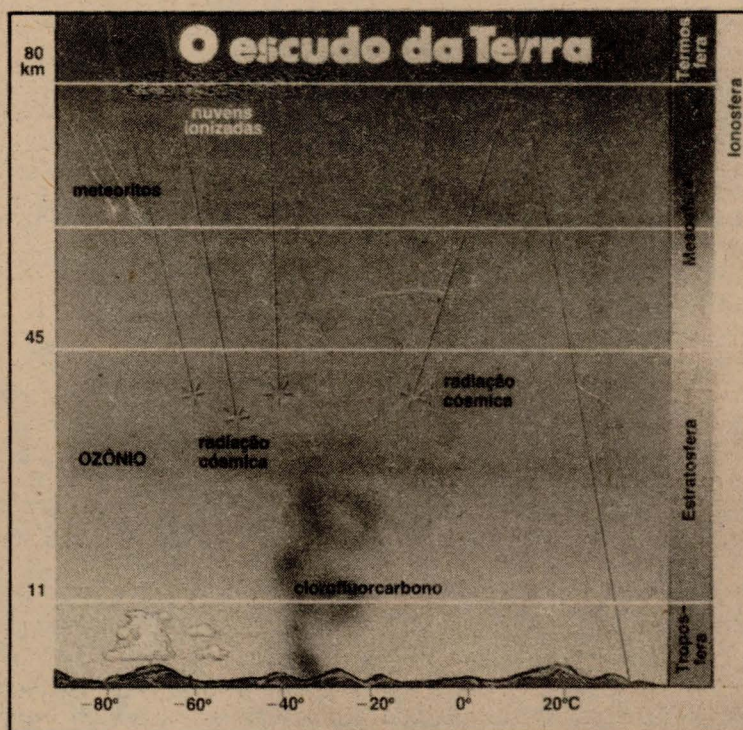
o aumento da temperatura dos gases atmosféricos — o chamado "efeito estufa" — e dos mares, que podem expandir-se, inundando várias cidades costeiras. Os danos na camada de ozônio podem também provocar o degelo das calotas polares, elevando ainda mais o nível dos oceanos. Calcula-se que o nível do mar poderá ser elevado de 50 cm a 1,5 m até o ano 2.000.

Ação destruidora

Os raios ultravioleta do Sol quebram as moléculas de CFC, liberando cloro ou outro halogênio (fluor ou bromo). O ozônio reage com o cloro, originando monóxido de cloro e mais oxigênio. Então a reação em cadeia se processa: a molécula de monóxido de cloro reage com o oxigênio formado, liberando mais cloro, que reage com mais ozônio, que produz mais monóxido de cloro, que... mais e mais ozônio é consumido.

Devido a este efeito cascata, cada átomo de cloro do CFC pode destruir até 100 mil moléculas de ozônio. O CFC pode ter até 3 cloros por molécula, o que significa a destruição de 300 mil moléculas de ozônio por molécula de CFC! Depois que a reação é iniciada, a destruição do ozônio local é cruelmente rápida. Em certas regiões a destruição chegou a atingir 95% da camada de ozônio.

Segundo Volker Kirchhoff, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, a camada de ozônio já sofreu uma redução de 3 a 4%. A região mais atingida é a Antártida, ao Sul da América Latina, muito perto do Brasil... Essa concentração no Pólo Sul ocorre devido ao



Vórtice Polar (os ventos carreiam para esta região toda a emissão de CFC, inclusive do Hemisfério Norte). Também o fato das temperaturas no Pólo Sul serem muito mais baixas que no Pólo Norte contribuiu para a maior destruição da camada de ozônio nesta área do Planeta.

O CFC fica em inatividade durante o longo inverno polar (cerca de seis meses), mas começa a reagir na primavera (setembro), com os primeiros raios solares, aumentando a temperatura local e acelerando as reações químicas de destruição do ozônio.

Agressão à vida

Para cada 1% da camada de ozônio destruída, ocorre um incremento da passagem de raios ultravioleta de 2%. A partir daí, esta relação deixa

de ser linear e passa a ser exponencial. De forma geral, um aumento da radiação ultravioleta provoca nos seres humanos queimaduras de pele, incidência de melanomas e ceratose solares (tipos de câncer de pele). O problema cancerígeno afeta, principalmente, albinos, ruivos e pessoas de pele clara.

Desde 1926 o CFC é jogado na atmosfera, onde pode permanecer por até 110 anos sem ser destruído ou reagir. Se hoje for banido totalmente o uso desse produto em todas as partes do Globo, ainda assim o problema não será imediatamente eliminado, pois são 63 anos de emissão constante, e boa parte do CFC ainda não foi ativado.

A comunidade científica está preocupada. Busca a substituição do CFC por produtos que não agridam a natureza. Hoje já são fabricados CFCs

com quantidades menores de halogênios e, quando são emitidos, reagem abaixo da estratosfera, não agredindo a camada de ozônio. Contudo estes substitutivos são utilizados quando o CFC atua como propulsor.

No Brasil existe uma única iniciativa prática de substituir o CFC, organizada pela Associação Brasileira de Aerosóis. Ela coloca nas latas que não contêm o CFC selos indicando o uso de outros produtos que não prejudicam a camada de ozônio. O governo Sarney inicialmente recusou-se a assinar um protocolo, firmado por 24 países, estabelecendo limites para a produção de CFC. Além de demonstrar descaso com o problema, o governo abriu brechas para as multinacionais do setor se instalarem no país sem reservas. Portugal e Bélgica baniram totalmente a produção de CFC. Dinamarca proibiu o uso de CFC totalmente halogenado, e a Suécia e Noruega só permite sua utilização em aerosóis essenciais.

O que fazer?

Os especialistas do setor aconselham a proibição do uso do CFC em sprays. Setores democráticos e progressistas propõem a elaboração de uma legislação que regulamente a utilização de aparelhos com CFCs, somente por pessoas especializadas, inclusive impedindo sua utilização como esterilizantes (em esparadrapos, caixas de ovos, de sanduíches etc.).

O professor Antônio H. Miguel alerta: "Se não ocorrer uma diminuição drástica da emissão de CFC, estamos fritos!"

* Estudante de Química na USP

LIVRARIA VITÓRIA

LÊNIN

MATERIALISMO E EMPIROCRITICISMO (vol. encadernado) — 9,60
A ALIANÇA DA CLASSE OPERÁRIA E CAMPO-NESA (encadernado) — 7,70
A DEFESA DA PÁTRIA SOCIALISTA — 2,66
UM PASSO EM FRENTE E DOIS ATRÁS — 4,50
COMO ILUDIR O POVO — 2,10
PARTIDO PROLETÁRIO DE NOVO TIPO — 4,50
O TRABALHO DO PARTIDO ENTRE AS MASSAS — 3,83
A DITADURA DO PROLETARIADO E O RENE-GADO KAÜSTSKI — 4,50
MARX E O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO MARXISMO — 3,00
AOS POBRES DO CAMPO — 2,31
O PROGRAMA DO AGRÁRIO — 3,83
O ESTADO E A REVOLUÇÃO — 4,39
QUE FAZER? — 5,28
AS TRÊS FONTES E AS TRÊS PARTES CONSTITUTIVAS DO MARXISMO — 2,70

MARX

O CAPITAL Livro 1 vols I e II — V1 11,40 — V2 10,83
O CAPITAL Livro 3 vol. IV — 11,22
O CAPITAL Livro 3 vol. V e VI — V5 8,35 — V6 10,54
TEORIAS DA MAIS-VALIA VOL. I (livro 4 de O Capital) — 12,26
TEORIAS DA MAIS-VALIA VOL. II (livro 4 de O Capital) — 10,83
TEORIAS DA MAIS-VALIA VOL. III (livro 4 de O Capital) — 11,40
AS CRISES ECONÔMICAS DO CAPITALISMO — 2,25
A MISÉRIA DA FILOSOFIA
FORMAÇÕES ECONÔMICAS PRÉ-CAPITALISTAS — 4,90
SALÁRIO, PREÇO E LUCRO — 2,70
A GUERRA CIVIL NA FRANÇA — 4,20
TRABALHO ASSALARIADO E CAPITAL — 2,20

MARX-ENGELS

BIOGRAFIA MARX (encadernado) — 15,00

BIOGRAFIA ENGELS (encadernado) — 15,00
OBRAS ESC. MARX-ENGELS (brochura) cada 7,80
MANIFESTO DO P.C. — 2,50
SOBRE LITERATURA E ARTE — 3,20
A HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO — 3,20
A IDEOLOGIA ALEMÃ — 4,25
O ANARQUISMO — 2,31
TEXTO SOBRE EDUCAÇÃO E ENSINO

ENGELS

A SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA INGLATERRA — 8,20
A ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO — 6,60
A DIALETICA DA NATUREZA — 9,16
O PAPEL DO TRABALHO NA TRANSFORMAÇÃO DO MACACO EM HOMEM — 2,20

Livraria Vitória
Centro de Documentação e Memória
Rua Bororós, 51 — 1.º andar — CEP 01320
Liberdade — São Paulo/SP.

CAZUZA

"O tempo não pára"

O cantor e compositor Cazuzza é um símbolo vivo da cultura dos anos 80. Com seu lirismo e rebeldia, transparentes em suas letras e canções, tornou-se um porta-voz de sua inquieta geração. Na semana passada uma reportagem sensacionalista da revista "Veja" proclamou a agonia e a morte de Cazuzza "em praça pública", o que sensibilizou profundamente a opinião pública. Em desagravo a Cazuzza, mais de 500 artistas, intelectuais de várias áreas e políticos, entre eles os vereadores comunistas de São Paulo, o operário Vital Nolasco e o jornalista Aldo Rebelo, assinaram o Manifesto, que reproduzimos na íntegra a seguir:

O MANIFESTO

Brasil:

Não há aviso mais salutar de um vivo para outros que este: o tempo não pára.

Triste do país e do tempo que precisam de heróis.

"Veja" quer que se veja Cazuzza como uma vítima, mas Cazuzza não é uma vítima: por sua coragem, por sua generosidade, por sua poesia, todas as forças vivas do Brasil reconhecem nele um herói de nosso tempo.

Porta-voz da Síndrome da Antiética Adquirida, "Veja" nos oferece um triste espetáculo de morbidez, vulgaridade e sensacionalismo sobre Cazuzza.

Com arrogância e autoritarismo, "Veja" e outros "sócios do Brasil" tentam parar o tempo, mas o Brasil e Cazuzza sabem que o tempo não pára.

O que Cazuzza diz está dito e bendito, bendito ele entre os malditos e deve ser ouvido com atenção por todos nós.

A indignação de Cazuzza não é solitária: é também nossa. Brasil, mostra sua cara!

O TEMPO NÃO PÁRA

(Arnaldo Brandão — Cazuzza)

Disparo contra o sol
Sou forte, sou por acaso
Minha metralhadora cheia de mágoas
Eu sou um cara

Cansado de correr
Na direção contrária
Sem pódio de chegada ou beijo
Da namorada
Eu sou mais um cara

Mas se você achar
Que eu estou derrotado
Saiba que ainda estão rolando os dados
Porque o tempo não pára

Dias sim, dias não
Eu vou sobrevivendo
Sem um arranhão
Da caridade de quem
Me destesta

A tua piscina está cheia de ratos
Suas idéias não correspondem aos fatos
O tempo não pára

Eu vejo o futuro repetir o passado
Eu vejo um museu de grandes novidades
O tempo não pára

Eu não tenho data para comemorar
Às vezes os meus dias são de par em par
Procurando agulha no palheiro

Nas noites de frio é melhor nem nascer
Nas de calor se escolhe: é matar ou morrer
E assim nos tornamos brasileiros

Te chamam de ladrão, de bicha, maco-
nheiro
Transformam um país inteiro num puteiro
Poís assim se ganha mais dinheiro

BRASIL

(Cazuzza — George Israel — Nilo Romero)

Não me convidaram
pra essa festa pobre
que os homens armaram
pra me convencer
a pagar sem ver
toda essa droga
que já vem malhada
antes d'eu nascer
não me ofereceram
nem um cigarro
fiquei na porta
estacionando os carros
não me elegeram
chefe de nada
o meu cartão de crédito
é uma navalha

Brasil
mostra tua cara
quero ver quem paga
pra gente ficar assim
Brasil
qual é o teu negócio
o nome do teu sócio
confia em mim

Não me sortearam a garota do Fantástico
não me subornaram
será que é meu fim
ver tv a cores
na taba de um índio
programada pra só dizer sim

Grande pátria desimportante
em nenhum instante
eu vou te traír

BURGUESIA*

(Cazuzza)

A burguesia fede
A burguesia quer ficar rica
E enquanto houver burguesia
Não vai haver poesia
A burguesia não tem charme nem é discre-
ta
Com suas perucas de cabelo de bonecas
A burguesia quer ficar sócia do country
Quer ir a New York fazer compras



Pobre de mim que vim do seio da burguesia
Sou rico mas não sou mesquinho
Eu também cheiro mal
Eu também cheiro mal
A burguesia tá acabando com a Barra
Afundando barcos cheios de crianças
E dormem tranquilos e dormem tranquilos

Os guardanapos estão sempre limpos
As empregadas uniformizadas
São caboclos querendo ser ingleses
São caboclos querendo ser ingleses.

A burguesia fede
A burguesia quer ficar rica
Não vai haver poesia
Enquanto houver burguesia

A burguesia não repara a dor
Da vendedora de chicletes
A burguesia só olha para si
A burguesia só olha para si.

* Inédita, a sair no próximo LP de Cazuzza.

UM TREM PARA AS ESTRELAS

(Gilberto Gil — Cazuzza)

São 7 horas da manhã
vejo Cristo da janela
o sol já apagou sua luz
e o povo lá embaixo espera
nas filas dos pontos de ônibus
procurando onde ir
são todos seus cicrones
correm pra não desistir
dos seus salários de fome
e a esperança que eles têm
nesse filme como extras
todos querem se dar bem

Num trem para as estrelas
depois dos navios negreiros
outras correntezas

Estranho o teu Cristo Rio
que olha tão longe, além
com os braços sempre abertos
mas sem proteger ninguém
eu vou forrar as paredes
do meu quarto de miséria
com manchetes de jornal
pra ver que não é nada sério
eu vou dar o meu desprezo
pra você que me ensinou
que a tristeza é uma maneira
da gente se salvar depois
num trem para as estrelas...

BLUES DA PIEDADE

(Frejat — Cazuzza)

Agora eu vou cantar pros miseráveis
que vagam pelo mundo derrotados
pra essas sementes malplantadas
que já crescem com cara de abortadas

Pras pessoas de alma bem pequena
remoendo pequenos problemas
querendo sempre aquilo que não têm

Pra quem vê a luz
mas não ilumina as suas minicertezas
vive cantando dinheiro
e não muda quando é lua cheia

Pra quem não sabe amar
fica esperando
alguém que caiba no seu sonho
como varizes que vão aumentando
como insetos em volta da lâmpada

Vamos pedir piedade
Senhor, piedade
pra essa gente careta e covarde
vamos pedir piedade
Senhor, piedade
lhes dê grandeza e um pouco de coragem

Quero cantar só para as pessoas fracas
que estão no mundo e perderam a viagem
quero cantar o blues
com o pastor e o bumbo na praça

Vamos pedir piedade
pois há um incêndio sob a chuva rala
somos iguais em desgraça
vamos cantar o blues da Piedade!

Vamos pedir piedade...

CODINOME BEIJA-FLOR

(Reinaldo Arias, Cazuzza, Ezequiel Neves)

Pra que mentir
fingir que perdoou,
tentar ficar amigos sem rancor?

A emoção acabou,
a nossa música nunca mais tocou.

Pra que usar de tanta educação
pra destilar terceiras intenções
desperdiçando o meu mel
devagarzinho flor em flor
entre os meus inimigos

beija-flor

Eu protegi o seu nome por amor
e um codinome beija-flor
Não responda nunca, meu amor,
nunca,

pra qualquer um na rua
beija-flor

Que só eu que podia
dentro da tua orelha fria
dizer segredos de liquidificador

Você sonhava acordada
um jeito de não tentar
prender o choro
e depois me abraçar

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois